

NABUCO, Joaquim

*dep. geral PE 1879-1881, 1885 e 1886-1889; emb. Bras. Inglaterra 1899-1905; emb. Bras. EUA 1905-1910.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife em 19 de agosto de 1849, quarto filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto. Seu pai, de origem baiana, se estabelecera em Pernambuco, onde se tornou juiz e casou com a sobrinha do poderoso marquês do Recife, aliando-se à oligarquia conservadora da província da qual fazia parte a família da esposa, os Pais Barreto. Dois dias antes do nascimento de Joaquim, presidiu o júri que condenou à prisão perpétua os principais chefes da Revolução Liberal de 1848.

Três integrantes da linha paterna, o tio-avô, o avô e o pai, foram senadores vitalícios do Império. Antes do Senado, o pai exerceu o mandato de deputado em várias legislaturas. Apesar do começo conservador, veio a ser um dos mais importantes líderes do Partido Liberal, várias vezes ministro da Justiça, presidente de província, membro do Conselho de Estado, advogado e jurista de projeção na Corte. Encarnou quase o protótipo ideal do integrante da elite política imperial, os “construtores da Ordem”, na fórmula de José Murilo de Carvalho, caracterizados pela homogeneidade de treinamento e ideologia resultante de elementos comuns como a formação jurídica, a experiência como magistrados, a aversão a doutrinas revolucionárias.

Joaquim estava com poucos meses de idade quando o pai, eleito deputado, partiu com a família para o Rio de Janeiro, confiando o menino aos cuidados da madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, dona do engenho Massangana. Seus primeiros anos formativos transcorreram sob a influência predominante da madrinha e verdadeira mãe afetiva, que o educou como um príncipe, dando-lhe preceptor privado e escravo de serviço. Mais tarde, recrearia com grande poder evocativo, em *Minha formação*, o mundo encantado do engenho e episódios reveladores como o do jovem escravo fugido que se arroja aos pés do menino de sete anos, implorando-lhe que o compre para libertá-lo da crueldade do amo.

Não havia completado oito anos quando a morte de dona Ana Rosa o obrigou, em 1857, a abandonar a privilegiada existência protegida de filho único e a juntar-se, na Corte, à família de mais quatro irmãos, onde se sentia como um órfão. Um segundo trauma foi a decisão do pai, em 1859, de enviá-lo como interno ao colégio em Friburgo dirigido pelo afamado professor bávaro, barão de Tautphoeus.

O sábio europeu exilado nos trópicos exerceu profunda influência formadora sobre o aluno, que considerava o de maior inteligência que havia tido. Este lhe retribuiu a admiração, dedicando-lhe belo capítulo em *Minha formação* e acompanhando-o de volta ao Rio de

Janeiro quando o barão passou a ensinar no Colégio Pedro II. Lá estudou durante os cinco anos seguintes, concluindo o curso, sem brilho especial, em 1865, ao lado do futuro presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, ganhador quase invariável dos primeiros prêmios.

Em 1866 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo pertencido à turma na qual se destacaram Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Pouco interessado pelos estudos jurídicos, manteve intensa atividade nos grêmios político-literários e nos jornais que animavam a vida acadêmica. Datam desses anos as primeiras manifestações do liberalismo progressista que seria sua ideologia política, propagada pelo exemplo inspirador de José Bonifácio, o Moço, professor, incomparável orador parlamentar e líder político da mocidade da Academia.

De acordo com o costume da época, transferiu-se no quarto ano do curso para o Recife. Sem a presença eletrizante de Castro Alves, a vida acadêmica recifense pareceu-lhe a princípio menos estimulante. No entanto, o retorno à terra natal revelou-se base preparatória essencial para a futura carreira parlamentar como representante do eleitorado da capital pernambucana. Fase de intensas leituras, esses anos lhe permitiram escrever seu primeiro ensaio, inacabado, *A escravidão* (só publicado em 1999), prenúncio da causa a que dedicaria o melhor da existência. Despertou a atenção favorável de chefes liberais amigos de seu pai pela ação decisiva com que ajudou a evitar cisão entre radicais e moderados do partido. Consagrou-se junto ao grande público ao defender no júri, no último ano do curso, o escravo Tomás, anteriormente condenado à morte por haver assassinado o amo e um guarda, obtendo redução da sentença à prisão perpétua com trabalhos forçados.

Ao receber em novembro de 1870 o grau de bacharel, encerrava, aos 21 anos, a etapa formal de sua educação. Recebera a melhor formação que o Brasil daquele tempo podia proporcionar. Tratava-se de educação de cunho aristocrático no duplo sentido empregado por Jacques Lambert em *Os dois Brasis*: pelo acesso limitado a uma insignificante parcela da população e pelo conteúdo concentrado em línguas e humanidades, estudos pouco apropriados para quem precisasse “ganhar a vida”. Com todas as deficiências, o sistema produzia excelentes resultados para os raros afortunados: cultura literária apurada, conhecimento das correntes de idéias dominantes na Europa, facilidade de expressão em francês, a língua da cultura, treino retórico, sensibilidade humanística.

Graças a tais dotes deixou realizações de valor excepcional e duradouro nos três setores que sucessivamente dominaram sua existência. Correspondem cada um a uma fase bem delimitada de mais ou menos dez anos de duração: a de principal líder parlamentar do abolicionismo (1878-1889); a de puro intelectual dedicado a escrever sua obra histórica e literária durante o autoexílio após a queda da Monarquia (1889-1899); a do diplomata a

serviço da República (1899-1910).

PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES, PRIMEIRAS VIAGENS

Da formatura à primeira eleição como deputado, teve de atravessar oito anos de interregno frustrante devido a indecisões e tentativas goradas, como a fugaz passagem pela banca de advocacia do pai. O período valeu, no entanto, como aprendizado do jornalismo e da crítica, bem como pela descoberta do mundo nas primeiras viagens ao exterior. São dessa época suas primeiras publicações: *Camões e os Lusíadas* (1872); *Le droit au meurtre*, do mesmo ano, refutação de tese de Alexandre Dumas, filho, em favor do assassinato da esposa adúltera; *O Partido Ultramontano* (1873), panfleto anticlerical redigido durante a Questão Religiosa; a coletânea de versos *Amour et Dieu* (1874).

A Reforma, órgão liberal, publicou seus primeiros artigos filosóficos e os de defesa da monarquia parlamentar contra as teses de Quintino Bocaiúva em *A República*. Em 1875 fundou com Machado de Assis e alguns amigos a revista *A Época*, que não passou de poucos números. Naquele ano começou a redigir em *O Globo* um folhetim dominical de crítica. Utilizou-se do veículo para desencadear contra José de Alencar, a propósito de *O jesuíta*, deste último, polêmica na qual deu expressão à rejeição pela geração de 1870 do romantismo indigenista como apoio ideológico à afirmação da identidade brasileira.

Com recursos da herança da madrinha, completados pelo pai, efetuou em 1873-1874 viagem de um ano à Europa, onde conheceu alguns dos maiores intelectuais e políticos do continente e adquiriu por Londres a paixão de toda uma vida. Não vendo perspectivas de uma eleição parlamentar enquanto durasse o domínio dos conservadores, obteve em abril de 1876 o lugar de adido diplomático em Washington. Demorou-se pouco na capital americana, residindo em Nova Iorque ou viajando pelo país na maior parte dos 14 meses que passou nos Estados Unidos.

Sentiu-se intimamente tentado a optar em definitivo pela diplomacia como adido no cobiçado posto de Londres, junto ao barão de Penedo, representante do Brasil, do qual se tornara íntimo. Contudo, quando, em começos de 1878, o retorno dos liberais ao poder abriu-lhe o caminho para essa carreira ou a política, decidiu-se pela última após o falecimento do pai, em março. Com efeito, antes de morrer, o senador Nabuco de Araújo arrancara com dificuldade do dirigente maior do Partido Liberal em Pernambuco o compromisso de incluir o filho na lista de candidatos do partido, o que lhe permitiu ser eleito no último lugar da lista, apesar de ser um virtual forasteiro na província.

O LÍDER ABOLICIONISTA

A abolição da eleição em duas etapas e a adoção da eleição direta dominaram a legislatura de 1879-1881, durante a qual se sucederam três ministérios liberais: Sinimbu, Saraiva e Martinho de Campos. Fracassando o primeiro em promover a reforma eleitoral, cedeu lugar, em começos de 1880, a Saraiva, que logrou aprová-la de forma tão diluída que ocasionou redução significativa no número dos habilitados a votar. As concessões dos gabinetes liberais foram energeticamente combatidas por dissidência do partido da qual foi chefe maior José Bonifácio, o Moço, talvez o maior orador da história parlamentar brasileira. Foi apenas aos poucos que Nabuco se sobressaiu no seio dos dissidentes, fazendo-se notar como defensor eloquente da eleição direta, da elegibilidade dos não-católicos, da emancipação dos escravos. Com a passagem de José Bonifácio ao Senado vitalício, afirmou-se sua liderança na Câmara temporária.

No momento em que chegou ao Parlamento, o problema da escravidão ou, por eufemismo, a “questão do elemento servil”, se encontrava adormecida pelo efeito da Lei Rio Branco ou do *Ventre Livre* (28/9/1871). Em *Um estadista do Império* se queixaria do “torpor, da indiferença, que se seguiu à lei, como se o problema da libertação de mais de dois milhões de escravos tivesse sido resolvido pela emancipação dos que ainda haviam de nascer”. Além de nada ter feito pelas gerações atuais, seus efeitos eram demorados em excesso: “Uma escrava nascida em 27 de setembro de 1871, pode ser mãe em 1911 de um desses ingênuos que assim ficaria em cativeiro provisório até 1932” (*O abolicionismo*).

A honra de haver reintroduzido o tema na agenda parlamentar coube ao católico conservador e abolicionista Jerônimo Sodré, cujo discurso de 5 de março de 1879 marcou o princípio de um processo que não mais se deteria até chegar à abolição completa em 13 de maio de 1888. Durou nove anos, atravessou nove gabinetes, com avanços incrementais, às vezes irrisórios, e retrocessos desalentadores, essa luta emblemática da resistência do Brasil à mudança social e cultural. Desdobrou-se em três principais cenários: o do Parlamento; o da propaganda para mobilizar a incipiente opinião pública pelos jornais e os modestos meios da época; o da ação direta junto aos tribunais ou da organização de fugas de escravos e proteção aos foragidos.

Nabuco só não teve papel proeminente nesse último, palco da vigorosa atuação nos tribunais de São Paulo do rábula Luís Gama, único dos abolicionistas que havia sido escravo, e área da ação quase insurrecional das sociedades secretas, sobretudo em terras paulistas, os Caifazes liderados por Antônio Bento e, em grau menor, no Recife, o Clube do Cupim.

Reconhecendo que somente a pressão da opinião pública obrigaria o governo e o parlamento a enfrentar questão que preferiam adiar, os abolicionistas organizaram a propaganda e a agitação por todos os meios legais. José do Patrocínio, tribuno popular e

jornalista da *Gazeta da Tarde*, e o engenheiro e empresário André Rebouças, incansável organizador e financiador do movimento, figuram de modo principal ao lado de Joaquim Nabuco nesse esforço de multiplicar artigos, manifestações públicas, conferências em teatros. Uma das etapas importantes do processo foi a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, da qual Joaquim Nabuco foi eleito presidente, e, mais tarde, da Confederação Abolicionista.

Nabuco teve participação chave na propaganda, sem deixar de manter certa ambiguidade a respeito da mobilização popular, convencido de que a Abolição se faria no parlamento, não na praça pública. Mesmo na Câmara sua evolução foi gradual, aceitando, de início, que a extinção se fizesse por etapas e com indenização, o que se denominava às vezes de “emancipação”, a fim de distingui-la da forma mais radical da “abolição”. Seu primeiro projeto (1879) previa o fim da escravatura apenas para 1890. Derrubada a urgência na votação pelo gabinete Saraiva, o projeto teve o destino selado quando a chefia do governo passou às mãos de Martinho de Campos, que se definia como “escravocrata da gema”.

Nas férias parlamentares de fins de 1880-começos de 1881, viajou à Europa, onde seria acolhido pelo movimento abolicionista em Portugal, Espanha, França, culminando com o encorajamento recebido da Anti-Slavery Society, em Londres. Dissolvida a Câmara, Nabuco, cujas posições independentes e abolicionistas o haviam deixado sem apoio em Pernambuco, candidatou-se pela Corte, resignando-se à derrota certa, como de fato ocorreu. Quase todos os integrantes da pequena bancada abolicionista foram derrotados ou nem sequer se candidataram, como Joaquim Serra. Observa Carolina, sua filha e biógrafa, que foi essa a única das 21 legislaturas do Império, da Independência à República, em que não esteve presente um Nabuco de Araújo. Sem mandato, refugiou-se de 1882 a maio de 1884 em Londres. Sobreviveu de forma modesta como correspondente do *Jornal do Comércio* e consultor jurídico, escrevendo *O abolicionismo* (1883).

Nos quase oito anos em que estiveram no poder os liberais (1878-1885), seus primeiros governos – Sinimbu, Saraiva, Martinho de Campos, Paranaguá, Lafaiete – fizeram tudo para não enfrentar a questão da abolição, que dividia profundamente o partido. Em junho de 1884, o imperador indicou para presidir o Conselho o senador liberal Sousa Dantas, cujo lema seria “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”. Seu projeto era tímido: proibir a exportação interna de escravos, ampliar o fundo de emancipação, libertar os de 60 anos. “Confesso”, escreveu Nabuco, “que quando ouvi o programa de Dantas, tive vontade de rir”.

Mesmo esse quase nada era excessivo para a Câmara, que após negar a confiança ao governo foi dissolvida, convocando-se eleições para dezembro. Apesar da resistência parlamentar, a idéia abolicionista ganhou espaço em 1884, ano da emancipação no Ceará,

no Amazonas e em numerosos municípios do Rio Grande do Sul. De volta ao Brasil, Nabuco, que defendia o gabinete Dantas na imprensa sob o pseudônimo *Garrison*, candidatou-se pelo 1º Distrito do Recife. Em país onde as pessoas se elegiam pela cabala e a imposição, conduziu uma das primeiras campanhas democráticas modernas, apelando à opinião pública, realizando manifestações de massa e conferências no Teatro Santa Isabel, reunidas sob o nome de *Campanha abolicionista no Recife* (1885).

Alegações de fraude e conflitos responsáveis pela morte de dois cabos eleitorais conservadores ocasionaram a anulação da eleição e a realização de novo pleito, com a vitória do líder abolicionista. Rejeitada pela maioria parlamentar, sua eleição seria consagrada logo depois em outro distrito por maioria indiscutível. Nesse ínterim, derrotado pelos escravocratas, o gabinete Dantas tinha cedido o lugar ao segundo governo chefiado por Saraiva. Este lograria aprovar na Câmara o projeto dos sexagenários, ainda mais diluído com a ampliação do limite da emancipação para os 65 anos. A expectativa média de vida não chegava então no Brasil aos 30 anos, tendo sido o projeto justificadamente apelidado de *o monstro*. Nabuco, que o combateu duramente, declarou que essa lei emprestava ao legislador brasileiro “a ganância de Shylock e a hipocrisia de Tartufo”, fazendo-o aparecer diante do mundo “a soldo da escravidão, como o apresador, o carcereiro, o espoliador, o carrasco e o coveiro dos escravos”.

Antes mesmo da aprovação do projeto no Senado, as divisões e incoerências de uma situação política que o deputado pernambucano definiu como “uma solução conservadora com um governo liberal à frente” provocaram a demissão de Saraiva, abrindo o caminho do poder ao governo conservador do barão de Cotegipe. Dando nova demonstração de seu espírito inovador, Nabuco apresentou projeto instituindo a federação, que passaria a ser sua nova bandeira, à medida que a abolição se tornaria realidade. Realizadas novas eleições sob o regime manipulador de que eram mestres os conservadores, viu-se derrotado, passando a desenvolver o melhor de sua atividade na imprensa, sobretudo em *O País*, de Bocaíúva. Publicou na ocasião uma série de opúsculos políticos de grande repercussão: *O erro do imperador*; *O eclipse do abolicionismo*; *Eleições liberais, eleições conservadoras*; *Escravos*; *Propaganda liberal* (1886).

Em 1887, a entrada para o ministério do conselheiro Portela, que o havia despojado do seu mandato no Recife, obrigou a nova eleição na qual Nabuco o derrotou por maioria expressiva. Chefe indiscutível dos abolicionistas, sua volta ao Rio de Janeiro foi marcada por impressionante triunfo popular. No ano seguinte, na regência da princesa Isabel, substituído Cotegipe por outro conservador, o conselheiro João Alfredo, desempenharia papel central na aprovação da Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A celebração da Abolição mediante enxurrada de títulos outorgados a escravocratas notórios lhe sugeriu a irônica

observação de que o governo se inspirara no generoso costume de comemorar a data magna indultando famigerados criminosos... Conforme fizera seu pai, recusou o título de visconde. Não tinha fé na república no Brasil “nesta fase de feudalismo e quase vassalagem das classes trabalhadoras”, mas não queria sustentar a monarquia “contra a democracia”. Sua esperança de salvá-la por meio da adoção da federação se chocava contra a vontade expressa da maioria do próprio partido, de retorno ao poder com Ouro Preto. Sem ilusões, ainda se elegeu pela última vez para a legislatura que deveria inaugurar-se a 20 de novembro de 1889 e jamais se reuniu.

O INTELECTUAL E O LUTO DA MONARQUIA

A proclamação da República poria fim à sua carreira política para sempre, no momento em que se encontrava no apogeu do prestígio e influência. Acabara de completar 40 anos, dois terços de sua existência, e casara, no começo do ano, com Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inoã, fazendeiro fluminense e sobrinha neta, pelo lado materno, de Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, um dos pilares da trindade saquarema do Partido Conservador. Seu casamento tardio fora o desfecho inesperado da frustração de um dos grandes amores do passado brasileiro, o romance de mais de 15 anos com a riquíssima e formosa mulher de negócios Eufrásia Teixeira Leite, paixão entrecortada por rupturas, desencontros de caráter e oposições da família escravocrata e opulenta da noiva. Do mesmo modo que o pai, sempre viveu aperreado pela falta de dinheiro. Sua situação não estava longe do que chamou de “nossos estadistas pobres (...) que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico (...) e dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos”, tendo-se, nessas duas listas, “os nomes de quase todos eles”. A primeira solução só não lhe resolveu o problema porque se deixou seduzir na viagem de núpcias a Buenos Aires pela irracional exuberância da Bolsa. Teve então a fatídica idéia de nela enterrar as 30 mil libras esterlinas do dote da esposa, dos quais apenas conseguiu salvar uns dez por cento no naufrágio da crise de 1890.

Guardou por dez anos, conforme escreveu, o luto da monarquia, buscando refúgio na casa de Paquetá e mais tarde na de Botafogo. Escreveu a obra de sua vida, *Um estadista do Império* (1898), em homenagem ao pai. Colaborou em *O Jornal do Brasil*, na fase monarquista do diário, recolhendo alguns dos artigos no livro *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1895). É do mesmo ano *Balmaceda*, que reúne escritos estampados no *Jornal do Comércio*. Boa parte do que viria a ser seu livro mais popular, *Minha formação* (1900), tinha saído em *O Comércio de São Paulo*. Em 1901 publicaria *Escritos e discursos literários*, e data de 1906 seu último livro, *Pensées détachées et souvenirs*. Colaborou na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, e ajudou Machado de Assis

a fundar a Academia Brasileira de Letras, da qual foi secretário-geral.

Ganhou a vida com dificuldade e não teve êxito na advocacia, na qual se associou com João Alfredo, nem na tentativa, em 1892, de se estabelecer com a família em Londres. Embora lhe coubesse parte ativa na fundação do partido monarquista, na redação de seu manifesto de 1896 e no seu órgão *A Liberdade*, seu monarquismo aos poucos se tornaria puramente intelectual e afetivo. Recusou adesão ao regime republicano, em processo de consolidação após a turbulência dos primeiros tempos, mas divergências pessoais, de convicção e tática, o afastaram dos monarquistas mais inflexíveis. Com finura proustiana percebia que a intransigência destes últimos era menos a expressão de fé monárquica do que o desejo de continuar a representar o papel que se haviam criado para si mesmos, a fim de bem viver e, sobretudo, morrer bem na tragédia da vida. Não tinha razões insuperáveis para rejeitar as aberturas que lhe fez o governo de Campos Sales, aceitando finalmente o convite para ser o advogado do Brasil, não do governo ou da República, na questão com o governo britânico a propósito dos limites com a Guiana Inglesa.

Em março de 1899 punha término à década de luto pela monarquia, transferindo-se com a família, logo depois, para o estrangeiro, onde viveria até a morte. Muito cioso, no início, de manter a distinção sutil de sua posição pessoal, a força da realidade se impôs passo a passo, e acabou por assumir plenamente as funções de representante diplomático do Brasil em Londres, considerado na época o mais alto posto da diplomacia brasileira.

O DIPLOMATA

A derradeira fase de sua vida, a diplomática, se prolongou por quase 11 anos e pode ser dividida em duas metades aproximativas. A primeira, de 1899 a início de 1905, foi basicamente frustrante e coincidiu com a arbitragem da Guiana e a chefia da missão em Londres. A segunda, que somente se encerrou com a morte em 1910, foi inteiramente ocupada pela embaixada em Washington e as relações com os Estados Unidos.

O Brasil não passava de país periférico para os interesses diplomáticos da máxima potência internacional da época, a Inglaterra do ocaso da era Vitoriana. Posto prestigioso e agradável, mas sem substância, Londres deixou a Nabuco tempo para trabalhar na arbitragem sobre a fronteira com a Guiana, apesar de não ser especialista em questões de limites como o barão do Rio Branco. Com pequeno grupo de auxiliares escreveu quase sozinho as memórias em francês, nas quais desenvolveu ao longo de 18 tomos os argumentos brasileiros, publicadas mais tarde sob o título *O direito do Brasil* e entregues ao árbitro, o rei Vitor Emanuel III, da Itália, em 1903.

Em junho de 1904, o laudo arbitral dividia o território em disputa entre os dois litigantes, não considerando plenamente provadas nenhuma das pretensões. Ao traçar a linha limítrofe

por critérios geográficos, a sentença acabava por favorecer um tanto mais a Inglaterra, que recebia 19 mil quilômetros quadrados, contra 13 mil ao Brasil. Levando em conta o diferencial de poder entre os dois países e a doutrina seguida pelo árbitro, era quase um empate técnico. O Brasil vinha, porém, de dois arbitramentos nos quais Rio Branco lograra vitória completa, o do território de Palmas, contra a Argentina, e o da Guiana Francesa. O resultado foi visto como meia derrota pela opinião pública e, ainda mais, por Nabuco, que exclamou horas depois: “Será a causa de minha morte”.

Além desse aspecto pessoal, o laudo o alarmou por se basear não nos títulos de primazia de descoberta e ocupação histórica invocados pelo Brasil, mas nos princípios definidos a propósito do Congo pela Conferência de Berlim de 1885. De acordo com tal doutrina, o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania seria a exigência de posse atual completa e a ocupação efetiva, o que colocaria em perigo dois terços do inocupado território brasileiro daquele tempo. Para o advogado da causa do Brasil, somente a proteção dos EUA e de sua Doutrina Monroe poderiam desencorajar aventuras nessas terras por parte das agressivas potências européias, então em plena fase de imperialismo expansivista. Dessa forma, a principal consequência do seu relativo insucesso no pleito havia sido a conversão definitiva de Joaquim Nabuco ao monroísmo e à aliança não-escrita com os EUA, que propunha como “uma espécie de aliança tática, subentendida entre nossos dois países”, recomendando que “a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington”. Pois, concluía: “uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter”.

Passados poucos meses da sentença, teria a oportunidade de ser o artífice maior de tal política, no momento em que Rio Branco resolveu criar em Washington a primeira embaixada brasileira, nomeando-o embaixador. O chanceler deslocava assim, conforme declarou, o eixo da diplomacia de Londres para Washington. Nesse começo do século XX, não se tinha generalizado ainda o hábito das embaixadas, consideradas apanágio das grandes potências. No Rio de Janeiro, por exemplo, não havia nenhuma embaixada, ao passo que em Washington eram elas apenas sete, as seis grandes potências da Europa e o vizinho México. A elevação ao nível de embaixada, que não podia ser ato unilateral, era vista como mudança qualitativa nas relações entre dois países.

A partir de 1905 expandiu e completou as intuições de Rio Branco a ponto de poder ser considerado coautor do que viria a ser, até ao início dos anos 1960, o paradigma da política exterior brasileira: a aliança não-escrita ou a opção preferencial pelos Estados Unidos. Diante do sistema europeu, controlado pelo Concerto das Grandes Potências, dominando a Ásia e a África, dirimindo suas disputas pelo frequente recurso à força, dirigia suas esperanças para o poder norte-americano, único capaz de garantir uma “zona neutra de

paz”. Descrevia nas seguintes palavras sua aspiração: “A América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da paz, e essa colossal unidade pacificadora (...) forma um hemisfério neutro e contrabalança o outro hemisfério, que bem poderíamos chamar o hemisfério beligerante”. Contribuiu desse modo para o reconhecimento da existência de um sistema continental americano distinto e com personalidade internacional própria, consubstanciado na União Pan-Americana, embrião da futura Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesse sentido, o ponto mais alto de sua atuação foi a 3ª Conferência Internacional Americana, que conseguiu fosse realizada no Rio de Janeiro em 1906, e da qual foi o presidente. Convenceu seu amigo, o secretário de Estado Elihu Root, a comparecer à reunião, tendo sido essa a primeira visita de um secretário de Estado norte-americano ao exterior. Para Nabuco a aproximação com os EUA e a organização do sistema pan-americano tinham importância comparável ao que antes tivera a abolição. Foi o que declarou de modo explícito no discurso de agradecimento ao banquete em sua homenagem no Cassino Fluminense por ocasião da conferência: “O destino queria que este resto de vida (...) pudesse ser empregado em uma causa (...) que encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande ideia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul”.

Disporia ainda de pouco mais de três anos para consolidar essa obra, em colaboração com Rio Branco a maior parte do tempo, vez ou outra em meio a desinteligências, nunca essenciais, com quem havia sido seu amigo de juventude e se convertera em seu superior hierárquico. Em 1892 reencontrara a fé católica, que passou a ocupar posição cada vez mais central e definidora em sua existência. Nos anos finais de sua ação diplomática, começou a sofrer de surdez e se manifestaram os sintomas da policitemia vera, doença caracterizada pelo excesso de glóbulos vermelhos que provocaria seu envelhecimento precoce, apressando-lhe o fim. Cinco meses após completar 60 anos, morreu em Washington, em 17 de janeiro de 1910, recebendo exéquias consagradoras na capital norte-americana, no Rio de Janeiro e no Recife, onde foi sepultado.

CONTRIBUIÇÃO

A soma das contribuições deixadas por Joaquim Nabuco nas três vidas que teve como abolicionista, historiador e diplomata não encontra provavelmente paralelo no passado ou no presente do Brasil. Houve uns poucos que foram capazes de realizações mais importantes em um ou outro desses campos, mas seria difícil identificar alguém que tivesse como ele alcançado igual distinção em todos ao mesmo tempo.

Jamais chegou a ministro, nem na Monarquia, nem na República, carecendo do instrumento

mais apto para agir diretamente sobre a realidade por meio de políticas públicas. Na política interna foi essencialmente parlamentar, e no Parlamento sua ação mais perdurável foi na luta pela Abolição, justificando este juízo de José Veríssimo: “Eloquência das mais perfeitas que hajamos tido, estilo brilhante, nome histórico, reputação mundana, força, mocidade, beleza, tudo pôs ao serviço da causa da abolição, com um não vulgar desinteresse político”. Nunca seria um político “material” ou prático, com acesso aos mais altos postos, e não apenas pela primeira razão apontada pelo crítico: a insubmissão. A razão verdadeira é que, como político, sentia atração não pelo poder, mas pelas idéias. Sempre de acordo com Veríssimo: “Tinha idéias, e gostava de manifestá-las, e então como hoje, era isso um defeito grave aos olhos dos partidos”.

Sua repulsa à escravidão não era sentimental ou afetiva, mas racional, analítica, fruto da profunda compreensão sociológica de que a instituição servil é que tudo definira no Brasil, a economia, a sociedade, o Estado, o poder político, impedindo o desenvolvimento de um mercado consumidor, de classes trabalhadoras autônomas, de uma economia industrial, de um país formado de cidadãos, não de escravos. Como afirma Evaldo Cabral de Melo: “Nabuco foi o primeiro a articular numa visão da sociedade brasileira a intuição segundo a qual o regime servil é a variante sociológica que a explica de maneira mais abrangente”. Julga por isso que *O abolicionismo* pode ser lido como introdução sociológica e complemento a *Um estadista do Império*.

“Dessa obra máxima da historiografia nacional”, Francisco Iglésias asseverou: “pela amplitude documental, pelos quadros políticos e situações, acuidade das análises psicológicas e sociológicas, profundidade das interpretações, estrutura severa e linguagem – clássico de estilo fluente, elegante e agradável – pode-se dizer que este é um livro sem igual na historiografia brasileira (...) diria que é o seu ponto mais alto”. Wilson Martins, que a considerou “a melhor história jamais escrita do Segundo Reinado”, escreveu que seu aparecimento lançara no Brasil “o modelo definitivo da biografia política, assim como *Minha formação* lançaria o da autobiografia, um ano mais tarde”.

O melhor que ficou de Nabuco foi a luta pela Abolição na juventude e os grandes livros da maturidade. O que veio depois, a volta à diplomacia, deixa a impressão de um doce crepúsculo. Na diplomacia, embora brilhante, não dispunha do poder de iniciar e decidir: os papéis que desempenhou foram menos centrais que os de Rio Branco, mais distantes da opinião pública nacional. É simbólico de como se haviam invertido as situações dessas duas grandes figuras entre o Segundo Reinado e a República que o embaixador em Washington deveria finalmente morrer longe da pátria, enquanto o chanceler faleceria, dois anos depois, em pleno gabinete de trabalho no Itamarati.

Apesar das limitações inerentes à subordinada posição de executante, superou Rio Branco

como pensador e conceituador de uma diplomacia nova da qual foram ambos autores. Foi também dos raros que souberam aliar à força do pensamento as qualidades de execução e desempenho inseparáveis do agente diplomático. Dos seus sucessores nos Estados Unidos, somente Osvaldo Aranha chegou um pouco mais perto na capacidade de somar à influência em alto nível na capital americana a irradiação política e cultural própria junto aos meios dirigentes brasileiros.

Homem completo até na beleza e prestantia físicas, na perfeição, elegância e encanto com que se distinguia mesmo nas futilidades da vida diplomática, o incomparável Joaquim Nabuco foi não só cronologicamente o primeiro, mas o maior de todos os nossos embaixadores. Dele se poderia dizer o que escreveu Federico García Lorca a respeito de Ignacio Sánchez Mejía: *“Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace / un andaluz tan claro, tan rico de aventura”*.

Seu epitáfio definitivo está gravado no discurso de Gilberto Freire na Câmara dos Deputados em 20 de maio de 1947: “Um Brasil que tem entre os homens públicos (...) um político, um parlamentar da grandeza e da atualidade de Joaquim Nabuco, não deve (...) deixar que essa grandeza seja esquecida (...) principalmente numa época (...) marcada pela desconfiança (...) de que todo político brasileiro seja (...) um politiquês e todo homem público, um mistificador; e de que a política (...) os congressos sejam inutilidades dispendiosas, senão palhaçadas ou mascaradas prejudiciais ao povo (...). Nabuco é uma das maiores negações dessa lenda negra com que se pretende desprestigiar, entre nós, a vida pública, a figura do político, a ação dos parlamentos (...). Os brasileiros de hoje, os moços, os adolescentes, os que vão amanhecendo para a vida pública, é este o Nabuco que precisam conhecer de perto: o político que foi também homem de bem. O político que não separou nunca a ação da ética”.

Rubens Ricupero

FONTES: ALONSO, A. *Joaquim*; BEIGUELMAN, P. *Joaquim*; BELLO, J. *Novos*; BURNS, E. *Unwritten*; OSTA, J. *Joaquim*; FREIRE, G. *Joaquim*; NABUCO, C. *Vida*; NABUCO, J. *Diários*; NABUCO, J. *Estadista*; NABUCO, J. *Obras*; NOGUEIRA, M. *Desventuras*; SALLES, R. *Joaquim*; VIANA FILHO, L. *Vida*.

NABUCO, JOSÉ TOMÁS

* dep. fed. RS 1907-1926; emb. Bras. Uruguai 1924-1926; emb. Bras. Peru 1937.

José Tomás Nabuco de Gouveia nasceu em Leopoldina (MG) no dia 11 de outubro de 1872, filho de Hilário Soares de Gouveia, médico, e de Rita Nabuco de Gouveia. Seu avô materno, José Tomás Nabuco de Araújo, estadista durante a Monarquia, exerceu diversas funções públicas, entre as quais a de ministro da Justiça (1853-1857, 1858, 1859 e 1865-1866) e a de conselheiro de Estado (1866). Seu tio Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, político, diplomata e historiador, foi deputado pela província de Pernambuco (1858, 1885, 1886-1889) e lutou no Parlamento pela emancipação dos escravos. Seu primo Maurício Nabuco foi embaixador do Brasil em Santiago do Chile (1937-1939) e em Washington (1948-1951).

Fez os cursos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1890 matriculou-se na Faculdade de Medicina dessa cidade. Em 1893 foi residir em Paris em companhia do pai, que deixou o país por ter participado de tentativas de revolução contra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), e lá concluiu o curso de medicina.

Em 1899 voltou ao Brasil e prestou exames que o habilitaram ao exercício da medicina no país. Fixando residência em Bajé (RS), passou a clinicar e a participar de atividades políticas. Realizou várias viagens à Europa e foi diretor de serviços do Hospital de Genebra, na Suíça. Em Bajé, ocupou o cargo de vice-intendente, chegando a governar o município durante algum tempo.

Em 1907 elegeu-se pela primeira vez deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), assumindo o mandato em setembro. Reeleito em 1909 e 1912, passou a integrar as comissões de Diplomacia e Tratados e de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Em abril de 1912 foi aprovado em concurso para livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em agosto de 1914 tornou-se diretor da Maternidade do Rio de Janeiro. Em março do ano seguinte foi nomeado professor-substituto da cadeira de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina e foi uma vez mais eleito deputado federal. Após nova reeleição no início de 1918, chefiou em julho Missão Médica Brasileira formada em consequência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Voltou a se reeleger deputado federal em 1921, e em 1923

foi ao Rio Grande do Sul, por delegação do presidente Artur Bernardes (1922-1926), tentar promover um acordo entre os republicanos e os federalistas, que se encontravam em luta armada desde o início do ano. A pacificação foi consumada em dezembro desse ano, através da intervenção do general Fernando Setembrino de Carvalho, quando foi assinado o Pacto de Pedras Altas.

Após nova reeleição em 1924, em novembro desse ano foi nomeado embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário em Montevidéu, em substituição a Luís Guimarães Filho. Em 1925 negociou e assinou o Convênio de Cooperação Recíproca Brasil-Uruguai, para os casos de alteração da ordem nos territórios fronteiriços. Permaneceu em Montevidéu até junho de 1926, quando foi substituído por Hélio Lobo. Foi ministro no Paraguai em outubro de 1926 e concluiu seu mandato na Câmara dos Deputados em dezembro seguinte. Foi ainda ministro plenipotenciário em Berna, na Suíça, e em Bucareste, na Romênia.

Durante a campanha eleitoral de 1929, ficou ao lado de Júlio Prestes, candidato situacionista, e contra a Aliança Liberal (1929-1930). Com a vitória da Revolução de 1930, foi mal recebido no Ministério das Relações Exteriores e afastou-se das atividades diplomáticas. Em agosto de 1932 foi delegado do Brasil ao IX Congresso Internacional de História da Medicina. Retornou à diplomacia em abril de 1937, quando foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para substituir Alberto Jorge de Ipanema Moreira como embaixador do Brasil no Peru. Exerceu essa função até 26 de novembro do mesmo ano, sendo substituído pelo embaixador Lucílio Antônio da Cunha Bueno.

Casou-se em segundas núpcias com Clotilde Paranhos do Rio Branco, filha de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, que foi ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; GUIMARÃES, J. *Dicionário; Ilustração Brasileira* (10/22); MIN. REL. EXT. *Anuário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*.

NAÇÃO, A

Jornal diário fundado na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 12 de julho de 1923, por Leônidas de Resende e Maurício Paiva de Lacerda. Circulou entre 1923 e 1924 como um jornal de oposição ao governo, e no ano de 1927, como órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Por ser um jornal de oposição, *A Nação* foi fechada assim que o então presidente da República Artur Bernardes decretou estado de sítio, em 14 de julho de 1924. Em agosto de 1926, depois de ter sido preso e ter ficado foragido, Leônidas Resende – professor de direito que buscava conciliar positivismo e marxismo – propôs aos comunistas retomar a publicação do jornal, como órgão de divulgação e propaganda do PCB, com total liberdade para publicarem o que quisessem. Após algumas formalidades legais o acordo foi fechado, e em 8 de novembro o futuro relançamento de *A Nação* foi anunciado.

Sob a direção de Leônidas de Resende, a segunda fase do jornal foi iniciada em 3 de janeiro de 1927. No cabeçalho do primeiro número vinha estampado o símbolo comunista, composto pela foice e o martelo, e ainda o dístico “Proletários de todos os países, unidos!”, um trecho do hino “A internacional” e uma frase de um nome proeminente do socialismo internacional, trocada a cada dia. Até fevereiro de 1927 o jornal foi publicado com seis páginas que, a partir de então foram reduzidas para quatro.

Periódico de perfil político, *A Nação* trazia seções sobre o movimento sindical, política na capital federal, no país e no mundo, notícias nacionais e internacionais, esportes e lazer, e possuía três redatores principais: Otávio Brandão, Paulo de Lacerda e Astrogildo Pereira. Contava também com as colaborações de Leônidas de Resende, com as quais nem sempre todo o grupo concordava, em função de suas elaborações que buscavam conjugar positivismo e marxismo.

O jornal teve papel importante na organização de trabalhadores e sindicatos, como órgão orientador e de propaganda na campanha do Bloco Operário nas eleições de fevereiro de 1927, na organização do Congresso Sindical Regional do Rio de Janeiro e na convocação do 1º de maio de 1927. *A Nação* foi o primeiro órgão de divulgação legal do PCB, através do qual o partido pôde atingir um público mais amplo do que aquele que comparecia às suas reuniões e comícios.

Contudo, esse foi um curto período, marcado por circunstâncias favoráveis à livre expressão e à organização dos trabalhadores e de órgãos com projetos alternativos de poder, em função da suspensão do estado de sítio em 31 de dezembro de 1926. Já em 12 de agosto de 1927, porém, o então presidente Washington Luís sancionou a Lei Celerada, que censurava a imprensa e restringia o direito de reunião. De acordo com Karepovs, o PCB decidiu não esperar aplicação da lei, contra a qual havia feito intensa campanha no jornal *A Nação*, encerrando a sua circulação na edição do dia 11 de agosto do mesmo ano, antes que a polícia o fizesse.

Na última edição do jornal foi publicado um manifesto no qual os avanços em termos político-organizativos, em termos de visibilidade e de ampliação de militantes obtidos durante o período em que o PCB esteve na legalidade e publicou *A Nação* foram avaliados de forma positiva.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: GOMES, A. *Invenção*; KAREPOVS, D. *Esquerda*; SODRÉ, N. *História*.

NACIONALISMO

Nacionalismo é uma palavra derivada de duas raízes, *gen* (nascer, fazer gerar) e *natus*, filho, como nos ensina José Arrais de Alencar no seu excelente Vocabulário latino, construído sobre alicerces etimológicos. Dessas origens vieram *natio*, *nationis*, *nativus* e, mais tarde, muito mais tarde, aliás, nacionalismo. No latim, *natio* definia um grupo de homens, vinculados a uma origem comum, já assinalada pela consciência de sua unidade e o desejo de uma vida solidária. Não mudou de sentido quando se transferiu para o francês *nation*, que o Grand Robert, fundado na autoridade de Wartburg, acredita que data do século XII.

Com essa velha significação, a palavra servia para a designação de grupos de pessoas unidas por um vínculo, que tanto podia ser racial como cultural. Montesquieu a utiliza com o sentido de um grupo de homens sujeitos à influência de diversos fatores, o clima, a região, as leis, as máximas de governo, os exemplos das cousas passadas, os costumes, os hábitos, reunidos num espírito geral que não se distancia muito da noção do caráter nacional. À medida, acrescenta o autor de *L'esprit des lois*, que, em cada nação, um desses fatores atua de maneira mais poderosa, os outros lhe facilitam o caminho. Escreve então Montesquieu que a “natureza e o clima dominam quase exclusivamente os povos selvagens. Mas os chineses sofrem mais a influência das maneiras e, de qualquer forma o que se impõe como norma suprema é zelar pela conservação e afirmação desse espírito geral, que inspira e distingue as nações”. Nessa acepção, o vocábulo se aproxima do significado de povo, embora com um grau mais elevado de integração, que “foi unindo e identificando os grupos, desde que evoluíram do clã à tribo, e desta à nação”.

Essa acepção antiga ainda se conserva nos dicionários atuais, como, por exemplo, no de Aurélio Buarque de Holanda, que a inclui no quinto lugar, no verbete respectivo, como “povo ou tribo indígena (do Brasil) ou de outra origem”. Mas a palavra vale também para designar raças, castas, espécies. Através dos tempos, os vocábulos vão carreando acepções que não desaparecem de todo, limitando-se a descer alguns números na relação de sentidos com que se incorporam aos dicionários — o que vale dizer que não surgem com um significado definitivo, mas refletem uma evolução que os transforma, com a incorporação de novas acepções. Isto aconteceu com a palavra nação, quando a coesão dos

grupos humanos aumentou e se completou politicamente com a presença do Estado, o que também dependeu do recuo do absolutismo, quando a figura do monarca apareceu menos importante do que a do povo que integrava o grupo político em questão. Nesse momento, a nação passou a ser mais uma entidade completada com a presença e a autoridade do Estado, e se foi aos poucos substituindo o dito *Le roi est mort, vive le roi* pela exaltação de uma nação cuja unidade domina e supera a figura do monarca. Aquele “espírito”, de que falava Montesquieu, transformou-se, na palavra de Renan, numa “alma”, pois que, para ele, a “nação é uma grande solidariedade constituída pelo sentimento dos sacrifícios já feitos e dos que virão depois. Supõe um passado, resumindo-se todavia no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação transformou-se num plebiscito quotidiano”.

Pátria

Esse novo conceito de nação não será, todavia, o de pátria, com o mesmo sentido de unidade de força e de devotamento? O vocábulo constitui também herança do latim *patria*, derivado de *pater*, que significa o “país do pai”. Um sentimento de tal força e poder que arrancava do sibarita Horácio o verso famoso “*Dulce et decorum est propatria mori*”. A pátria se compõe dos mesmos elementos com que se formam as nações, uma entidade territorial, conjunto cultural, sociedade global. Poder-se-ia adotar para pátria a mesma definição que Marcel Mauss aceita para nação, citada por Jean Luc Parodi — “Uma sociedade material e moralmente integrada, de poder estável, permanente, de fronteira determinada, de relativa unidade moral, mental e cultural, e de habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis”. Tanto no conceito de pátria como no de nação, existe aquela presença de que nos fala Deutsch, em *El nacionalismo y sus alternativas*, “a integração política no processo pelo qual as aldeias se convertem em distritos, condados ou baronias, que se transformam em ducado ou província para, por sua vez, fundirem-se em reinos que, por sua parte, se amalgamam em federações ou impérios”.

Muito embora as raízes dos dois vocábulos — *natio* e *patria* — mais os identifiquem do que os separem, *natio* evoca as origens, o nascimento, o começo da vida, com as transformações do vocábulo *natus*. A palavra pátria se inspira na fraternidade, pois que vem de *pater*. Assim, na criação dos dois termos, há um elemento comum: a presença das origens, traduzida na fraternidade ou no nascimento, como um vínculo ligando grupos

humanos pelo sangue (pater) ou pelo lugar do nascimento (natus), como uma norma orientadora da própria atribuição da nacionalidade, fundada ora na filiação (jus sanguinis) ora no lugar do nascimento (jus soli).

Essa identificação das duas palavras, por influência de suas raízes, tem se prolongado pelo tempo afora, dificultando a sua diferenciação. Se dessa forma tanto se aproximam nação e pátria, não se torna fácil distinguir entre as duas manifestações que delas resultam — patriotismo e nacionalismo. Patriotismo é muito mais antigo, de certo. Nacionalismo, de formação recente. Para Wartburg, data de 1792. Não é anterior aos 50 anos do século XVIII, afirma Hans Kohn em *Historia del nacionalismo*. A Revolução Francesa, diz ele, foi a sua grande manifestação, dando ao novo movimento uma força dinâmica crescente. Acrescenta Hans Kohn que a maioria dos historiadores concorda com esse ponto de vista, citando C. P. Gooch, Carlton J. H. Hayes, Halydan Kont, Sydney Herbert e outros. Boyd C. Shafer observa que “desde 1789 até os nossos dias, o sentimento nacional se intensificou em todos os países”. Arnold Toynbee ensina, segundo K. R. Minoque, que em 1775 “o princípio de nacionalidade afirmou, pela primeira vez, sua existência no mundo moderno como força política dinâmica”. Elie Kedourie concorda que “o nacionalismo é uma doutrina inventada na Europa, em começo do século XIX”. Para julgar dessa novidade do vocábulo, basta considerar, como observa Jean Luc Parodi, que o Larousse em 1874 ainda o classificava como neologismo. Renê Johannet presumiu que o termo houvesse sido inventado por Prevost Paradol, no tempo de Napoleão III. Mas o que está fora de dúvida é que sofreu influência decisiva da Revolução Francesa e de seus precursores, para assumir a função que hoje lhe cabe no mundo moderno.

Influência da Revolução Francesa

Há um longo período, no esforço de centralização a que se dedicam tantos governantes, em que se aceita e se afirma o predomínio dos elementos que estão à frente da coisa pública. É a fase da soberania do príncipe, do *L'État c'est moi* de Luís XIV, quando a lealdade nacional não se tornou dever e obrigação de todos que pertencem a uma mesma pátria. Como recorda Hans Kohn, os oficiais do Exército imperial, às ordens de Wallenstein, eram italianos, escoceses, irlandeses, homens de todas as nacionalidades, cujos nomes soavam estranhamente a ouvidos alemães. Nobres alemães, como o duque

Bernardo de Weimar, ou Maurício de Saxônia, serviam ao rei de França. Frederico II não se sentia constrangido ao adquirir vassalos polacos ou alemães. Era a fase dos exércitos mercenários, à disposição de quem os pudesse ou quisesse pagar.

Tivemos, no Brasil, a presença do príncipe alemão Maurício de Nassau a serviço da Companhia das Índias Ocidentais da Holanda, assim como, entre outros, a de Pierre Labatut, francês, lutando pela Independência do Brasil, depois de haver defendido a causa da emancipação das colônias espanholas da América do Sul. Um dos exemplos mais característicos dessa ausência de sentimento nacional era o caso do Grande Condé, duque de Enghien, que, depois de obter grandes vitórias para o seu país, colocou-se a serviço da Espanha para combater a pátria francesa. Isto não quer dizer que não se possa admitir a época do pré-nacionalismo, em que os sentimentos de identificação e de solidariedade iam crescendo e se fortalecendo, como seria o caso da Inglaterra, com o seu hino nacional Rule Britannia, e da própria França de Colbert, ou Richelieu. Mas a nação ainda não se erguia acima de todas as dedicações, quando estava em causa o dever de apoio e identificação com os monarcas em exercício. Mesmo nos Estados Unidos da América não se encontrava um sentimento de dedicação total à nação que estava surgindo.

Coube a Jean Jacques Rousseau a função de defender as idéias básicas de um nacionalismo dominante. Toda a questão se reduzia a conciliar a liberdade do indivíduo com as exigências da integração social. Rousseau foi o primeiro, ensina Hans Kohn, “a reconhecer claramente o problema”, lutando para encontrar a respectiva solução. Por isso, “foi considerado o pai do nacionalismo moderno”, defendendo os direitos inatos e inalienáveis da criatura humana dentro de uma comunidade, partindo da idéia de se ter como base o indivíduo livre. O fundo sobre o qual se movia essa procura era o cosmopolitismo racional do século XVIII, que fazia fincar pé nos costumes da gente comum, em sua espontaneidade criadora.

Rousseau fala mais de “pátria” do que de “nação”. Mas já apresenta o amor da pátria como um sentimento exclusivo, que supera todos os outros, desde que associado à liberdade. Não bastava a soberania do príncipe. Exigia-se, também, a participação dos súditos no exercício da soberania. É a soberania do povo que a Revolução Francesa irá transformar em “soberania nacional”, inscrevendo-a nas suas leis fundamentais. Como diz Marcel Prélôt, “a ordem política não se identifica com a pessoa do príncipe, como no

Antigo Regime. A ordem política surge com a Revolução Francesa, repousa sobre base diferente. O Estado se encarna e se confunde com a coletividade nacional politicamente organizada”. Para chegar a esse resultado, desaparecem as ordens anteriores, substituídas pela igualdade individual e pela uniformidade da organização territorial. Daí conclui o mestre francês que, “unificada pelo desajustamento de todas as diversidades conhecidas no Antigo Regime, a nação, transformada numa sociedade homogênea, surge dotada de soberania”.

Já na Declaração de Direitos de 1789, artigo 3º, declarou-se que a soberania reside “essencialmente” na nação. Em 1791 o preâmbulo do título III, artigos 1º e 2º da Constituição francesa, precisará que “a soberania pertence à nação, de que emanam todos os poderes”. A nação, recorda Prélot, não se cria a si mesma; existe; é de direito natural, mas precisa de uma organização política e administrativa ou, segundo os termos de Sieyès, de um estabelecimento público, isto é, de um conjunto de meios formado de pessoas e de cousas, destinado a realizar fins sociais. Sieyès é o grande doutrinador em quem se inspiram as reformas constitucionais da revolução. São idéias que assustam outros Estados da época, sob o domínio de reis que se sentem ameaçados pelas idéias, que se vão consubstanciando nas constituições francesas. Luís XVI e Maria Antonieta guilhotinados, é como um grito de convocação para todas as nações da época. De começo são apenas príncipes que lutam para que continue a soberania de que vinham sendo detentores. Mas, para se defenderem, precisam recorrer aos povos que habitam seus domínios. São nações contra a nação francesa. Foi poderosa a influência da Revolução Francesa no fortalecimento dos sentimentos nacionais de seus adversários. O nacionalismo acabou invadindo toda a Europa. E com as guerras napoleônicas, essa idéia foi conquistando novas nações, que se emancipavam no continente americano. Os deveres dos cidadãos se estabeleciam, não mais com a figura ou a pessoa de um príncipe, mas com a nação a que eles pertenciam.

Poder-se-ia dizer que o vocábulo pátria teria condições para substituir e traduzir esses deveres de fidelidade, mas houve com ele uma transformação curiosa. É que se associou também a um sentimento liberal, e sofreu, por isso, a condenação das tendências nacionais, concentradas em torno das monarquias existentes. Ainda aqui é indispensável a lição de Hans Kohn: “Passariam 50 anos da morte de Luís XIV para que as palavras

‘patriota’ e ‘patriotismo’ tivessem uma acepção geral na França, ganhando ao mesmo tempo um significado novo. A ‘terra natal’ não era já o simples apego à terra natal, ou o orgulho pelos triunfos do próprio país; a palavra ‘pátria’ se empregava agora para descrever uma nação em que havia liberdade, em que os habitantes participavam da legislação, preocupando-se com o seu destino; o novo patriotismo estabelecia um laço de reciprocidade entre o príncipe e seus súditos, entre a terra e seus habitantes; o sentir-se ‘patriota’ não só concedia ao homem uma nova sensação de liberdade, de direito, mas também de felicidade, de comunidade. O novo clima intelectual, em que se transformou em geral o significado dos conceitos de ‘pátria’ e ‘patriotismo’, socavou as bases tradicionais da monarquia absoluta.”

O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda registra essa acepção da palavra “patriota”, aplicada, diz ele, aos revolucionários pernambucanos de 1817 e 1824. Frei Caneca relatava que “ainda temos as orelhas atoadas das muitas vozes que ouvimos aos lusos europeus dizerem que não eram patriotas de Pernambuco; e não tem sido possível esquecermo-nos do ódio e da infâmia a que eles pretenderam, mas em vão, reduzir o sagrado nome de patriota”. Daí, dessa hostilidade ao vocábulo, o seu empenho de demonstrar “o que se deve entender por pátria de cidadão e deveres deste para com a mesma pátria”. Sua tese, aliás, inspirava-se no mais profundo liberalismo, afirmando que “na oposição dos deveres de cada cidadão para o comum, e os particulares, as relações particulares, ainda as mais próximas e estreitas, como de pai e filho, irmão, devem desaparecer, quando é necessário salvar-se a pátria e libertá-la do despotismo e escravidão”. Para frei Caneca, o patriota era, antes de tudo, um defensor da liberdade ou, pelo menos, um inimigo do despotismo. Era uma acepção particular que não podia agradar aos simpatizantes da opressão. Não serão os adversários de ontem do vocábulo “patriota” os mesmos que agora condenam o emprego da palavra “nacionalismo”, como defesa intransigente dos interesses nacionais? Os termos carregados de compromisso não seduzem os aventureiros, que espreitam o momento exato dos pronunciamentos venturosos, que interessam mais aos seus autores do que à pátria esquecida ou desprezada.

Definição de nacionalismo

Segundo Horace B. Davis, para Rosa Luxemburgo, as expressões “Estado nacional”

e “nacionalismo” eram em si “receptáculos vazios, nos quais todas as épocas históricas e relações de classe lançam seu conteúdo material especial”. Ao que se pode acrescentar que, “se incluirmos como nacionalismo todos os exemplos de resistência ao domínio estrangeiro, teremos de admitir que ele existiu sempre, já que tal resistência remonta ao alvorecer da história registrada”. E junta Davis a essa opinião, a manifestação dos estudiosos poloneses Walecki e Markiewicz. Lekowski, outro estudioso polonês, criticou seu concidadão J. J. Wiatr, dizendo que lhe foram necessárias duzentas páginas para definir a nação e que, em seguida, nem mesmo usou sua própria definição.

Davis cita o exemplo de dois Estados que se criaram como oposição bem-sucedida ao domínio estrangeiro, o holandês e o inglês. Mas pergunta se eram realmente nações, e responde: “Não, se considerarmos as nações como compostas antes de pessoas do que de governantes, e impregnadas de um sentimento de unidade nacional e de missão nacional. Nesse sentido, o nacionalismo não terá surgido antes do século XVIII.”

A idéia do receptáculo é realmente feliz. Imaginem uma enorme quantidade de formas, em que cada nação vai constituindo o seu tipo de nacionalismo, que vai tomando as cores dos sentimentos que o vão criando. Não há um só nacionalismo, e sim tantos quantos forem as nações que o adotarem, dentro de condições históricas que se alteram de um momento para o outro.

Em muitos casos o nacionalismo se confunde com o patriotismo, com o desejo de ver a sua pátria crescer e afirmar-se. Mas ele exige alguma coisa mais que o patriotismo. O nacionalismo é, na opinião de Boyd C. Shafer, aquilo que os nacionalistas fizeram ou quiseram. “Não é um conceito claro e fixo, mas uma combinação variável de crenças e de condições diferentes.”

Seja por exemplo, o nacionalismo francês. Foi a derrota na guerra de 1870 que o impulsionou para um nacionalismo revanchista, com o objetivo de recuperar as duas províncias perdidas, a Alsácia e a Lorena. Para isso havia que fazer ressurgir na França o culto de suas tradições guerreiras, lutando contra os *déracinés*, que já haviam perdido as melhores qualidades do espírito e a bravura de seu país. Mas das três grandes correntes em que se dividia o movimento, a de Maurice Barrès se identificava com os sentimentos republicanos, enquanto Charles Maurras se batia pelo retorno do país às tradições que haviam conquistado suas glórias maiores, sob o domínio da monarquia. Já Péguy não

resistia às influências socialistas. E eram todos sinceros, na defesa dos planos com que restaurar a grandeza da França. Apenas Charles Maurras levou tão longe o seu nacionalismo, que chegou a admitir a supressão de independência como remédio para evitar reformas que condenava e caminhou decididamente para a colaboração com o governo de Pétain, sob a supremacia germânica, esquecendo, por isso, o revanchismo anterior, e concordando com a perda definitiva das duas províncias que a Alemanha conquistara na guerra de 1870.

Já a Alemanha cultivou um nacionalismo agressivo, tanto sob Bismarck, como, mais tarde, sob o guante de Adolf Hitler. Era um nacionalismo que lutava pela supremacia absoluta da Alemanha, com os mil anos de hegemonia com que sonhara o nazismo. Era um nacionalismo racista, defendendo a superioridade do ariano puro, e não recuando diante do extermínio do judeu, nas câmaras de gás de Auschwitz, para alcançar o número trágico de morticínio de seis milhões de vítimas, sacrificadas a uma inteligência esquizofrênica ou doentia. No fundo, um nacionalismo histérico e truculento, incumbido de oferecer à história uma de suas páginas mais sangrentas.

Mas ao lado desses tipos de nacionalismo, existem muitos outros, meramente defensivos, como o que animava os que lutaram pela independência de seus países, nas Américas ou na África, em todos os continentes, com uma obstinação que só ensarilharia as armas com a vitória assegurada. Não é a autodeterminação dos povos uma norma fundamental no direito das gentes? Como se pode censurar um nacionalismo empenhado em defender o domínio contra outro povo ou outra nação? A luta pela criação de uma nova nação não será nacionalismo? Não se alegue que ainda não existe nação, pois que também ainda não existe pátria. E se foi considerado nacionalismo a luta da África pela independência e pela auto-afirmação de seus povos, por que não será também considerado nacionalismo a luta dos Estados Unidos para se libertar do domínio inglês, e a de tantos povos que conquistaram a emancipação diante da Espanha ou de Portugal?

Será que não merece aplausos esse outro tipo de nacionalismo empenhado na conquista da independência de seus países? Não se invoque a palavra e a autoridade do papa Pio XII porque o papa condenou, na sua oração de Natal de 1954, o “nacionalismo ávido de poder”, o “nacionalismo cego”, o “falso nacionalismo”. Nessa famosa mensagem de 1954, citada por Marcel Clément, o papa observava que o “erro consiste em confundir a

vida nacional, no sentido próprio, com a política nacionalista: a primeira, direito e glória de um povo, pode e deve ser desenvolvida; a segunda, fonte de males infinitos, nunca será suficientemente rejeitada”. Mas não será também política nacionalista a que usa de meios defensivos para assegurar a expansão da vida nacional? “A vida nacional”, continuava Pio XII, “não se torna um princípio dissolvente para a comunidade dos povos senão quando começa a ser explorada como meio para alcançar fins políticos, a saber, quando o Estado dominador e centralizador faz da nacionalidade a base de sua força de expansão. Obtém-se então o Estado nacionalista, germe de rivalidades e fontes de discórdias”.

Existe assim uma distinção clara entre dois nacionalismos, o defensivo e o opressivo. Poder-se-ia dizer o nacionalismo dos fortes e o dos fracos. Mesmo quando se chama imperialismo, o nacionalismo das grandes potências é opressivo, enquanto o das nações fracas nunca poderá deixar de ser defensivo, para não incorrer na imprudência ou na temeridade. Mesmo para os fortes, há um limite na resistência de todos os povos contra as aspirações hegemônicas, como se viu no caso das duas Alemanhas, a de Guilherme II e a de Adolf Hitler. O ódio à supremacia constitui, para Holtzendorf, o princípio mesmo da igualdade dos Estados e a base das relações internacionais, como queria Oppenheim. Embora a tendência atual seja deixar de lado as anexações territoriais, persiste a supremacia econômica, não menos lucrativa e vantajosa, quando a independência econômica não é menos essencial do que a independência política. A base econômica, traduzida na presença e ação das multinacionais, não é menos perigosa e ameaçadora do que a base militar. A esse respeito cabe citar o exemplo de Cuba, que, varrendo do país as bases econômicas, convive, sem maiores riscos, com a base militar de Guantânamo. A luta contra a supremacia econômica figura, naturalmente, entre os preceitos naturais de nacionalismo defensivo, como um recurso para assegurar a independência econômica.

Não será menos um preceito em prol dessa independência econômica a reação contra a espoliação, traduzida na realidade da deterioração do que se denomina os termos de troca no comércio internacional, a tendência para valorizar os preços dos produtos industriais em detrimento dos preços dos produtos primários, a cargo de países subdesenvolvidos. Conhecem as superpotências o limite de resistência dos subdesenvolvidos, e disso se prevalecem para forçar a baixa de preços dos produtos primários, obtendo lucros que, de outro modo, ficando com os subdesenvolvidos, ajudariam

a sua caminhada para o desenvolvimento.

Não faz muito, o presidente do Panamá, numa reunião de 15 ministros das Relações Exteriores dos países do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) declarava enfaticamente, traduzindo a opinião de toda a assembléia: “Devemos estar de acordo com Reagan, quando diz que não está disposto a fazer concessões à América Latina. O que queremos é justiça nos preços de compra de nossos produtos básicos, que permitam acertar a diferença de quase 15 bilhões de dólares em nossa balança comercial com os Estados Unidos.”

Preços, pois, e não ajuda, é o clamor geral dos subdesenvolvidos. Preços e não empréstimos, nas máquinas implacáveis de um comércio sujeito à influência e ao predomínio dos mercados dominantes. O que fica para esses países subdesenvolvidos, as multinacionais arrecadam em proveito próprio, fechando para eles o caminho da prosperidade, e até mesmo o de equilíbrio de suas contas comerciais e, sobretudo, de seu balanço de pagamentos. Será isso xenofobia?

Xenofobia

Não ignoro que existem nacionalismos xenófobos, como, por exemplo, os que se fundam em argumentos de superioridades de raças, o da Alemanha de Hitler ou o da África do Sul. Há os que sonham com uma expansão colonial extemporânea, como foi o nacionalismo de Mussolini. A xenofobia não é privilégio do nacionalismo, pois que também pode existir no patriotismo, como na França depois de 1870. Mas tanto o nacionalismo como o patriotismo não são necessariamente xenófobos, muito embora a situação de estrangeiros, para um e outro, não se equipare à situação do próprio cidadão nacional. Como observa Hans Kohn, a desconfiança em relação ao estrangeiro é um sentimento tão natural como o amor ao lugar onde se nasceu e se viveu o tempo da infância. Rudyard Kipling retratou muito bem esse sentimento no seu famoso poema “O desconhecido”, quando dizia que “poderá ser bom ou mau esse desconhecido, mas não posso dizer que forças ocultas, que razões dominam sua alma”. Poderá ser “leal ou bondoso, mas não fala como eu, não posso sentir o seu espírito. Vejo o seu rosto, mas não vejo sua alma”. Ao que observa Hans Kohn que “esses sentimentos sempre existiram”. Podemos acrescentar que estão arraigados no fundo da alma dos homens, como uma

desconfiança permanente, como uma suspeita teimosa, que se estende até aos que imigram para regiões da própria pátria. Como é mais fácil a comunicação entre os que se servem do mesmo idioma, há de vencer as suspeitas com o uso da comunicação. Mas a desconfiança existe e pode-se dizer que sempre existiu.

Na Grécia, por exemplo, já se distinguia entre o meteco e o estrangeiro. O meteco vinha de fora, mas tinha uma residência antiga e já estava, de algum modo, incorporado à comunidade em que vivia. Mas nem assim desapareciam as restrições. Glotz, em *La cité grecque*, recorda que “a velha concepção, segundo a qual o estrangeiro era um inimigo que, às vezes, podia ser admitido como hóspede, deixara traços profundos na Grécia dos tempos clássicos, segundo testemunho de Tucídides”. Não se excluía o direito ao saque, na tomada de uma cidade vizinha, nem o de reduzir à escravidão os inimigos vencidos nas batalhas. A própria situação dos metecos não escapava a restrições, não obstante já estivessem naquela categoria de hóspedes, integrados na própria vida da cidade. Era o caso de Aristóteles, que fizera de Atenas a sua pátria de coração, mas não tinha o direito de interferir nos negócios da cidade que amava acima de todas as outras, e na qual se integrara pelas tendências de seu espírito.

Tanto não se apagaram essas restrições no decorrer dos tempos, que o estrangeiro, para adquirir direitos de cidadania, depende de um ato de naturalização, que tanto o pode aceitá-lo como excluí-lo da comunidade nacional. E ele ainda fica sujeito ao direito de expulsão, quando não se submete às leis locais ou às medidas policiais que lhe são impostas, como nos lembra Hildebrando Acióli em seu *Manual de direito internacional público*.

Todas essas medidas não consubstanciam restrições mais graves do que as que são atribuídas à xenofobia pelos adversários do nacionalismo? Tanto mais que o nacionalismo distingue entre o estrangeiro residente no país, e cujo trabalho se incorpora ao capital nacional, e o que, vivendo fora do país, como acionista ou dirigente de trustes e multinacionais, não cogita senão de seus interesses financeiros, valendo-se do préstimo de tantos nativos alugados. O lucro que eles obtêm se incorpora ao capital do país em que tem sede a empresa a que vêm servindo.

No nacionalismo legítimo, puramente defensivo, não há lugar para o cultivo de sentimentos xenófobos. O nacionalismo pode coexistir com a presença da mais vigorosa

admiração pelos países de que procura defender-se. Onde há admiração, como falar em xenofobia?

A acusação de xenofobia não passa de invenção de adversários, justamente aqueles que o espanhol classifica como vendepátria, em busca de argumentos que fortaleçam suas posições e aumentem e consolidem suas vantagens, ou favoreçam sua tese de que a prosperidade nacional deve ser colocada a reboque do capital estrangeiro. Não estamos longe da lição do fabulista, quando considerou mau o animal que se limitava a utilizar medidas de defesa. “Cet animal est très méchant; quand on l’attaque, il se défend.” Os sofistas do entreguismo procuram argumentos, e não os recusam mesmo quando se chocam com a experiência de um nacionalismo exclusivamente defensivo, em busca de espaço para sua sobrevivência.

A um nacionalismo defensivo não repugna nem a cordialidade das atitudes, nem as exigências do cosmopolitismo. O nacionalismo luta pela prosperidade, que pode tornar até mais fácil e amistoso o relacionamento internacional, sobretudo quando invoca direitos e prerrogativas de solidariedade e amizade recíproca. Mais facilmente se encontrará a xenofobia na alma de Shylock, quando exige o sangue dos devedores, nos cálculos impiedosos da usura.

O nacionalismo defensivo não precisa de outra bandeira do que a arvorada por George Washington na sua Mensagem de adeus, quando recomendava a seus patrícios que “deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência. Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra”. O que Hipólito da Costa, no seu admirável Correio Brasiliense, endossaria com outras palavras, dizendo: “Quem seguirá o conselho do político que supusesse bastante segurança a amizade de outra potência, sem as precauções que a prudência requer que se tornem, fundada na força própria e no interesse da alheia?” Ou: “As nações não só se voltam, mas devem voltar-se contra os seus amigos, quando os seus interesses assim o exigirem.” Mesmo reconhecendo, na ocasião, a amizade inglesa, que lhe parecia vantajosa ao Brasil, acrescentava: “Outra vez repito que nenhuma amizade é tão útil ao Brasil como a da Inglaterra, que se deve comprar mesmo à custa de sacrifícios; porém as cousas têm termos; a honra, a independência nacional nunca deve ser sacrificada.” Observe-se que,

nesse tempo, Hipólito vivia na Inglaterra e a publicação de seu jornal dependia da boa vontade do governo inglês. Mesmo assim, não chegaria, decerto, à conclusão de que tudo que fosse bom para a Inglaterra, sê-lo-ia também para o Brasil. Tudo tem termos, observaria ele, e “a independência nacional nunca deve ser sacrificada”. Ou esquecida. Ou será que George Washington e Hipólito da Costa eram também xenófobos?

O nacionalismo como antagonismo

No fundo, o que pode valer como separação entre o “patriotismo” e o “nacionalismo” é a presença de um antagonismo, como o que deriva das relações de troca, no comércio internacional, como o que opõe as colônias às suas poderosas metrópoles, como o muro que separa os países subdesenvolvidos das superpotências dominadoras. O patriotismo pode limitar-se à exaltação dos feitos e das tradições nacionais. O nacionalismo exige mais: quer uma atitude nítida de resistência e de luta, o que pode valer tanto nas relações econômicas como no campo cultural, com o desejo de manifestações de autonomia e independência, ou até mesmo no setor esportivo, na conquista de maior número de medalhas de ouro. O nacionalismo é um sentimento mais profundo e mais atuante do que o simples patriotismo. Poder-se-ia dizer mais competitivo.

Boyd C. Shafer opina: “O nacionalismo verdadeiro era assim ‘antialguma’ coisa, com exceção de sua nação. Foi ‘anti-homem’, não tendo confiança senão em certos homens determinados. Foi ‘antiestrangeiro’ suspeitando e odiando os homens de outras nações. Foi ‘anti-semita’, uma vez que os judeus representavam uma tradição sentimental. Podia ser ‘anticristão’, como eram os nazistas, uma vez que o cristianismo, de qualquer Igreja que fosse, surgia como o campeão da fraternidade humana. Era ‘anti-socialista’, porque o racionalismo era internacional. Foi ‘antigoverno mundial’, quer se tratasse de Liga das Nações ou de uma Federação poderosa. Podia mesmo contestar o princípio das nacionalidades e pedir à sua nação para que conquistasse outras nações.” Por que não um nacionalismo antiopressão, seja qual for o terreno em que ela se manifeste, econômico ou cultural? O que não é mais que a procura da independência, que, para ser independência, não precisa ser agressiva nem xenófoba. Na economia, basta que sejam antiespoliação, numa reação de defesa contra os mil tentáculos do imperialismo, tomando como modelo e exemplo a própria história dos países desenvolvidos, com total exclusão de quaisquer sentimentos de hostilidade que venham a se apresentar. Afinal, um nacionalismo contido

nas normas e preceitos que regulam a legítima defesa, o que deixa para os contendores a iniciativa das primeiras medidas de ataque ou de violência mas o ódio está mais perto da agressão do que da defesa, embora esteja no interesse dos agressores dissimular o mais possível as atitudes de violência. O que é injusto é atribuí-lo mais aos que se defendem do que aos que atacam.

A era do nacionalismo

Que o nacionalismo é um movimento natural e espontâneo, comprova-o a sua expansão por todo o mundo, sobretudo a partir deste século. Ele já havia deixado marcas de sua presença na formação de diversas e numerosas nações do continente americano, mas foi no século XX que afirmou sua força. Não obstante, era considerado “irracional” pelo presidente Humberto Castelo Branco, o que seria atribuir um atestado de irracionalidade a quase todo o mundo habitado.

Marcel Prélot dividia o nacionalismo em vários grupos, o emotivo, com Barrès e Péguy, o integral, com Charles Maurras, o totalitário, com Mussolini e Hitler, e o personalista, com Charles de Gaulle. Pode haver utilidade, para a França, nessa classificação, mas não me parece que venha a interessar os outros povos da terra. O totalitarismo, por exemplo, é excepcional, nas manifestações nacionalistas. Carlton J. H. Hayes, no verbete sobre nacionalismo da *Encyclopaedia of the social sciences*, assinala que “de 1815 a 1880, o nacionalismo na Europa e na América (os continentes em que tivera maior expansão entre os povos considerados civilizados) estava rigorosamente preso ao ideário liberal”. Acreditava-se que o liberalismo se realizaria mais facilmente num Estado nacional: todas as aspirações do liberalismo se contêm na Declaração de Independência dos Estados Unidos, em grande parte redigida por Thomas Jefferson e aprovada unanimemente pelo Congresso norte-americano a 4 de julho de 1776, em que o governo inglês era acusado, num impressionante libelo, de haver mantido o poder militar acima do poder civil, o que fazia do movimento da independência um esforço contra o despotismo.

Já para Shafer, o nacionalismo mudava com o tempo: ele é “o que os nacionalistas quiseram fazer, não é um conceito claro e fixo, mas um sentimento variável, esquecendo crenças e condições diversas. Talvez esteja fundado num mito, mas os mitos, como os outros erros, chegam a se perpetuar e a tornarem-se, senão verdadeiros, pelo menos reais”. Essa tese na verdade não se concilia com as próprias idéias de Shafer, quando reconhece

que “os fatos históricos de formação de nação e de nacionalismo são numerosos e complexos”. Por que falar em “mito” quando há fatores históricos inspirando a criação e a expansão do nacionalismo? Como classificar como “erro” uma realidade que se impôs a tantos povos e a tantas gerações?

Por isso mesmo o nacionalismo continua preso e vinculado às suas origens nacionais, quando se fala do nacionalismo dos Estados Unidos da América, do Brasil, da Argentina, da África, para não dizer do inglês, do francês, do alemão e até da União Soviética, em que não é fácil distinguir, quanto à exigência da expansão territorial, Stalin, por exemplo, de Pedro, o Grande. O nacionalismo é um fenômeno próprio e exclusivo dos países em que se manifesta, ora como um movimento de inspiração popular, ora como um programa de governo. Hans Kohn, por exemplo, tem na sua extensa bibliografia, além de *The idea of nationalism*, *The American nationalism and liberty (the Swiss example)*, *Pan-slavism, its history and ideology*, *German views, the mind of the modern*, *Russia: political and social thought in Russia great age*, *Making of the modern French mind* e *Nationalism, its meaning and history*, uma obra clássica que acaba sendo a síntese de todo o seu trabalho: *The age of nationalism*, com o subtítulo de *The first era of global history*, publicado em 1962. Divulgou também, com Wallace Sokolsky, *African nationalism in the twentieth century*, em que estuda a marcha das idéias nacionalistas em Gana, Nigéria e África do Sul, e fala das campanhas da negritude.

É de *The age of nationalism* (já traduzido para o português) a lição de que “a complexidade e ambivalência de toda a história podem ser vistas no fato de que essa ampliação das bases de uma vida humana mais digna ocorrera na Europa, depois de 1789, sob o conceito geral de uma era de nacionalismo, e repete-se fora da Europa, no século XX, tendo por guia as mesmas estrelas. Nesta época, pela primeira vez, uma atitude comum é adotada por povos e civilizações em todo o globo, e isso sob o signo do nacionalismo”.

Para Carlton Hayes, “desde 1880 grande progresso tem sido conquistado por uma universal aceitação do nacionalismo”. Boyd Shafer reconhece que “a fidelidade ao grupo, o patriotismo, a consciência nacional são elementos de nacionalismo e o precederam”.

Tudo facilitava a expansão do nacionalismo: os homens nasciam agora em sociedades nacionais, eram educados muitas vezes em escolas nacionais: a justiça lhes era feita por meio de tribunais nacionais, os impostos e os deveres cívicos eram na maioria

nacionais, sua civilização os condicionava de tal maneira que seus pensamentos fossem orientados para tudo o que é nacional e um deles lhes ensinava indireta ou diretamente ou por intermédio da propaganda a adotar as idéias e os ideais nacionais. Bem, nesses dias, estamos “na era do nacionalismo”. “Com o século XX, a idéia nacional terá integrado quase toda a vida humana e os valores correspondentes.” Porque “o nacionalismo é o sistema complexo com que os homens modernos sentiram que podiam obter o que desejavam, um senso de posse (belonging), um sentimento de prestígio, um meio de evitar perigos e de afastar inimigos. Noutras palavras, ele lhes dá proteção, significação social e a esperança no futuro”.

Não é por outra razão que Karl W. Deutsch, professor na Universidade de Harvard e uma das figuras mais importantes da ciência política moderna, afirma em *El nacionalismo y sus alternativas* que “o nacionalismo é, ainda hoje, uma das forças políticas mais poderosas do mundo”.

Nacionalismo no Brasil

O nacionalismo tem raízes profundas no Brasil, manifestando-se desde o período colonial, na fase em que se define como o pré-nacionalismo, como um sentimento latente, num povo que sempre usou suas forças próprias de unidade e coesão. O choque de interesses entre a colônia e a metrópole surgia primeiro na morte de Beckman, no Maranhão, e logo depois na Guerra dos Mascates, em Pernambuco. O nacionalismo inspirou os primeiros pronunciamentos, no nativismo da literatura colonial. Depois seria a vez, ainda como produto do conflito dos interesses, da Inconfidência Mineira, seguida de uma revolução lírica, que talvez tenha sido a mais pura manifestação de um sentimento nacional que já não se conformava com o domínio da metrópole e agarrou, para isso, o primeiro pretexto que lhe apareceu para a sonhada separação. Depois, ainda, veio a revolução pernambucana de 1817. Daí por diante, em todo o século XIX, desde a declaração da independência nacional, foi a luta contra o imperialismo inglês, nem sempre como a melhor causa, quando, por exemplo, se lutava pela continuação do tráfico de escravos, que a Inglaterra procurava impedir.

De 1914 em diante, o imperialismo inglês cedeu terreno ao norte-americano. Na segunda metade do século XX, a luta se diversificou, e ao lado dos Estados Unidos

surgiram outras influências, como a Alemanha Ocidental, o Japão e a própria Inglaterra, contornando-se as normas do protecionismo com a mudança de fábricas estrangeiras, como denunciava David Maynard Phelps num livro esclarecedor. Houve também manifestação de sentido nacionalista contra correntes imigratórias que procuravam criar, em nosso território, quistos raciais, que poderiam constituir ameaça à nossa unidade e ao nosso futuro. Foi o brotar de diversos nacionalismos, como o antialemão, nos estados do Sul, o antijaponês, em diversos pontos do país, e até mesmo o antiitaliano, ao tempo da presença das sociedades Dante Alighieri, em São Paulo, como se poderia ver pela leitura do livro de Plínio Salgado, *O estrangeiro*. Por isso escrevi, em *Desde quando somos nacionalistas*, que “falar em nacionalismo, dentro do Brasil, exigindo a presença de aspas, ou a cerimônia do exorcismo, é ignorar toda a nossa história. Mais do que isso: é ignorar o próprio Brasil, que sempre soube ser fiel à afirmação de sua personalidade nacional, aos imperativos de sua dignidade como nação e como povo”. Reconhecia, é certo, que muitas daquelas antigas manifestações nacionalistas, que nos levaram “a tomar atitudes anti-holandesas, antilusitanas, antibritânicas, antigermânicas ou antinipônicas” se limitavam a combater uma influência, não um povo. E acrescentava: “O que vale dizer que nunca alimentamos ódios contra holandeses, portugueses, ingleses, norte-americanos, alemães ou japoneses. Se uma ou outra manifestação poderia deixar essa impressão, ou resultou de provocações intoleráveis, ou correspondeu a sentimentos pessoais de um ou outro combatente. Como povo, sempre soubemos fazer justiça a holandeses, portugueses, ingleses, norte-americanos, japoneses ou alemães, admirando-os sinceramente nos seus feitos, ou na sua glória imortal.” Duas vezes os acontecimentos nos tornaram aliados dos Estados Unidos e da Inglaterra (nas duas guerras mundiais). Por que, pois, odiar os norte-americanos, quando sabemos que são um grande povo, entre os maiores de todos os tempos?

De toda forma, a admiração não significa subserviência nem vale como argumento para evitar medidas de defesa de nossa economia, favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país. Um nacionalismo defensivo não agrada a quem quer que seja, e significa, na sua essência, o cumprimento de um dever, o mais sagrado de todos os deveres. O norte-americano E. Bradford Burns, no seu livro *Nationalism in Brazil*, reconhece que o nacionalismo brasileiro tem dois objetivos fundamentais: alcançar a independência econômica, através da industrialização e do controle do capital estrangeiro, e conquistar

status, como potência mundial. Por isso mesmo, o nacionalismo é aqui uma “força poderosa, extremamente popular e difícil de ser afastada”. Outro professor norte-americano, Gerhard Masur, acredita que, entre os motivos que criaram o nacionalismo da América Latina, está o pleito pelos preços melhores para os produtos exportados, o que vale por uma ampla justificativa desse movimento. Arthur P. Whitaker e David C. Jordan, apontando o nacionalismo como a maior força política na América Latina, não o consideram, como alguns nativos, um “fenômeno patológico”, mas como uma decorrência de fatos tão inelutáveis como a preocupação de se modernizar, a busca da justiça social, a defesa da independência, o esforço para o aproveitamento dos recursos naturais do território nacional. E mostram que o nacionalismo já tem a seu crédito a conquista da independência de todos os Estados americanos e de muitos países da África. Esse nacionalismo, como reconhecem os dois autores, não se identifica com o sentimento antiestrangeiro ou com a xenofobia como pretendia Rupert Emerson, segundo o qual o nacionalismo não passava de um esforço para mobilizar uma nação “contra o resto da humanidade”. Whitaker e Jordan acham que essa fórmula excluía “o amplo conjunto de elementos do nacionalismo liberal, que se dirige primariamente para a consolidação das forças internas e a consolidação da nação e não está mobilizado somente contra as nações estrangeiras, mas pode ser, para com elas, até mesmo benevolente”. Vale a pena registrar, no idioma originário, o texto desse julgamento: “This formula excludes the whole large body of liberal nationalism, which is directed primarily towards the integral consolidation and strengthening of the nation and is not only ‘arrayed’ against foreign nations but may even be positively benevolent toward them.”

O que é essencial é distinguir o nacionalismo agressivo, em regra mais acessível às superpotências, como o nacionalismo totalitário de Hitler, daquele que está ao alcance das nações fracas, que desejam apenas crescer ou fortalecer-se. Não passaria de estupidez o nacionalismo agressivo de uma nação fraca. E para o nacionalismo defensivo, que luta apenas pela prosperidade e segurança de um país, não há nem mesmo necessidade de justificação. Explica-se por si mesmo, como o próprio patriotismo, de que será apenas uma consequência natural em face de um antagonismo opressivo ou de uma injustiça gritante, por isso mesmo inaceitável. O nacionalismo nunca chegaria a alcançar tanto poder e influência se não fosse não um produto do ódio, um fruto espúrio da xenofobia, mas obra

de amor, que procura todos os meios acessíveis para concorrer como força promotora da prosperidade de cada país, sem nunca esquecer os deveres fundamentais com a humanidade, em que todos se integram para um destino comum, se não fosse um nacionalismo construtivo, lutando para que o mundo seja um conjunto de nações poderosas, e não uma reunião de superpotências e de colônias miseráveis e famintas, com países dominantes e países dominados, desenvolvidos e subdesenvolvidos, um grupo de credores arrogantes e devedores aflitos sempre de pires na mão. Em que poderá prejudicar a harmonia universal a melhoria de condições de vida de tantas nações dependentes?

Essa é a função de um nacionalismo defensivo, enfrentando corajosa e pacificamente os privilégios das superpotências e seus instrumentos de dominação, não tendo outro propósito e outra aspiração do que a de garantir o seu direito à vida. No fundo, esse nacionalismo nada mais é do que aquela *pursuit of happiness* da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, que serviu de fanal aos esforços e realizações da grande nação americana.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho colaboração especial

FONTES: ALIX, C. *Saint-Siège*; BURNS, E. *Nationalism*; CLEMENT, M. *Enquête*; COHN, G. *Petróleo*; COMBLIN, J. *Nação*; COTTA, P. *Petróleo*; COUTINHO, A. *Tradição*; DEUTSCH, K. *Nationalism*; DEUTSCH, K. *Nationalism and social*; DONATO, M. *Tira*; GIRARDET, R. *Nationalisme*; GUILHERME, O. *Nacionalismo*; GUY GRAND, G. *Philosophie*; JAGUARIBE, H. *Nacionalismo*; KOHN, H. *African*; KOHN, H. *Age*; KOHN, H. *American*; KOHN, H. *História*; LIMA SOBRINHO, B. *Desde*; LIMA SOBRINHO, B. *Estudos*; LIMA SOBRINHO, B. *Japão*; LIMA SOBRINHO, B. *Máquinas*; LIMA SOBRINHO, B. *Nacionalidade*; LIMA SOBRINHO, B. *Presença*; LIST, F. *Sistema*; MAGALHÃES, S. *Prática*; MASUR, G. *Nationalism*; NOUSCHI, A. *Naissance*; PASSOS, G. *Temas*; PEREIRA, J. *Petróleo*; J. PIZA, W. *Dinheiro*; PRÊLOT, M. *Histoire*; REIS, A. *Amazônia*; SALES, D. *Razões*; SCHWARSTZMAN, S. *Pensamento*; SHAFER, B. *Nationalism*; STALIN, J. *Marxismo*; THAYER, P.

Nationalism; VÍTOR, M. *Batalha*; WHITAKER, A.; JORDAN, D. *Nationalism*.

NAPOLEÃO, HUGO

*dep. fed. PI 1927-1930; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. PI 1935-1937 e 1955-1959.

Hugo Napoleão do Rego nasceu em União (PI) no dia 25 de junho de 1892, filho de Artur Napoleão do Rego e de Olímpia Martins do Rego.

Após estudar nos colégios São Vicente de Paulo, São José e Ateneu Piauiense, prestou os exames finais no liceu de seu estado natal. Fez os três primeiros anos do curso superior na Faculdade de Direito do Recife e transferiu-se em seguida para a Faculdade de Direito do Pará, pela qual se diplomou em 1911. Enquanto estudante, colaborou em *O Jornal* e na *Folha do Norte*. Mais tarde viria a dirigir o jornal *Estado do Piauí*. Em 1913 já era juiz municipal em Livramento (PI). Desse ano a 1922 exerceu a advocacia no Pará, onde foi também procurador-fiscal do Tesouro Nacional.

Em 1922 elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa do Piauí e em 1925 foi reeleito para a legislatura que iria até 1927. Em outubro desse último ano elegeu-se deputado federal pelo Piauí com mandato até dezembro de 1929 e, tendo fixado residência na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aí instalou banca de advocacia. Foi também escolhido secretário da Junta Internacional dos Jurisconsultos Americanos, com sede na capital do país.

Com o apoio da Aliança Liberal, à qual havia aderido, reelegeu-se deputado federal em março de 1930, destacando-se no Parlamento pela defesa da autonomia da Paraíba. Nesse sentido, protestou contra o envio de tropas militares ao estado por ocasião da Revolta de Princesa, fato que os aliancistas consideravam uma intervenção do governo central. Iniciadas as articulações que levariam à Revolução de 1930, negociou com os gaúchos a participação do Piauí no movimento e participou ele próprio ativamente, ao lado do senador José Pires Rebelo e de Félix Pacheco, Humberto de Areia Leão, Matias Olímpio de Melo e outros. No dia 2 de outubro de 1930, dirigiu a Matias Olímpio, ex-presidente do Piauí (1924-1928) e opositor de seu substituto no cargo, telegrama cifrado indicando as providências necessárias ao desencadeamento da revolução. O despacho foi interceptado na estação de Teresina e levado ao major Pantoja, comandante do 25º Batalhão de Caçadores, e ao governador João de Deus Pires Leal. Estes, depois de procurarem em vão decifrar a mensagem, enviaram-na ao destinatário.

Com a queda do presidente da República Washington Luís em 24 de outubro, Hugo Napoleão teve o mandato interrompido, assim como os demais parlamentares. Quatro dias depois ficou definitivamente assentada a entrega do poder ao chefe da revolução, Getúlio Vargas. Encontrando-se no Rio de Janeiro nessa oportunidade, discursou para a multidão da sacada do palácio do Catete em nome dos revolucionários do Norte. Em 1931 foi escolhido segundo-secretário da primeira diretoria do Clube 3 de Outubro, organização que congregou as correntes tenentistas em defesa dos ideais do movimento de 1930.

Em 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Lista Hugo Napoleão, formada na ocasião. Mais tarde, visando a congregar as forças políticas que haviam apoiado a revolução, seus adeptos uniram-se aos membros do Partido Nacional Socialista do Piauí. Hugo Napoleão foi então escolhido presidente de honra do partido, juntamente com Ladri Sales, interventor no estado.

Em outubro de 1934 reelegeu-se deputado federal por seu estado na legenda do Partido Progressista Piauiense. Em maio de 1937 foi delegado do partido à convenção para o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República. Exerceu o mandato até novembro, quando o Legislativo foi fechado pelo golpe do Estado Novo. De 1955 a 1959, foi novamente deputado federal pelo Piauí, eleito dessa vez na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Na Câmara, foi vice-líder da maioria.

Foi também chefe do Contencioso do Banco do Brasil e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto Geográfico do Pará.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de setembro de 1969.

Era casado com Matilde Freitas Napoleão Rego. Seu filho, Aluísio Napoleão de Freitas Rego, foi embaixador do Brasil em Teerã, Estocolmo e Pequim. Seu neto, Hugo Napoleão do Rego Neto, conhecido como Hugo Napoleão, foi deputado federal pelo Piauí (1975-1983), governador do estado (1983-1986), senador (1987), ministro da Educação (1987-1989), novamente senador (1989-1992), ministro das Comunicações (1992-1994), e mais uma vez senador (1994-2001) e governador (2001-2003).

Deixou publicadas as obras *Limites interestaduais*, *Igualdade de representação dos estados no Poder Legislativo* e *Discriminação da venda*.

Robert Pechman

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. OSVALDO ARANHA; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; Câm. Dep. *seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/37); *Diário do Congresso Nacional*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (16/11/1980); *Personalidades*; REGO NETO, H. *Fatos*; SILVA, H. 1935.

NASCIMENTO, Alexandre Cassiano do

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893; min. Rel. Ext. 1893-1894; min. Just. 1893-1894; min. Faz. 1894; dep. fed. RS 1895-1898 e 1900-1909; sen. RS 1909-1912.

Alexandre Cassiano do Nascimento nasceu em Pelotas (RS) em 13 de agosto de 1856, filho do coronel Manuel Lourenço do Nascimento.

Fez os estudos primários em Pelotas e o curso secundário no Rio de Janeiro. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880. De volta ao Rio Grande do Sul, foi nomeado promotor público na cidade de Rio Grande e, em 1882, juiz municipal em Santana do Livramento. Em 1884 fixou residência em Pelotas. Republicano, ajudou a organizar o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na parte meridional do Rio Grande do Sul e candidatou-se a deputado provincial, mas não foi eleito.

Após a proclamação da República, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890 e empossado em 15 novembro. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato de deputado federal. Após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República em 23 de novembro de 1891, combateu Floriano Peixoto, que, como vice, o substituiu, mas não convocou novas eleições. Contudo, quando o chefe do PRR Júlio de Castilhos se aliou a Floriano, a partir de 1892, deixou a oposição. Em 26 de outubro de 1893 foi nomeado ministro das Relações Exteriores do governo de Floriano, e em 8 de dezembro, em caráter interino, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Acumulou também a pasta da Fazenda a partir de 18 de agosto de 1894. Responderia pelos três ministérios até o fim do governo, em 15 de novembro de 1894.

Como titular da pasta das Relações Exteriores, seus atos principais se relacionaram à Revolta da Armada, que se estendeu de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894. Conforme se pode inferir do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1894, por nota de 11 de março daquele ano, Cassiano do Nascimento recusou a proposta de rendição do almirante Saldanha da Gama, um dos líderes do movimento. Antes do embate final, enviou circulares a agentes diplomáticos e consulares em que estabelecia o prazo de 48 horas para que estes pudessem prover a segurança dos seus compatriotas residentes no Rio de Janeiro, bem como dos navios de suas nacionalidades que porventura se encontrassem

ancorados no porto da capital federal. No dia 13, as embarcações rebeldes foram cercadas pelas forças governistas. Contudo, 493 revoltosos, entre eles Saldanha da Gama, encontraram refúgio nas corvetas lusas *Mindelo* e *Anfonso de Albuquerque*, oferecido pelo comandante português Augusto de Castilho. O gesto foi rechaçado pelo governo brasileiro através de nota emitida por Cassiano do Nascimento ao embaixador do Brasil em Lisboa, que encaminhou ao ministro das Relações Exteriores de Portugal a exigência de que fossem entregues os insurgentes, na medida em que eram considerados prisioneiros comuns. A primeira resposta do ministro português foi que os rebeldes eram prisioneiros políticos e que sua entrega contrariava o tratado de extradição existente entre os dois países. Diante disso, em nota do dia 16 de março, Cassiano do Nascimento requisitou ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, o conde de Parati, que impedisse a partida das corvetas portuguesas para águas estrangeiras até que o incidente tivesse uma solução definitiva. O ministro chegou a permitir o deslocamento das corvetas até Angra dos Reis ou para a região denominada Saco de Itaipu. Todavia, as corvetas se deslocaram em direção ao rio da Prata, onde 239 insurgentes se evadiram e se integraram à Revolução Federalista, em curso no Rio Grande do Sul.

Conforme destacou Cassiano do Nascimento em seu relatório entregue ao presidente da República em maio de 1894, o deslocamento das corvetas lusas ocorrera em virtude de uma má interpretação do conde de Parati sobre a sua solicitação, pois o conde teria entendido que era permitida a navegação das corvetas por todo o litoral nacional até que fossem entregues os revoltosos. Por sua vez, o presidente Floriano Peixoto considerou a recusa de Portugal em entregar os insurgentes e o deslocamento para o Sul como uma afronta à soberania nacional. Assim, em nota de 13 de maio de 1894, Cassiano do Nascimento determinou a retirada do encarregado de negócios e de toda a legação brasileira de Portugal, formalizando o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Encerrado o governo Floriano, Cassiano do Nascimento foi várias vezes reeleito para a Câmara dos Deputados e exerceu o mandato de 1895 a 1898 e de 1900 a 1909. Nesse último ano foi eleito senador. Exerceu o mandato até 1912, quando faleceu em 9 de setembro, no Rio de Janeiro.

Publicou *Correspondência trocada com a Delegação de Portugal e a do Brasil em Lisboa relativamente à entrega dos rebeldes refugiados a bordo das corvetas portuguesas* (1894),

Exposição da proposta da receita e despesa do exercício de 1895, apresentada ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (1894) e Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores em maio de 1894 (1894).

Cristina Luna/ Demian de Melo

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; MIN. FAZENDA. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1894, 1895); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

NASCIMENTO, José Maria do

*militar; junta gov. PA 1889.

José Maria do Nascimento seguiu carreira na Marinha e, quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, era capitão de fragata.

Um dia após a proclamação, participou da junta provisória que assumiu o poder no Pará com a deposição do então presidente da província, Antônio José Ferreira Braga. A junta era chefiada por Justo Chermont e composta ainda pelo tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior. Por ordem do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 17 de dezembro a junta foi desfeita e Justo Chermont foi nomeado governador, enquanto Gentil Bittencourt era designado vice-governador. Justo Chermont governou até 7 de fevereiro de 1891, quando foi substituído por Gentil Bittencourt.

Adrianna Setemy

FONTES: CRUZ, E. *História*; LOBO, L. *História*.

NASCIMENTO, Manuel Coelho Bastos do

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1893.

Manuel Coelho Bastos do Nascimento foi criado pelo seu tio, padre Joaquim Aires do Nascimento, vigário do Crato (CE). Consta que seu pai era da família Coelho Bastos, da Paraíba, e sua mãe da família Saldanha Peixoto, do Riacho do Sangue (CE).

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1860 e em 1867 foi nomeado por decreto juiz municipal de Crato e Barbalha (CE). Deixando o cargo público em 1871, passou a exercer a advocacia.

Com o advento da República, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893.

Casou-se em Barbalha com Cosma de Sá Barreto Sampaio e foi morar solitário no sítio Caldas, ao sopé da Serra do Araripe, lá vindo a falecer sem deixar descendência.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUIMARÃES, H. *Deputados estaduais* (p.414); STUART, G. *Dicionário* (v.1, p. 304).

NASCIMENTO, Nelson Pereira do

*junta gov. PI 1889.

Nelson Pereira do Nascimento seguiu carreira militar.

Participou das batalhas de Curuzu e Curupaiti, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), e foi comandante do Corpo de Segurança do Piauí.

Com a proclamação da República (15/11/1889), integrou a junta de governo formada no Piauí, composta ainda pelo capitão Nemésio Reginaldo de Sá, pelo alferes João de Deus Moreira de Carvalho, por Teodoro Alves Pacheco, pelo tenente-coronel Joaquim Dias de Santana, pelo cônego Tomás de Moraes Rego e por João da Cruz e Santo, o barão de Uruçuí. A junta ficou no poder por dez dias, de 16 a 26 de novembro de 1889, e foi deposta por Gregório Taumaturgo de Azevedo, enviado pelo presidente Deodoro da Fonseca para assumir o governo do Piauí.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

NASCIMENTO, Nicanor do

* dep. fed. DF 1911-1917 e 1924-1926.

Nicanor Queiroz do Nascimento nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1871, filho de João Gonçalves do Nascimento e de Januária Queiroz do Nascimento.

Fez o curso preparatório do Colégio Pedro II e em 1893 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse mesmo ano retornou ao Rio de Janeiro, então capital federal, e passou a exercer a advocacia.

Em 1911 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal na vaga aberta com a morte de Monteiro Lopes. Reeleito para as legislaturas 1912-1914 e 1915-1917, fez parte das Comissões de Constituição e Justiça e de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, tendo apresentado projetos de lei visando à proteção dos trabalhadores e participado de debates públicos sobre a regulamentação das horas de trabalho no comércio. Durante a greve dos trabalhadores paulistas de 1917, ao saber dos abusos cometidos pelos policiais contra os grevistas, foi até São Paulo e percorreu fábricas, delegacias e hospitais, relatando depois na Câmara as arbitrariedades que presenciou. Em 1921 voltou a ser eleito deputado federal, mas foi degolado, isto é, não foi reconhecido nem empossado. Voltou ainda à Câmara na legislatura 1924-1926.

Desde 1919, admirava o Grupo Clarté, de Paris, liderado por Henri Barbusse, Raymond Lefebvre e Paul Vaillant Couturier. Em 1921, ao ser criado o Grupo Clarté no Rio de Janeiro, com a finalidade de defender a Revolução Russa e divulgar a obra social e cultural dos soviets, fundou, junto com intelectuais e dirigentes sindicais, entre os quais Evaristo de Moraes e Pontes de Miranda, a revista *Clarté*. A tiragem do periódico chegou a dois mil exemplares, mas a decretação do estado de sítio pelo presidente Artur Bernardes, empossado em novembro daquele ano, frustrou a iniciativa do grupo.

De acordo com Dunshee de Abranches, durante sua carreira política Nicanor do Nascimento ficou conhecido com um brilhante orador e um dos chefes políticos de maior prestígio eleitoral da capital federal.

Após seu último mandato tornou-se professor de direito público constitucional na Universidade Livre da capital federal e professor de economia social na Faculdade Nacional de Filosofia, tendo publicado alguns livros sobre doutrinas políticas como o socialismo e o comunismo.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BATALHA, C. *Le syndicalisme*; *Memorial Pontes de Miranda*, Disponível em: <<http://www.trt19.gov.br/mpm/memorial.htm>>; PAIM, A.; PROTA, L.; RODRIGUEZ, R. *Socialismo*; SODRÉ, N. *História*; VIEIRA, J. *Cadeia*.

NATAL, Joaquim Xavier Guimarães

*junta gov. GO 1889-1890; const. 1891; dep. fed. GO 1891-1893; min. STF 1905; proc. ger. Rep. 1909-1910.

Joaquim Xavier Guimarães Natal nasceu na cidade de Goiás, capital da província de Goiás, no dia 25 de dezembro de 1860, filho de Luís Pedro Xavier Guimarães e de Leonor Gertrudes Fialho Guimarães.

Iniciou os estudos no Liceu Goiano e depois seguiu para a capital paulista, onde obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito em novembro de 1882. Recém-formado, regressou à província natal e em 1883 foi nomeado promotor público e curador geral dos órfãos da comarca da capital. Exerceu tais funções até 17 de janeiro de 1885, quando foi nomeado juiz substituto, cargo que desempenhou por quatro anos. Por essa época casou-se com Ângela de Bulhões Jardim, pertencente à família que desde o início da década de 1880 era a principal detentora do poder regional, irmã de Leopoldo Bulhões, que viria a ser um dos mais destacados representantes de Goiás nos primeiros governos republicanos.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o então presidente da província Eduardo Augusto Montandon foi deposto em 6 de dezembro, e o marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório do país, nomeou para seu lugar o tenente-coronel Bernardo Vasques, comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo. Este, porém, não chegou a tomar posse, pois os grupos políticos locais se articularam a fim de que uma junta representativa de seus interesses fosse nomeada para exercer provisoriamente o governo. A junta, composta por Joaquim Xavier Guimarães Natal, José Joaquim de Sousa e Eugênio Augusto de Melo, tomou posse em 7 de dezembro de 1889 – mesmo mês em que Guimarães Natal foi nomeado juiz de direito da comarca de Rio das Pedras – e governou até 24 de fevereiro de 1890, quando foi substituída por Rodolfo Gustavo da Paixão, nomeado presidente de Goiás por Deodoro. Na mesma ocasião, Guimarães Natal foi nomeado primeiro vice-presidente.

Desde os primeiros tempos do novo regime os políticos goianos, numa tentativa de superar as divergências políticas pré-existentes, organizaram-se em torno do Centro Republicano, liderado pelas famílias Bulhões e Caiado, ao qual Guimarães Natal se filiou. Entretanto, as antigas disputas logo afloraram e resultaram na formação de outros dois partidos, o Partido Católico, liderado pelo cônego Inácio Xavier da Silva, e o Partido Republicano Federal, resultante de uma cisão no Centro Republicano. Além disso, o rompimento determinou o modo divergente como os grupos políticos locais se alinharam, uns aos militares que estavam no poder, outros às oligarquias cafeeiras que lhes faziam oposição. De toda forma o Centro Republicano constituiu a principal expressão política dos defensores da autonomia estadual e, por esse motivo, seu grupo se opôs ao governo de Rodolfo da Paixão.

Nas eleições de setembro de 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte, Guimarães Natal foi eleito deputado por Goiás, assim como Sebastião Fleury Curado e Leopoldo Bulhões, enquanto José Joaquim de Sousa, Antônio Amaro da Silva Canedo e Antônio da Silva Paranhos foram eleitos senadores. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e, por decreto de 2 de dezembro, foi nomeado juiz federal em Goiás. Promulgada a Constituição federal em 24 de fevereiro de 1891, a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Paralelamente foram convocadas as constituintes estaduais, e o Centro Republicano de Goiás elegeu a maioria dos deputados, entre eles Guimarães Natal. Tomou parte assim nas discussões e conflitos políticos que culminaram com a promulgação da Constituição estadual de Goiás em 1º de junho de 1891, da qual foi signatário.

Em 1897 foi membro da comissão encarregada de elaborar o plano da reforma constitucional, e em 1898, participou da comissão incumbida da reforma do Código do Processo Criminal. Em setembro de 1905 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente do falecimento de Antônio Joaquim Macedo Soares, e de dezembro de 1909 a novembro de 1910 foi procurador geral da República. Vice-presidente do Montepio de Economia dos Servidores do Estado desde 1907, presidiu a entidade no triênio 1924-1927. Aposentou-se em abril de 1927.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 22 de junho de 1933.

De seu casamento com Ângela de Bulhões Jardim teve uma filha.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ;
MELLO FILHO, J. *Notas*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do
Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos
Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

NAZARÉ, BUARQUE DE

*dep. fed. RJ 1918-1923; const. 1934.

Antônio Barbosa Buarque de Nazaré nasceu em Recife no dia 13 de setembro de 1870, filho de João Barbosa de Lima e de Francisca Aguiar Buarque.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1890. Promotor público e juiz municipal no estado do Rio de Janeiro, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Itaperuna.

Em 1914 elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro, tornando-se líder na Assembleia Legislativa. Vinculado à corrente política encabeçada por Nilo Peçanha, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio, deixando a Assembleia fluminense em dezembro de 1917 e tomando assento na Câmara dos Deputados em maio do ano seguinte. Em 1920 reelegeu-se deputado federal para a legislatura 1921-1923.

Após a Revolução de 1930, concorreu, no pleito de maio de 1933, a uma cadeira de deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Popular Radical (PPR), conseguindo a primeira suplência. Em virtude do falecimento do deputado Inácio Veríssimo de Melo, ocupou uma cadeira na Constituinte desde sua abertura, em novembro de 1933, e participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta, promulgada em julho do ano seguinte. Assim como os demais constituintes, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935, quando deixou a Câmara dos Deputados.

Faleceu em dezembro de 1937.

Era casado com Antônia Augusta Garcia, com quem teve cinco filhos.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração brasileira* (10/1922).

NEIVA, ARTUR

*cientista; dir. Museu Nacional 1923-1927; interv. BA 1931; const. 1934; dep. fed. BA 1935-1937.

Artur Neiva nasceu em Salvador no dia 22 de março de 1880, filho de João Augusto Neiva e de Ana Adelaide de Paço Neiva.

Na capital baiana, fez os primeiros estudos no Colégio São Salvador e frequentou a Faculdade de Medicina até o segundo ano. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde concluiu o curso de medicina em 1903.

Discípulo de Osvaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar no Instituto Soroterápico, no Rio, dirigido por esse cientista. O estabelecimento recebeu em 1907 a denominação de Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, modificada em 1908 para Instituto Osvaldo Cruz. Por essa época, Artur Neiva chefiou trabalhos de profilaxia da malária. Em 1910 foi enviado a Washington, por indicação de Osvaldo Cruz, a fim de aprofundar pesquisas no campo da entomologia. Em 1912, em companhia de Belisário Pena, percorreu vários estados brasileiros, desenvolvendo investigações das quais resultou, mais tarde, o relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás* (1916).

Em abril de 1914, com a tese intitulada *Revisão do gênero Triatoma*, relativa a um dos gêneros de barbeiro — o inseto transmissor da doença de Chagas —, tornou-se livre-docente de história natural e parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano fundou em Pelotas (RS) uma filial do Instituto Osvaldo Cruz. Em 1915 e 1916, contratado pelo governo argentino, instalou e dirigiu em Buenos Aires as seções de zoologia e parasitologia do Instituto Bacteriológico do Departamento de Higiene. De 1916 a 1918 dirigiu e organizou o Serviço Sanitário de São Paulo, tendo montado 41 hospitais na capital e 119 no interior. Também durante esse período elaborou o primeiro código sanitário do país, base de outros que se fizeram mais tarde no Brasil e no exterior.

Nomeado chefe de serviço do Instituto Osvaldo Cruz em 1919, no ano seguinte foi encarregado de estudar as organizações sanitárias no Japão e nos Estados Unidos e a profilaxia da lepra na Noruega, nas Filipinas e no Havaí. No Japão, a convite de uma instituição local, proferiu conferências sobre o desenvolvimento da medicina e da higiene

no Brasil.

Em janeiro de 1923 foi nomeado diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do qual era membro correspondente desde 1917. Enquanto ocupava esse cargo, chefiou em São Paulo (1924-1925) a comissão encarregada de estudar e combater a broca-do-café, praga que atacara as plantações. Em 1927 demitiu-se da direção do Museu Nacional e em 1928 foi contratado pelo governo paulista como diretor-superintendente do recém-fundado Instituto Biológico do estado, preparando-o para o estudo das doenças parasitárias e das infecções nos animais domésticos.

Com a vitória da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís, Getúlio Vargas foi conduzido à chefia do governo provisório e nomeou interventor em São Paulo o capitão João Alberto Lins de Barros. Em dezembro, o interventor paulista convidou Artur Neiva para assumir a Secretaria do Interior do estado. Em 12 de fevereiro de 1931, quando ainda acumulava esse cargo com o de diretor do Instituto Biológico, Neiva recebeu de Vargas, por indicação de João Alberto, a nomeação para o cargo de interventor federal na Bahia, em substituição a Leopoldo Amaral.

Durante seu curto período de governo, iniciado em 18 de fevereiro, desenvolveu em seu estado natal os serviços sanitários, combatendo a malária e atuando na profilaxia de várias doenças. Criou também o Instituto do Cacau da Bahia e adotou medidas administrativas em favor da lavoura cacaueira. A proposta de renovação política da Revolução de 1930 encontrou na Bahia forte oposição da oligarquia local, reforçada pelo coronelismo interiorano. Tais circunstâncias exigiam da interventoria grande habilidade na condução da política estadual e no relacionamento desta com o poder central. Pouco afeito à atividade política, Artur Neiva fracassou no estabelecimento da harmonia desejada. No dia 24 de agosto de 1931 deixou a interventoria, na qual foi substituído por Juraci Magalhães.

Retomando suas atividades científicas, em janeiro de 1933 foi nomeado diretor-geral de pesquisas científicas do Ministério da Agricultura e organizou por essa época o Instituto Tecnológico, o Instituto de Biologia Animal e o Instituto de Biologia Vegetal do ministério. Diretor do jornal carioca *A Nação*, órgão oficioso do tenentismo fundado em 1933, em maio desse ano elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. Na Constituinte, destacou-se pela oposição à imigração japonesa para o Brasil e ocupou-se do problema da colonização e exploração do

Amazonas. Em 1934, na mesma legenda, elegeu-se deputado federal. Iniciou o novo mandato em maio de 1935, mas este foi interrompido em novembro de 1937, quando foi implantado o Estado Novo. Mais tarde, fez parte do conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, organismo criado em setembro de 1942 para orientar a economia de guerra.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de junho de 1943.

Era casado com Justina Hehl Neiva. Seu filho, o engenheiro mecânico-eletricista Artur Hehl Neiva, entre outras atribuições, foi membro do Conselho de Imigração e Colonização (1938-1947), secretário-geral e por várias vezes presidente em exercício (1944-1948) da Fundação Brasil Central.

Cientista internacionalmente conhecido, Artur Neiva foi o precursor, no Brasil, das medidas preventivas contra a sífilis. Foi também uma das maiores autoridades em malária no país e grande estudioso do barbeiro, tendo identificado a primeira espécie conhecida desse inseto. Foi membro da Entomological Society de Washington, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Entomologia e da Sociedade Biológica, ambas da Argentina, além de membro-honorário da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Pertenceu ainda ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Além de ter dirigido *A Nação*, colaborou também no *Estado de S. Paulo* entre 1920 e 1921, no jornal argentino *El Tiempo*, de Buenos Aires, e na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato. Foi ainda cofundador de duas revistas especializadas: *Ciência Médica* e *Boletim Biológico*. Deixou cerca de 180 textos científicos, elaborados em sua maior parte no Instituto Osvaldo Cruz, onde foi professor. Colaborou ainda em diversas publicações especializadas no Brasil e no exterior.

O arquivo de Artur Neiva e o de seu filho encontram-se depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Amélia Coutinho

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min.*

Trab.; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARVALHO, A. *Vultos*; CORRESP. GOV. EST. BA; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; GODINHO, V. *Constituintes*; JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MELO, A. *Cartilha*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1934; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*; *Who's who in Latin*.

NEIVA, João Soares

*const. 1891; sen. PB 1891-1897; dep. fed. PB 1900-1903.

João Soares Neiva nasceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa, no dia 13 de agosto de 1839.

Ingressou no Exército em março de 1855, e em dezembro de 1860 foi promovido a alferes. Na década de 1860, concluiu o curso de estado-maior de primeira classe. Participou da Guerra do Paraguai (1865-1870) e durante o conflito foi promovido a tenente, em janeiro de 1866. Finda a guerra, chegou a tenente efetivo em maio de 1871, e continuou na vida militar.

Ingressou na política ainda durante o Império, defendendo a causa republicana. Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi eleito senador constituinte pelo estado da Paraíba em setembro de 1890, assumindo sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro seguinte. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho passou a cumprir o mandato ordinário. Entre 1891 e 1894 foi terceiro secretário da mesa diretora do Senado, em 1895 passou a segundo secretário e em 1897 concluiu seu mandato. Durante esses anos, foi membro da Comissão de Marinha e Guerra. Em 1900 voltou à vida pública quando foi eleito deputado federal para a legislatura 1900-1902. Em 1903 foi reeleito para mais um mandato, mas não chegou a concluí-lo, pois faleceu em Niterói em 1º de dezembro desse ano.

Reformou-se como general de divisão com honras de marechal. Foi também diretor geral do Corpo de Bombeiros.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

NEIVA, João

*dep. fed. BA 1894-1908.

João Augusto Neiva nasceu na vila da Barra do Rio Grande de São Francisco, atual município de Barra (BA), no dia 21 de março de 1847, filho de João Augusto Neiva e de Joana Cândida de Castro.

De origem humilde, fez o curso de humanidades em Salvador e cedo começou a trabalhar. Começou como tipógrafo de jornal, mas logo revelou talento de repórter. Em 1864 tornou-se redator de *O Constitucional*, órgão de divulgação do Partido Conservador; quando este foi substituído pelo *Jornal da Bahia*, foi mantido em suas funções. Em setembro de 1868 foi nomeado protocolista da administração dos Correios, por ato do Ministério da Viação e Obras Públicas, e manteve-se no cargo até 1879. Nesse período foi também administrador do Teatro São João. Em 1879 foi nomeado oficial da secretaria da Assembleia Provincial da Bahia; foi depois promovido a diretor geral, cargo em que se aposentaria em 1895.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado provincial pelo 14º distrito para a legislatura 1882-1883. Com a implantação da República filiou-se Partido Republicano Federalista e tornou-se diretor da *Gazeta da Bahia*. Elegeu-se deputado estadual para a legislatura 1893-1894 e foi escolhido primeiro-secretário da Assembleia Legislativa. Após a cisão do Partido Republicano Federalista, em 15 de abril de 1894, passou a integrar o Partido Republicano Federal, na ala chefiada pelo conselheiro Luís Viana, por isso denominada “vianista”.

Também em 1894 foi eleito deputado federal, passando a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Várias vezes reeleito, exerceria mandatos sucessivos por 15 anos ininterruptos, até 1908. Na Câmara dos Deputados integrou, entre outras, a Comissão de Fazenda.

Sua conduta como deputado, portando-se sempre com lealdade, sinceridade e gentileza no trato, garantiu-lhe o respeito e admiração dos demais membros do Congresso Nacional, de tal maneira que sua influência ultrapassava os limites das bancadas e se sobrepunha à dos

líderes de cada uma delas. Isso provocou em vários líderes, principalmente no da bancada baiana, temor e desconfiança, já que em mais de uma oportunidade suas orientações foram desconsideradas, preferindo os parlamentares atender ao pedido pessoal de João Neiva. A despeito desse prestígio, na eleição para a legislatura 1909-1911 não conseguiu obter o reconhecimento de seu mandato. Inconformados com seu afastamento compulsório, em 6 de outubro de 1909 os deputados decidiram nomeá-lo chefe da Seção de Debates da Câmara. Em 15 de dezembro, foi promovido a superintendente da Mesa, cargo no qual se aposentou.

Como jornalista foi também diretor dos periódicos *Interesse Público*, *Farol*, *O Correio*, e *Telégrafo*. Foi sócio benemérito do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, e sócio honorário da Associação Tipográfica Baiana.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 21 de agosto de 1923.

Casou-se com Ana Adelaide Neiva com quem teve quatro filhos. Entre eles destacou-se Artur Neiva, que se notabilizou como uma das maiores autoridades em malária, sendo o primeiro a publicar trabalho a respeito da doença; foi também o segundo interventor na Bahia após a Revolução de 1930.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Dicionário* (v.4. p.4047); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263, p. 55-86); *Democrata, Imparcial, Diário da Bahia* (22-24/8/1923). Comendador João Augusto Neiva e Comendador João Neiva, como ecoou a morte do velho parlamentar baiano; Faleceu o jornalista João Neiva; A morte do comendador João Neiva; Homenagens à memória do comendador João Neiva e Voto de pesar; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; *Tarde, Diário de Notícias* (18/ 22 /8/1923). Foi o político mais popular da Bahia, a morte do comendador João Neiva; O enterro de um grande baiano e Ainda morte do

senhor João Neiva; *Governadores do Estado da Bahia.*; MELLO, A. *Cartilha*;
SAMPAIO, C. *Partidos*; *Tarde*. Artur Neiva (5/7/1941).

NEIVA, Venâncio

*pres. PB 1889-1891; sen. PB 1918-1930.

Venâncio Augusto de Magalhães Neiva nasceu na cidade da Paraíba, posteriormente João Pessoa, no dia 21 de julho de 1849, filho de Frederico Augusto Neiva e de Maria Josefa Cirne Neiva. Seu irmão, Tude Soares Neiva, foi governador da Bahia em 1891.

Iniciou os estudos no Liceu Paraibano e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1873. Depois de formado, foi promotor público em Teixeira (PB) até 1877. Nesse ano foi transferido para Pombal (PB) e aí foi juiz municipal e, interinamente, juiz de direito até o ano seguinte. Entre 1878 e 1881 foi juiz municipal em Cunha (SP). De volta ao estado natal, foi nomeado em 1886 juiz de direito em Catolé do Rocha.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aliou-se aos republicanos da Paraíba e, por influência do general paraibano José de Almeida Barreto, foi nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca. Assumiu o governo em 6 de dezembro de 1889. Em setembro de 1890, indicou Eptácio Pessoa, seu secretário-geral de governo, para ocupar uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, o que fez com que Eptácio fosse o deputado mais votado na Paraíba.

No primeiro ano do regime republicano ocorreu um enfrentamento entre Deodoro e os descontentes com a República. Eleito presidente constitucional pela Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro destituiu os governantes que não haviam apoiado sua eleição. Em 3 de novembro de 1891, foi mais longe e dissolveu o Congresso. Diante, porém, da ameaça de uma guerra civil, renunciou no dia 23 do mesmo mês. Ao tomar posse em seu lugar, o vice-presidente Floriano Peixoto destituiu por seu turno os governantes que apoiavam Deodoro. Foi o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo paraibano em 27 de novembro de 1891, substituído por uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Ferreira de Carvalho. A junta governaria até 18 de fevereiro de 1892, quando foi substituída pelo novo presidente estadual Álvaro Lopes Machado.

Ao deixar o governo, Venâncio Neiva continuou como juiz de direito em Catolé do Rocha, até 1899. Nesse ano tornou-se juiz federal, cargo em que se aposentou em 1915. Em

1918, com o apoio do então senador Epitácio Pessoa, foi eleito senador pelo estado da Paraíba para um mandato de nove anos. Com a posse de Epitácio Pessoa na presidência da República em julho de 1919, tornou-se ardente defensor de seu governo e também presidente do Partido Republicano da Paraíba. Em 1927 foi reeleito e ocupou uma cadeira no Senado até outubro de 1930, quando teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930. Durante esses anos, foi membro das comissões de Redação e de Diplomacia e Tratados.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 17 de fevereiro de 1939.

Publicou *Manifesto* (1892).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ALMEIDA, H. *Contribuição*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário; Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PINTO, L. *Fundamentos*.

NERY, Antônio Constantino

*militar; sen. AM 1901-1904; gov. AM 1904-1908.

Antônio Constantino Nery nasceu em 1859, filho de Silvério Nery e de Maria Antony Nery. Segundo fontes oficiais teria nascido em Coari (AM) no dia 8 de dezembro, mas segundo Agnelo Bittencourt teria nascido em Manaus no dia 20 do mesmo mês. Foi batizado em 20 de abril de 1860, na capela de Nossa Senhora dos Remédios. Seu irmão, homônimo do pai, foi deputado federal de 1897 a 1899, senador em 1900 e de 1904 a 1930, e seu antecessor no governo do Amazonas (1900-1903). Outro irmão, Raimundo Constantino Nery, foi deputado federal de 1903 a 1905.

Oficial do Exército formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro, chegou ao posto de major de engenheiros. Em 1901, durante o governo de seu irmão Silvério Nery, foi eleito para o Senado Federal. Como senador favoreceu a contratação da Manaus Harbour Ltda para a construção do porto de Manaus. Deixou o Senado em 1904 para se candidatar a governador do Amazonas. Já no ano anterior, projetando sua eleição e tendo em vista que a Constituição do estado não permitia a sucessão no governo de parentes próximos, Silvério Nery renunciara, com a antecedência necessária para que o irmão pudesse assumir o governo. A partir dessa manobra política, Constantino Nery foi eleito e empossado governador do Amazonas em 23 de julho de 1904. Seu vice-governador foi o coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Beneficiado pelo crescimento econômico decorrente da exportação da borracha, Constantino Nery foi o responsável por importantes obras no Amazonas. Ordenou a construção do edifício da Biblioteca Pública no centro de Manaus, que seria inaugurado somente após o fim de seu mandato, em outubro de 1910, e construiu a penitenciária do estado, batizada de Casa de Detenção de Manaus. A obra teve início em 1904 sob coordenação do arquiteto Emídio José Lo Ferreira e do diretor geral de Obras Públicas J. Estelita Jorge. A Casa de Detenção foi instituída pela Lei 524, de 18 de outubro de 1906, e o edifício foi inaugurado em 19 de março de 1907. O governador foi também o responsável pela construção do Leprosário de Paricatuba, localizado no município de Iranduba. Além disso, construiu uma importante avenida na capital amazonense, que leva seu nome. Os dispendiosos projetos executados causaram um desequilíbrio nos gastos públicos, o que lhe

rendeu a fama de mau pagador.

Seu governo chegou ao fim em 23 de julho de 1908. Apesar de formalmente não ter deixado o cargo, este vinha sendo ocupado interinamente por Raimundo Afonso de Carvalho desde o dia 20 de novembro de 1907, quando precisou se afastar em viagem para a Europa. Em 1908 assumiu o poder no Amazonas o governador eleito Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Faleceu na cidade de Belém no dia 19 de setembro de 1926.

Foi casado com Sebastiana Nery, mãe de seus filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 29/7/2010; FERREIRA, C.; VALOIS, L. *Sistema*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29/7/2010.

NERY, Raimundo Constantino

*dep. fed. AM 1903-1905.

Raimundo Constantino Nery nasceu no Amazonas, filho de Silvério Nery e de Maria Antony Nery, tradicional família da região. Seu irmão Silvério José Nery foi deputado federal pelo Amazonas de 1897 a 1899, senador em 1900 e de 1904 a 1930, e governador do estado de 1900 a 1903. Outro irmão, o general Antônio Constantino Nery, foi senador pelo Amazonas de 1901 a 1904 e governador do estado de 1904 a 1908.

Ingressou na carreira militar, fazendo o primeiro ano do curso da Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império. Gravemente doente, porém, pediu baixa do serviço militar e obteve depois o título de agrimensor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. De volta ao Amazonas, dedicou-se a medições de terras e foi nomeado professor de francês na Escola Normal em Manaus.

Iniciando-se na política, em 1903 foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1905, quando também se encerrou a legislatura. Não conseguindo ser reeleito, passou a viver na Europa.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASA CIVIL EST. AM. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/imp_gov.php>. Acesso em: 21/3/2011.

NERY, Silvério José

*militar; dep. fed. AM 1897-1899; sen. AM 1900; gov. AM 1900-1903; sen. AM 1904-1930.

Silvério José Nery nasceu em Coari (AM) no dia 8 de outubro de 1858, filho de Silvério Nery e de Maria Antony Nery. Seu irmão Antônio Constantino Nery foi senador de 1901 a 1904 e seu sucessor no governo do Amazonas. Outro irmão, Raimundo Constantino Nery, foi deputado federal de 1903 a 1905.

Estudou no Seminário Diocesano de Manaus até finalizar o secundário, quando partiu para o Rio de Janeiro a fim de frequentar a Escola Militar da Praia Vermelha. Aí formou-se agrimensor e em seguida retornou a Manaus, ingressando pouco tempo depois no Partido Liberal. Ao iniciar sua carreira política decidiu retirar-se do Exército.

Em 1882 foi eleito deputado provincial pela primeira vez. Reeleito em 1886, exerceu o mandato até 1889. Já após a proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual em 1893 com mandato até 1896. No ano seguinte elegeu-se deputado federal para a legislatura 1897-1899. Em 1900 foi eleito pela primeira vez para o Senado federal. Entretanto, não chegou a concluir o mandato, posto que no mesmo ano foi eleito governador do Amazonas, sucedendo a José Cardoso Ramalho Júnior.

Empossado em 23 de julho de 1900, buscou centralizar a administração pública e, para isso, extinguiu os quatro departamentos em que ela estava dividida. Pretendeu fortalecer a Secretaria Geral do Estado e, com esse intuito, chamou para o cargo de secretário-geral o coronel reformado Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Tentou consolidar a dívida flutuante do estado através da emissão de apólices ao portador, com juros de 7%, resgatáveis em dez anos. No entanto, protestos pressionaram o governo, que acabou reduzindo os juros de 7% para 5% e aumentando o prazo de resgate das apólices para 30 anos. Em seu governo foi também aprovada a obrigatoriedade do beneficiamento da borracha no Amazonas, em detrimento do estado do Pará, por onde passava a produção do Amazonas para exportação. Em junho de 1903 foi instalado o porto da cidade de Manaus pela empresa Manaus Harbour Ltda. Além disso, o governador custeou a inauguração de novas linhas de navegação para diversos pontos do interior. Outro episódio importante da época foi, em 17 de novembro de 1903, a assinatura do Tratado de Petrópolis, que estabeleceu os limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia e definiu que o território do Acre se desmembraria do estado do Amazonas.

Após a inauguração de um edifício reformado para a Escola Pública Bittencourt, deixou o governo em 2 de dezembro de 1903. Como, segundo a Constituição do estado, o processo de sucessão no governo estadual não poderia se dar entre parentes próximos, e como seu

irmão Antônio Constantino Nery pretendia se apresentar à eleição estadual de 1904, precisou renunciar ao cargo com a antecedência necessária para que este pudesse assumir o governo. Até o fim de seu mandato, marcado para 23 de julho de 1904, esteve à frente do estado o vice-governador, monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, que ao final do período transmitiu o governo a Antônio Constantino Nery.

Em 1904 retornou ao Senado Federal, para o qual renovou o mandato em eleições consecutivas até 1930.

Faleceu em Manaus no dia 23 de junho de 1934.

Era casado com Maria Maquiné da Silva, com quem teve seis filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 29/7/2010; SENADO. Disponível em: <"<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29/07/10.

NEVES SOBRINHO, Joaquim José de Faria

*dep. fed. PE 1908-1911.

Joaquim José de Faria Neves Sobrinho nasceu em Recife no dia 2 de abril de 1872. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1891, e no ano seguinte foi nomeado promotor público da comarca de Bezerros (PE). Além das atividades ligadas ao direito, foi professor de latim do Ginásio Pernambucano, em Recife.

Iniciou sua vida política em 1898, quando foi eleito deputado estadual em Pernambuco. Sucessivamente reeleito até 1907, no ano seguinte foi eleito senador estadual, mas não chegou a concluir seu mandato, pois em setembro foi eleito deputado federal na vaga aberta com o falecimento de Malaquias Antônio Gonçalves e assumiu uma cadeira na Câmara os Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito nas eleições regulares de 1909, exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 1911.

No campo jornalístico, foi redator do *Diário de Pernambuco* e do *Estado de Pernambuco*, e colaborou ainda com os periódicos pernambucanos *Jornal do Comércio*, *Revista Contemporânea* e *Almanaque de Pernambuco*. Foi também membro da Academia Pernambucana de Letras.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 4 de janeiro de 1927.

Publicou *Quimeras* (1890), *O hidrófobo* (contos, 1896), *Morbus* (romance, 1898), *Estrofes* (1911), *Pôr de sol* (1920), *Sol posto* (1923) e *Crepúsculo* (1924). Em edições póstumas saíram *Noite* (1935) e *Poesias* (1949).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1, 2, 6). Pernambuco de A-Z. Disponível em: <<http://www.pe-az.com.br/>>. Acesso em: 22/11/2010.

NEVES, Abdias da Costa

*sen. PI 1915-1923.

Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina no dia 19 de novembro de 1876, filho de João da Costa Neves e de Delfina Maria de Oliveira Neves.

Em 1893, com apenas 17 anos de idade, começou a trabalhar no jornal *A Ideia*, vindo a tornar-se seu redator principal. Ingressou no ano seguinte na Faculdade de Direito do Recife, graduando-se em 1898. Durante o curso trabalhou no *Jornal do Recife* como revisor.

Retornando ao Piauí, em 1900 tornou-se juiz interino na cidade de Piracuruca por dois anos. Em seguida, exerceu o cargo de juiz substituto federal entre os anos de 1902 e 1914. Nesse período, realizou uma viagem de estudos a Santa Catarina, em 1906, tendo como objeto de investigação a imigração alemã para aquele estado. Como resultado, escreveu uma série de artigos intitulados *Das Deutschum in Süd-Brasilian* negando a germanização do Brasil. Ainda nesses anos, foi professor da Escola Normal e do Liceu Piauiense, em Teresina, lecionando, neste último, inglês, lógica e alemão. Foi co-fundador, juntamente com Miguel Rosa e Antonino Freire, do jornal *A Pátria*. Como jornalista, colaborou nos jornais *A Crisálida*, *A Notícia*, *O Dia*, *O Redator*, *A Luz*, *O Norte*, *O Estafeta* e *Jornal de Notícias*. Foi também chefe de polícia e advogado da Fazenda do estado do Piauí.

Em 1915, elegeu-se senador pelo Piauí, na legenda do Partido Republicano Conservador, com mandato de nove anos. No Senado, apresentou projeto de construção de uma estrada de ferro que ligasse Teresina ao sul do país, passando por Petrolina (PE). Entre 1919 e 1922 foi terceiro secretário da Mesa do Senado.

Faleceu em Teresina no dia 28 de agosto de 1928.

Publicou *A guerra do Fidié* (1907), *O padre perante a História* (1908), *Um maníaco* (1908), *Psicologia do cristianismo* (1908), *Imunidades parlamentares* (1908), *A elegibilidade do marechal Hermes* (1910), *Autonomia municipal (limites que lhe traçou a Constituição)* (1913), *Velário* (1913), *Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz* (1919), *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), *Direitos políticos, Guerra dos Balaíos, Democracia inversa, História das letras provocadas pela adesão do Piauí à Independência, 1822-1824, Política das estradas de ferro e Finanças da República*. Foi

ainda autor dos textos “Estudo do Piauí” no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, “Os mitos solares dos índios” no *Almanaque Garnier* (1908), e “Confederação do Equador”, “Um caso eleitoral”, “Moral religiosa”, “Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do estado do Piauí desde 1835 a 1908”, na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomo especial, Imprensa.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CHAVES, J. *Apontamentos*; GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

NEVES, FRANCISCO RAMOS DE ANDRADE

*militar; ch. Dir. Mat. Bél. Ex. 1927-1930; ch. EM Pres. Rep. 1930; ch. EM Gov. Prov. 1930-1931; ch. EME 1932-1934; min. STM 1934-1941.

Francisco Ramos de Andrade Neves nasceu no dia 31 de maio de 1874 no Rio Grande do Sul. Era bisneto de José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, herói da Guerra do Paraguai.

Sentou praça em março de 1889, sendo promovido a segundo-tenente em 1893, a primeiro-tenente em 1901, a capitão em 1908 e a major em 1916. Nesse último ano assumiu o comando do destacamento do forte de Copacabana. Em 1919 foi promovido a tenente-coronel e designado chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Em 1920 foi indicado representante militar do Brasil na Comissão Permanente Consultiva para Questões Militares, Navais e Aéreas da Sociedade das Nações, e no ano seguinte foi escolhido presidente da subcomissão militar da Comissão Permanente Consultiva do mesmo organismo. Em 1922 representou o Brasil nas comissões Econômica e Financeira e de Repartição de Despesas da Sociedade das Nações e foi promovido a coronel. Em 1923 foi consultor técnico da delegação brasileira à IV Assembleia da Sociedade das Nações e designado adido militar da embaixada do Brasil na Bélgica, onde permaneceu até 1925. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e em 1926 foi promovido a general de brigada. Em 1927 deixou o arsenal e foi nomeado diretor de Material Bélico do Exército, cargo em que permaneceu até 1930.

Ainda no governo de Washington Luís, no dia 10 de setembro de 1930 foi nomeado chefe do Estado-Maior da Presidência da República. Ocupava esse posto quando, no final do mês, foi procurado por Lindolfo Collor, líder político gaúcho, que, a mando de Getúlio Vargas, se encontrou no Rio de Janeiro com vários oficiais de alta patente ainda não comprometidos com a revolução que se pretendia desencadear para depor Washington Luís. Segundo Hélio Silva, esses contatos não foram satisfatórios, porque Andrade Neves se mostrou na ocasião muito reticente quanto a uma possível adesão sua ao movimento. No entanto, segundo João Neves da Fontoura, Collor conseguiu o apoio dos generais Andrade Neves, Augusto Tasso Fragoso e Alfredo Malan d'Angrogne, aos quais se juntariam mais tarde outros oficiais importantes do Exército e da Marinha.

No dia 24 de outubro Washington Luís foi deposto, formando-se uma junta provisória para governar o país, constituída pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante José Isaías de Noronha. No dia 3 de novembro Vargas recebeu dessa junta o poder presidencial, como delegado da revolução. Com a ascensão de Vargas, Andrade Neves foi mantido na chefia do Estado-Maior da Presidência da República, agora denominado Estado-Maior do Governo Provisório (4/11/1930). Promovido a general de divisão em abril de 1931, foi nomeado comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre.

Em 1932, no período que antecedeu a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, a inquietação política, que era grande nesse estado, se estendeu até Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Andrade Neves, ainda comandante da 3ª RM, mantinha nessa ocasião contatos com a Frente Única Gaúcha (FUG), coalizão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) com o Partido Libertador (PL). Borges de Medeiros, presidente do PRR, prometera apoio a São Paulo, enquanto o governador do estado, Flores da Cunha, negociava ao mesmo tempo com o governo federal e com os paulistas.

Preocupados com a possibilidade de Andrade Neves vir a apoiar os constitucionalistas de São Paulo, os revolucionários de 1930 vinculados ao Clube 3 de Outubro, organização tenentista, pressionaram o ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, para que interferisse de algum modo na 3ª RM a fim de sabotar as relações entre o general Andrade Neves e a FUG. Através de uma série de manobras, como nomeações e transferências de comandantes de corpos de tropas sem consulta a Andrade Neves, e recusando ao mesmo tempo suas indicações, o ministro da Guerra conseguiu neutralizar seu campo de influência e ação. Em consequência, em telegrama enviado ao ministro da Guerra no dia 30 de maio de 1932, o comandante da 3ª RM solicitou sua exoneração do cargo, atitude que já tomara duas vezes sem ser atendido.

Esse pedido de exoneração provocou uma crise no governo gaúcho. Necessitando do apoio da FUG, à qual o general Andrade Neves continuava ligado, Flores da Cunha ameaçou renunciar e telegrafou a Osvaldo Aranha, afirmando que a saída do comandante da 3ª RM perturbaria a ordem pública. Osvaldo Aranha debateu o assunto com Vargas, que procurou temporizar por alguns dias. Finalmente, o chefe do governo provisório decidiu exonerar o ministro da Guerra, reafirmando sua confiança no comandante da 3ª RM e solicitando que

permanecesse no posto.

No dia 9 de julho, data da eclosão da Revolução de 1932 em São Paulo, Andrade Neves retornou de uma viagem curta que realizara e reassumiu o comando da 3ª RM. A partir de então, definiu-se o panorama gaúcho: Flores da Cunha e Andrade Neves apoiaram Vargas, rompendo com a FUG, que ficou do lado dos paulistas, e puderam controlar o Exército e a Brigada Militar, dominando a situação no estado.

No dia 16 de agosto o chefe do Estado-Maior do Exército, Tasso Fragoso, foi demitido, por suspeita de colaborar com os revolucionários. Andrade Neves teve seu nome sugerido por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante das forças governistas, e assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército (EME) no dia 22 de agosto seguinte. Em outubro, ao fim de quase três meses de combate, os revoltosos de São Paulo foram derrotados, e o poder de Vargas ficou amplamente confirmado.

Andrade Neves permaneceu na chefia do EME até agosto de 1934, quando foi nomeado ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM). Eleito presidente do STM em 1938, foi reeleito em 1940, e em 1941 aposentou-se por decreto.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro de 1951.

Foi casado com Zalda Vilela de Carvalho Andrade, filha do marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra de 1922 a 1926, com quem teve três filhas.

Roberto Pechman

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (15, 16/1/51); MIN. GUERRA. *Almanaque*; NOGUEIRA, F. *Supremo*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1938.

NEVES, Graciano dos Santos

*junta gov. ES 1891-1892; pres. ES 1896-1897; dep. fed. ES 1906-1908.

Graciano dos Santos Neves nasceu em São Mateus (ES) no dia 12 de julho de 1868, filho de Graciano dos Santos Neves e de Constância Gomes da Cunha Santos Neves. Pertencia a importante família de São Mateus, formada por baianos que se radicaram naquela cidade e se uniram por numerosos casamentos à oligarquia local. Sua mãe era irmã do barão de Aimorés, e seu pai, nascido na Bahia, foi deputado provincial.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, porém não concluiu o curso de engenheiro, passando à Faculdade de Medicina, na qual se formou em 30 de dezembro de 1889. Logo retornou ao Espírito Santo, onde se envolveu na política, atuando a favor do novo regime e do governador nomeado para o estado, Afonso Cláudio. Em São Mateus, fundou um jornal, *Norte do Espírito Santo*, alinhado com o Partido Republicano Construtor (PRC), e fez oposição aguerrida ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, após ter este deposto o governador do Espírito Santo Henrique Coutinho, membro do seu partido. Combateu duramente o golpe desfechado por Deodoro em 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional, e por conta disso o presidente estadual Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade, o barão de Monjardim – a quem também combatia – chegou a ordenar sua prisão. Antes que esta se concretizasse, porém, tanto o governo federal quanto o governo estadual chegaram ao fim.

Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891, e no mesmo dia o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu a presidência. Iniciaram-se então nos estados, com o apoio do novo presidente e da facção militar a ele aliada, rebeliões contra os governantes ligados a Deodoro. No Espírito Santo o movimento rebelde foi comandado politicamente pelo PRC, com a participação das forças do Exército sediadas no estado, e depôs o vice-governador, Antônio Gomes Aguirre, que substituíra o barão de Monjardim. Em 9 de dezembro foi instalada uma junta governativa, e Graciano, credenciado por sua atuação anterior, foi escolhido como um de seus membros, ao lado do comandante do 32º Batalhão de

Infantaria, o coronel Inácio Henrique de Gouveia, e de Galdino Lins de Barros Loreto, apoiado por políticos federais.

A junta governativa dissolveu a Assembleia, adotou como Constituição provisória o projeto elaborado no governo de Afonso Cláudio, já utilizado nos governos anteriores do PRC, e convocou eleições para uma nova Constituinte estadual. Esta foi instalada a 9 de abril de 1892, e a 2 de maio elegeu José de Melo Carvalho Muniz Freire, então deputado federal, para a presidência do estado, e Graciano Neves para a primeira vice-presidência. Nessa condição, Graciano assumiu o governo entre 2 de agosto e 5 de outubro do mesmo ano, por motivo de licença do presidente. Ao final de um governo exitoso, Muniz Freire escolheu pessoalmente Graciano como candidato à sua sucessão. Eleito, contra o candidato da oposição, senador Domingos Vicente, dissidente do PRC, Graciano tomou posse a 23 de maio de 1896.

Após um período de prosperidade no Espírito Santo, graças aos bons preços e à expansão da produção do café, cujo auge se deu no governo de Muniz Freire, o mandato de Graciano começou no início da crise daquele produto, que criou sérios problemas para a economia brasileira e a capixaba, baseadas na monocultura cafeeira. A crise provocou a desvalorização da moeda nacional, dificultando o pagamento da dívida externa que o estado havia contraído para financiar seu plano ferroviário, e a queda da receita estadual, sustentada pelo imposto de exportação sobre o café. Graciano teve que reduzir os gastos do estado, paralisando obras em Vitória e interrompendo o contrato para a introdução de imigrantes; manteve, porém, a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Essa política de restrição de gastos públicos e a recusa do presidente em tomar diversas medidas solicitadas pelo diretório de seu partido, do qual ele não participava, levaram a um conflito que se agravou rapidamente, facilitado pela ausência de seu principal aliado, Muniz Freire, que se encontrava na França em comissão do governo.

Simultaneamente, a divisão instalada na política federal, com a formação de uma forte e violenta oposição ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898), atingiu o estado, mantendo um clima de alta tensão política. A oposição estadual uniu-se à federal e criou

uma seção regional do Partido Republicano Federal (PRF), ligada à ala florianista e aos jacobinos que combatiam Prudente. Quando este se licenciou, por motivo de doença, o vice-presidente da República, Manuel Vitorino, da oposição, passou a substituir os chefes das repartições federais no Espírito Santo (como a Capitania dos Portos) por partidários da oposição. Fortalecidos e comandados pelo deputado federal Torquato Moreira, presidente do PRF local, esses oposicionistas acirraram o combate ao governo estadual. Graciano, que até então era respeitado por sua cultura e integridade de caráter, passou a ser combatido ferozmente. Não tinha gosto pelo exercício do poder e da administração pública e, diante da pressão ao mesmo tempo interna ao partido e externa, licenciou-se do cargo a 22 de agosto de 1897 e não reassumiu o governo, apresentando sua renúncia em setembro seguinte. Substituiu-o o vice-presidente Constante Gomes Sodré. Retomou então a clínica médica, desempenhou várias comissões públicas nessa área, e foi professor da Escola Normal, recém-criada no estado.

Em 1906, após o rompimento entre Muniz Freire e o presidente Henrique Coutinho ocorrido no ano anterior, que dividiu o PRC e a política do estado, Graciano apoiou Muniz e fez parte da chapa dissidente apresentada e encabeçada por esse último nas eleições para Congresso Nacional, como candidato a deputado federal. Embora a chapa tenha sido derrotada na eleição estadual, foi reconhecida pela Comissão de Verificação do Congresso, e Graciano exerceu o mandato de deputado federal de 1906 a 1908.

Em 1908, Jerônimo Monteiro foi eleito presidente do estado e, poucos meses depois, conseguiu reunir quase todas as forças políticas capixabas para a criação de uma nova agremiação, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Poucos políticos permaneceram na oposição, mas entre eles estava Graciano Neves, que não deu trégua a Jerônimo na Câmara de Deputados. Terminado seu mandato, não tinha condições de se reeleger, mas apresentou-se como candidato avulso e foi o primeiro mais votado abaixo da chapa oficial. Como um dos membros dessa chapa, Galdino Loreto, faleceu antes do início da legislatura, Graciano tentou se fazer reconhecer em seu lugar, mas não conseguiu vencer a força dos aliados de

Jerônimo Monteiro, entre os quais Torquato Moreira, que foi eleito segundo vice-presidente da Câmara.

Graciano permaneceu no Rio de Janeiro, onde foi técnico do Jardim Botânico, tendo ocupado sua direção interinamente. Por concurso de 1913 ocupou o cargo de professor da Escola Superior de Agricultura, lecionando as disciplinas de botânica, morfologia e fisiologia vegetal. Casou-se com Áurea Santos Neves e faleceu naquela cidade a 21 de abril de 1922.

Publicou *Doutrina do engrossamento* (1901 [primeira edição, com pseudônimo], 1935, 1980 e 1999), uma série de artigos com o título de “Meia ciência” no jornal *O Estado do Espírito Santo*, e foi colaborador dos periódicos *A Imprensa*, *O País* e *Jornal do Brasil* (com o pseudônimo de Brasília Machado).

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897); *Estado do Espírito Santo* (1891-1896); *Jornal Oficial* (1906); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *História*; PEREIRA, A. *Homens*.

NEVES, João Baeta

*dep. fed. MG 1921-1929.

João Baeta Neves nasceu em Bonfim (MG), filho de Caetano Baeta Neves e de Maria Sabina Baeta Neves. Seu pai foi coronel da Guarda Nacional.

Cursou o secundário no Ginásio Mineiro de Ouro Preto (MG) e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1900.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), em cuja legenda foi eleito deputado estadual em Minas Gerais em 1915. Assumiu, nesse mesmo ano, sua cadeira na Assembleia Legislativa mineira, para a qual foi reeleito para a legislatura seguinte. Permaneceu no Legislativo estadual até 1921, ano em que foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumindo, em 3 de maio desse mesmo ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1924 e 1927 para essas duas legislaturas seguintes e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1929.

Seu primo Lourenço Baeta Neves foi constituinte de 1934 e deputado federal por Minas Gerais de 1934 a 1937. Outro primo, Alfredo Teixeira Baeta Neves, também se destacou na política estadual como deputado e senador estadual.

Faleceu em Minas Gerais.

Era casado com Angelina de Almeida Andrade, com quem teve oito filhos.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ, HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.2, p.455/6); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

NICÁCIO, Antônio Dutra

*const. 1891; dep.fed. MG 1891-1893.

Antônio Dutra Nicácio nasceu em Tabuleiro, então Distrito de Pomba (MG), no dia 1º de março de 1859, filho de José Dutra Nicácio Júnior e de Ana Maria da Assunção. Seu pai era fazendeiro e foi tenente-coronel da Guarda Nacional. Sua família, radicada na Zona da Mata mineira, teve como maior expoente seu primo Astolfo Dutra Nicácio, que foi vereador, presidente da Câmara Municipal e agente executivo de Cataguases (MG), deputado estadual e deputado federal (1903-1911 e 1915-1920) por Minas Gerais.

Fez o curso preparatório no Colégio São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, então capital do Império e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886, juntamente com seu primo Astolfo Dutra Nicácio. Em 1890, logo após a proclamação da República (15/11/1889), auxiliou a população de Santo Antônio das Silveiras (MG) na emancipação do distrito, elevando a localidade a distrito de paz.

Filiado ao Partido Republicano mineiro (PRM), ainda em 1890 foi eleito deputado federal por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro no Rio de Janeiro e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e o início, em maio, da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. No Congresso participou da dissidência da bancada mineira e integrou a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação. Assinou o manifesto dos deputados e senadores contra o golpe de Estado do marechal Deodoro da Fonseca, então presidente da República, no dia 3 de novembro de 1891. Deodoro, como não conseguiu superar grave crise política em seu governo, acabaria renunciando no dia 23 desse mesmo mês e foi substituído pelo seu vice-presidente, marechal Floriano Peixoto. Permaneceu na Câmara Federal até dezembro de 1893, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Em seguida, abandonou a atividade política, mas retornaria em 1902, como chefe político em seu município.

Em 1908 foi eleito Agente Executivo de Pomba, função que desempenharia até 1912, quando renunciou.

Faleceu em Pomba no dia 24 de novembro de 1932.

Era casado com Alice Ladeira Dutra Nicácio, com quem teve uma filha.

Liliane Correa

FONTES: CÂM. DEP. *Constituição de 1891*. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 29/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CANTONI, N.; RODRIGUES, J. *Joaquim*; FALCONI, A. *Astolpho*; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.2, p.461); Santiago, Sinval. *Outra*; SENADO *Coleção de Leis do Brasil*. DEC - 7584 de 07/10/1909. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=58133>>. Acesso em: 1/7/2010, 13:45.

NOBRE, Manuel de Carvalho

*dep. fed. SE 1918-1920.

Manuel de Carvalho Nobre foi eleito deputado federal pelo estado de Sergipe nas eleições realizadas em janeiro de 1918. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Exerceu seu mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1920.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

NÓBREGA, Francisco Seráfico da

*dep. fed. PB 1909-1914.

Francisco Seráfico da Nóbrega nasceu em Santa Luzia do Sabugi (PB) no dia 28 de novembro de 1863, filho de Manuel da Nóbrega e de Gertrudes da Nóbrega.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1889, mas não concluiu seu curso na instituição, pois em 1892 mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Aí começou a lecionar e ingressou na Faculdade Livre de Direito, onde se formou em 22 de dezembro de 1894. Depois de formado, passou a se dedicar à advocacia e foi auxiliar de redação do *Diário Oficial*. Também fez parte da Assistência Jurídica do Rio de Janeiro.

De volta à Paraíba, foi nomeado juiz substituto e exerceu o mandato de deputado estadual em várias legislaturas. Além de ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa, em 1904 foi eleito segundo vice-presidente do estado na administração de Álvaro Lopes Machado (1904-1905). Em outubro de 1905 abriu mão do mandato de deputado estadual para assumir interinamente o governo paraibano, quando Álvaro Lopes Machado renunciou para concorrer ao Senado Federal. Poucos dias depois, assumiu o governo estadual o vice-presidente do estado padre Valfredo Leal, que o nomeou diretor de Instrução Pública. Ficou nesse posto até outubro de 1908.

Em 1909 foi eleito deputado federal pela Paraíba e em 1912 teve seu mandato renovado até 1914. Foi também nomeado juiz de direito em São Luís do Cárcere (MT) e Cuiabá, mas não aceitou esses cargos.

Seu filho, Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, membro da Academia Paraibana de Letras e deputado estadual constituinte em 1947.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ACAD. PARAIBANA DE LET. Disponível

em: <<http://www.aplpb.com.br>>. Acesso em: 2/12/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

NOGUEIRA FILHO, PAULO

*rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. 1935-1937; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951.

Paulo Nogueira Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 16 de novembro de 1898, filho de Paulo de Almeida Nogueira e de Ester Nogueira. Seu avô, José Paulino Nogueira, foi coronel da Guarda Nacional, fazendeiro, comerciante e iniciador de grandes empreendimentos financeiros.

Descendente de famílias abastadas, proprietárias de fazendas e indústrias, Paulo Nogueira Filho conviveu desde a infância com destacadas personalidades do mundo econômico e político da época, como Manuel de Campos Sales, José Gomes Pinheiro Machado, Carlos Guimarães, José Maria Whitaker e outros. Recebeu educação cuidadosa, frequentando durante dois anos uma escola na Europa. Concluiu os estudos secundários no Colégio São Bento, na capital paulista, e, depois de estudar durante sete meses no curso preparatório Henrique Greenen, ingressou em 1914 na Faculdade de Direito de São Paulo. Durante o curso desenvolveu intensa atividade política, iniciada na campanha pelo serviço militar obrigatório e o voto secreto, sob a liderança de Olavo Bilac e Miguel Pereira. Em decorrência de sua participação nesse movimento, ainda como primeiranista ingressou no Voluntariado de Manobras organizado pelo Exército e, em seguida, integrou o Batalhão Acadêmico formado na faculdade. Em 1916, criou junto com um grupo de colegas o grêmio literário Álvares de Azevedo que, mobilizando recursos privados, construiu uma escola noturna dirigida por estudantes e destinada à alfabetização de adultos.

O torpedeamento do navio brasileiro *Paraná* por um submarino alemão em 7 de abril de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, gerou intensa onda de protestos de cunho nacionalista. Enquanto Rui Barbosa, no Rio, e Júlio Mesquita, em São Paulo, escreviam veementes artigos de protesto, estudantes organizaram comícios e, no dia 12, uma multidão empastelou o *Diário Alemão*. Nesse contexto, foi fundada em São Paulo a Liga Nacionalista, seguidora das idéias de Olavo Bilac e presidida pelo professor Frederico Steidel. Paulo Nogueira Filho foi um dos primeiros filiados da organização. Ainda estudante, apoiou a candidatura de Luís Pereira Barreto para o Senado estadual, vitoriosa depois de uma campanha que realizou inúmeras caravanas pelo interior e desafiou o domínio político exercido pelo Partido Republicano Paulista (PRP) no estado.

Por ocasião da epidemia de gripe de 1918, o governo facultou a aprovação de estudantes por decreto, mas a Liga Nacionalista exigiu que seus associados prestassem os exames finais. Descontentes, Paulo Nogueira Filho e outros estudantes lançaram, em 28 de janeiro de 1919, o chamado *Manifesto dos 60*, formalizando o rompimento com a Liga e criticando duramente seu presidente. Nos meses seguintes, Paulo Nogueira apoiou ativamente a campanha de Rui Barbosa para a presidência da República, vaga com a morte de Francisco de Paula Rodrigues Alves. Apesar da vitória de Epitácio Pessoa no pleito realizado em 13 de abril de 1919, a participação na campanha eleitoral estimulou o liberalismo de Paulo Nogueira Filho, bem como sua admiração pelo candidato derrotado.

Em 1921, casou-se com Regina Sales de Oliveira Coutinho, descendente de uma família paulista tradicional. No ano seguinte, decidiu-se a dedicar-se aos negócios, reorganizou a Companhia de Tecidos de Seda Santa Branca, de sua propriedade, elaborando um regimento interno para a empresa baseado nos códigos de trabalho vigentes nos países de capitalismo avançado.

A FORMAÇÃO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO

Paulo Nogueira Filho viajou à Europa em 1924 para tomar conhecimento de técnicas mais avançadas de tecelagem. De volta ao Brasil, simpatizou com o movimento revolucionário deflagrado em 5 de julho de 1924 na capital paulista sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, mas não chegou a aderir. Mesmo assim, intensificou sua atividade política sob a influência dos movimentos que combatiam a oligarquia dominante em São Paulo, vinculada ao PRP. No mês seguinte ao seu retorno, sob o estado de sítio que vigorou durante todo o governo de Artur Bernardes, convocou uma reunião em sua casa para organizar uma sociedade secreta que teria como objetivo criar um novo partido político e um jornal. Surgiu assim, em 31 de agosto de 1924, a Sociedade Invisível de Ação Política (SIAP), cujo termo de fundação foi assinado por Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, José Benaton Prado, Paulo Vicente de Azevedo, Valdemar Ferreira, José Maria de Camargo Aranha, Tácito de Almeida, Tomás Lessa, Rubens Borba Alves de Moraes, Mário de Andrade, Francisco Malta Cardoso, Clóvis Ribeiro, Antônio Vicente de Azevedo e o próprio Paulo Nogueira Filho. O programa da organização defendia a eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional, o controle parlamentar sobre as atividades dos

ministros, a limitação do estado de sítio aos casos de guerra, a realização de uma reforma tributária e a adoção de leis reguladoras das relações entre operários e patrões.

Em virtude do estado de sítio e da vigilância policial, a SIAP se limitou a reuniões esporádicas, mas tornou-se uma das principais vertentes na articulação de um novo partido paulista. Em 1925, Paulo Nogueira Filho, o conselheiro Antônio da Silva Prado e outros buscaram aglutinar a crescente oposição ao regime vigente, entrando em contato com o deputado José Adriano Marrey Júnior — que proclamava na Câmara Estadual a necessidade de formar um partido popular — e Valdemar Ferreira — que tentava criar um partido liberal. Da aglutinação dessas correntes surgiu o Partido Democrático (PD) de São Paulo, cuja comissão organizadora se reuniu pela primeira vez na casa de Antônio Prado em 24 de fevereiro de 1926 e elegeu Paulo Nogueira Filho para a secretaria geral. A nova agremiação defendia as instituições da democracia liberal, lutando especialmente pela reforma eleitoral e o voto secreto, mas era deliberadamente vaga na definição das principais reivindicações trabalhistas, defendendo “todas as medidas que interessam à questão social”. Durante o primeiro congresso do novo partido, realizado em 21 de março de 1927, Paulo Nogueira Filho defendeu, com êxito, a criação de um jornal vinculado à causa democrática e propôs um estatuto que incluía a adoção do voto secreto para a escolha dos dirigentes partidários. Apesar de contar em sua direção com uma clara maioria de fazendeiros e profissionais de alta extração social, não se diferenciando nesse aspecto das correntes tradicionais, o PD encontrou excepcional receptividade em São Paulo, conseguindo cerca de 20 mil filiações em menos de três meses. Em 1º de junho de 1927 foi assinado o manifesto de lançamento da Sociedade Anônima Diário Nacional, empresa dirigida por Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior e responsável pelo jornal do partido, cujo primeiro número foi publicado em 14 de julho seguinte.

Pouco depois, Paulo Nogueira e Francisco Morato viajaram ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para discutir com o líder gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil a criação de um partido de âmbito nacional dentro da linha programática do PD. Os entendimentos prosseguiram até a formação, em 21 de setembro de 1927, do Partido Democrático Nacional, cujo diretório provisório ficou composto por Assis Brasil, Paulo de Moraes Barros, Adolfo Bergamini, Francisco Morato, Marrey Júnior, Plínio Casado e João Batista Luzardo, cabendo a Antônio da Silva Prado o cargo de presidente de honra.

Paulo Nogueira Filho participou intensamente da organização e desenvolvimento da campanha do PD para as eleições de 24 de fevereiro de 1928, quando seria renovada a Câmara Estadual paulista. A expectativa despertada pelos sucessivos comícios e a intensa mobilização da população durante a campanha foram frustradas pela utilização da fraude em larga escala por parte das correntes dominantes, desfechando um duro golpe nas esperanças de obter mudanças institucionais significativas através das urnas. Em consequência, alguns líderes do partido — entre os quais Paulo Nogueira Filho — tenderam a se aproximar de setores da jovem oficialidade das forças armadas que defendiam a luta armada contra o regime.

Quatro dias depois das eleições em São Paulo, Paulo Nogueira Filho, Valdemar Ferreira, Berto Condé e Paulo Pinto de Carvalho integraram a delegação do PD ao Congresso de Bajé, onde três correntes da oposição gaúcha — a federalista, a democrática e a castilhistas dissidente — se uniram, formando o Partido Libertador (PL), que adotou na íntegra o programa do Partido Democrático Nacional e aderiu à idéia revolucionária. Assis Brasil, principal líder do PL, incumbiu Paulo Nogueira Filho de realizar uma série de contatos no Rio Grande do Sul antes de retornar a São Paulo. A primeira viagem foi à fronteira com a Argentina para encontrar os chefes revolucionários Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes, exilados nesse país. Paulo Nogueira retornou em seguida a Porto Alegre, onde conversou com Raul Pilla, foi depois a Pelotas contatar Anacleto Firpo e rumou, finalmente para a cidade de Mello, no Uruguai, a fim de rever Assis Brasil.

Ainda por essa época, Paulo Nogueira Filho viajou a Buenos Aires para conversar com Luís Carlos Prestes sobre a preparação de um movimento armado. Segundo seu depoimento posterior, Prestes era cético quanto à possibilidade de que o PD e o PL pudessem atingir sozinhos seus objetivos programáticos, mas considerava útil a ação propagandista que poderiam desenvolver. Ao mesmo tempo, mostrou-se disposto a participar do movimento revolucionário, desde que fosse possível prepará-lo de maneira adequada, levando Paulo Nogueira Filho a comprometer-se com a arrecadação dos fundos financeiros necessários.

De volta da viagem, Paulo Nogueira Filho publicou artigo no *Diário de São Paulo* de 19 de abril de 1928 intitulado “O pensamento político de Luís Carlos Prestes”. Constatou, entretanto, que o clima político em São Paulo era avesso a qualquer movimento revolucionário, pois os deputados eleitos pelo PD preferiam a manutenção da ordem e a

maioria do partido pretendia persistir na prática eleitoral. Por outro lado, os entendimentos com Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, e Batista Luzardo e Maurício de Lacerda, no Rio, reforçavam a idéia de que não havia condições de preparar a deflagração da luta armada. Essa também era a opinião de Prestes, que escreveu carta a Nogueira Filho afirmando não ter recebido a quantia prometida, criticando a ação do PD e de Assis Brasil, e recomendando uma ênfase especial no desenvolvimento da propaganda antigoverno.

O núcleo revolucionário civil mais próximo a Paulo Nogueira Filho se ressentia de uma coordenação precária com outros grupos. Esses problemas, entretanto, não impediam o crescimento do proselitismo dos democráticos. Em 19 de julho de 1928, partiu de São Paulo em direção ao Norte uma caravana formada por Assis Brasil, Maurício de Lacerda, Simões Lopes Filho, Valdemar Ferreira, Nereu Ramos, Davidoff Lessa, Roberto Macedo e Vicente de Moraes, que recebeu calorosa recepção em diversas cidades, especialmente em Recife, onde uma multidão calculada em 50 mil pessoas foi ouvir os oradores.

Considerando impossível organizar naquele momento um movimento revolucionário, Paulo Nogueira Filho exonerou-se da secretaria geral do PD e da direção do *Diário Nacional*, e em novembro de 1928 embarcou para a Europa.

A REVOLUÇÃO DE 1930

De volta ao Brasil em 1929, Paulo Nogueira Filho já encontrou a oposição articulada em torno da Aliança Liberal, coligação de âmbito nacional que lançara a candidatura de Getúlio Vargas para disputar o pleito presidencial de março de 1930 com o candidato situacionista Júlio Prestes, presidente de São Paulo e líder do PRP. Ainda na condição de membro do diretório central do PD, integrou-se à campanha aliancista e assumiu a responsabilidade de reorganizar o *Diário Nacional*, que estava ameaçado por uma crise financeira. Ao mesmo tempo, retomou seus contatos com os “tenentes” que atuavam em São Paulo sob a chefia de Antônio de Siqueira Campos na preparação de um levante de âmbito nacional.

Paulo Nogueira Filho foi um dos principais organizadores da visita de Getúlio Vargas a São Paulo em 4 de janeiro de 1930, quando o candidato aliancista foi recebido e aclamado por uma imensa multidão. A campanha transcorreu em meio a grande tensão. A certa altura, Paulo Nogueira ajudou a mobilizar cerca de duzentos homens para defender a sede do

Diário Nacional, ameaçada de empastelamento por parte de membros do PRP. Depois, informado sobre a existência de um plano para assassiná-lo, dirigiu-se ao secretário de Segurança do estado, Antônio Carlos Sales Júnior, para responsabilizar as autoridades por qualquer tipo de atentado ou violência contra sua pessoa.

Durante toda a campanha eleitoral, Paulo Nogueira Filho continuou participando do grupo que, sob a chefia de Siqueira Campos, preparava a revolução em São Paulo. Com a vitória de Júlio Prestes nas eleições, os preparativos foram acelerados, com a distribuição para os conspiradores de granadas de mão fabricadas por Josias Carneiro Leão. Após a morte de Siqueira Campos em desastre de avião no mês de maio de 1930, Ricardo Holl assumiu o comando revolucionário em São Paulo e destacou elementos do PD para o interior do estado, cabendo a Paulo Nogueira Filho o setor de Campinas.

As principais bases de apoio político-militar dos revolucionários estavam localizadas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que seriam os estados iniciadores do levante. Com a definição das linhas gerais do plano revolucionário, o PD designou Paulo Nogueira Filho e Aureliano Leite como seus representantes, respectivamente, nas colunas gaúcha e mineira. Paulo Duarte, Carlos Morais Andrade, Carlos Prado, Aníbal Fagundes e outros líderes democráticos permaneceram na capital paulista coordenando núcleos de revoltosos que entrariam em ação mais tarde. Chegando ao Rio Grande do Sul, Paulo Nogueira Filho foi informado de que a eclosão do movimento havia sido adiada e resolveu seguir para Buenos Aires a fim de encontrar Prestes, que se recusou novamente a participar do movimento. Na viagem de volta, constatou a disposição de Assis Brasil e dos libertadores, favorável à luta armada.

Paulo Nogueira Filho só chegou a Porto Alegre em 4 de outubro de 1930, no dia seguinte à deflagração do levante que obteve êxito fulminante em todo o estado. Com a consolidação da vitória dos revolucionários gaúchos e a organização da marcha para o norte, foi convidado a se juntar a Ildefonso Simões Lopes, Francisco Antunes Maciel, Joaquim Maurício Cardoso, Fernando de Abreu Ferreira e Anacleto Firpo no estado-maior civil de Getúlio Vargas, chefe supremo do movimento. Esses líderes partiram no dia 12 com o objetivo de alcançar no Paraná os destacamentos de vanguarda comandados por Miguel Costa, Alcides Etchegoyen e João Alberto Lins de Barros. No início da viagem, Nogueira Filho conversou com Vargas sobre a situação em São Paulo, ficando acertado que

Francisco Morato, presidente do PD, assumiria o governo paulista depois da vitória. No decorrer da campanha militar, integrou, junto com Antunes Maciel, o primeiro escalão do destacamento comandado por Batista Luzardo, que chegou a Ponta Grossa (PR) em 18 de outubro. Quatro dias depois redigiu uma mensagem conclamando os paulistas a colaborarem com a revolução.

Pressionada pelo avanço das tropas revolucionárias em todas as frentes, a alta hierarquia militar sediada no Rio depôs o presidente Washington Luís no dia 24 de outubro e empossou uma junta que propôs a cessação dos combates. Os revolucionários exigiram então a rendição das tropas legalistas estacionadas na fronteira de São Paulo com o Paraná, ao mesmo tempo em que o general Hastínfilo de Moura assumia interinamente a chefia do governo paulista em lugar de Júlio Prestes. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas foi empossado à frente do governo provisório.

A reorganização política de São Paulo depois da vitória da revolução foi marcada por sucessivas crises resultantes do confronto entre os partidos tradicionais no estado e as correntes tenentistas apoiadas pelo novo governo federal. Paulo Nogueira Filho e seus companheiros esperavam a nomeação de Francisco Morato para a interventoria paulista e se opunham vigorosamente à entrega do cargo ao “tenente” João Alberto. Durante o chamado “governo dos 40 dias” (que existiu em São Paulo entre 26 de outubro e 5 de dezembro de 1930, com o apoio do PD, sob a chefia de José Maria Whitaker, Plínio Barreto e João Alberto, sucessivamente) Paulo Nogueira exerceu o cargo de subchefe de polícia, subordinado a Vicente Rao, a quem substituiu em diversas ocasiões. Numa delas, recebeu ordem de João Alberto para permitir a instalação de uma sede do Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — e garantir sua liberdade de atuação. Junto com Elias Machado, Joaquim Celidônio e os maiores Mário Barbosa de Oliveira e Heitor Lobato Vale, integrou também a Comissão Central de Sindicâncias, encarregada de coordenar o trabalho das dez juntas que atuavam no estado. Afastou-se nesse período, junto com José Marrey Júnior, da direção efetiva do *Diário Nacional*, mas continuou, mesmo assim, a figurar na sua diretoria.

Paulo Nogueira Filho foi convidado para participar da direção da Legião Revolucionária, organização tenentista fundada em 12 de novembro de 1930 sob a liderança de Miguel Costa e João Alberto com o objetivo de apoiar o aprofundamento das reformas iniciadas

com a vitória da revolução. Sua oposição às pretensões tenentistas em relação à interventoria paulista levaram-no porém a declinar do convite. Em 25 de novembro, João Alberto foi nomeado interventor, contrariando profundamente os desejos do PD.

NA REVOLUÇÃO DE 1932

No início de 1931, Paulo Nogueira Filho foi credenciado como delegado do PD junto ao governo provisório e, em fevereiro, recebeu a incumbência de organizar a Comissão Central de Compras do governo federal.

Nesse período, a crise política em São Paulo se agravou, levando o PD a divulgar no dia 5 de abril um manifesto em que rompia com João Alberto, acusado de preterir paulistas ilustres em favor de pessoas estranhas ao estado, manter no governo “elementos inconvenientes à tranquilidade geral” e entregar diversas prefeituras a militares de sua confiança. Paulo Nogueira Filho foi signatário desse documento e participou ativamente da articulação da Frente Única Paulista (FUP), coligação do PD com o PRP lançada oficialmente em 16 de fevereiro de 1932 em torno de um programa que defendia a imediata reconstitucionalização do país e a restauração da autonomia estadual.

A FUP passou a discutir a deflagração de um levante armado, cujos preparativos foram intensificados depois das grandes manifestações populares hostis à presença em São Paulo de Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda. Nesse contexto, Paulo Nogueira Filho promoveu a formação da Guarda Paulista, mais tarde transformada no MMDC, organização que se destacou na preparação e no apoio à luta armada. Pouco depois, foi substituído por Aureliano Leite na direção da organização.

Paulo Nogueira Filho cooperou diretamente com a chefia do movimento revolucionário. No dia 8 de julho, quando a tensão chegava ao ápice, viajou junto com João Neves da Fontoura para o Rio de Janeiro a fim de fazer uma última tentativa de evitar a luta armada. Não chegou a cumprir essa missão em virtude da deflagração da Revolução Constitucionalista no dia seguinte. No Rio, embarcou clandestinamente com um grupo de oficiais do Exército em uma frágil embarcação pesqueira que rumou para o litoral paulista, e aí chegando integrou-se às forças revolucionárias estacionadas no sul do estado sob o comando do coronel Basílio Taborda.

O desenvolvimento da guerra civil foi desfavorável aos constitucionalistas, que, isolados do

resto do país e incapazes de avançar para além das fronteiras de seu estado, assumiram uma posição fundamentalmente defensiva durante o conflito. Apesar de todo o esforço de guerra, marcado pela conversão de fábricas à produção bélica e pela intensa mobilização popular, as dificuldades dos revoltosos foram se avolumando diante de um inimigo que em todas as frentes se mostrava muito mais numeroso e melhor provido tecnicamente. Nesse contexto, Nogueira Filho recebeu do governo paulista a importante missão de chefiar uma delegação à Argentina, onde conseguiu levantar mil libras esterlinas e 60 mil dólares correspondentes ao futuro envio de 250 mil sacas de café.

Com a derrota da revolução no início de outubro de 1932, Paulo Nogueira Filho partiu para o exílio, de onde retornou no ano seguinte. Em outubro de 1934, foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Constitucionalista, passando a apoiar a candidatura afinal vitoriosa de Armando de Sales Oliveira ao governo estadual. Em maio de 1935 iniciou seu mandato na Câmara dos Deputados. Favorável à rigorosa Lei de Segurança Nacional, apoiou em julho o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política “contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio”.

Em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas liderou um golpe militar que implantou o Estado Novo, fechando todos os órgãos legislativos do país. Contrário ao novo regime, Paulo Nogueira Filho foi preso e deportado junto com Armando Sales e outros líderes políticos. Seu novo período de exílio durou cerca de sete anos, durante os quais continuou combatendo o Estado Novo. Junto com outros exilados egressos do Partido Constitucionalista, assinou o manifesto enviado em 7 de janeiro de 1939 ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, contra a “ditadura de Vargas”, e participou de organizações internacionais como o Mundo Livre e a União Republicana Latina, da qual foi vice-presidente.

Logo depois da derrubada do Estado Novo em 29 de outubro de 1945, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas-corpus* impetrado por quinhentos advogados para que Armando Sales, Otávio Mangabeira e Paulo Nogueira Filho pudessem retornar ao país. De volta ao Brasil, Paulo Nogueira ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e passou a fazer parte do secretariado nacional da agremiação, presidido por Virgílio de Melo Franco. Dirigiu no período seguinte a campanha financeira do partido e criou seu departamento de ação social.

No pleito de 2 de dezembro de 1945, obteve a maior votação entre os candidatos udenistas que concorreram em São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte, reunida a partir de 5 de fevereiro de 1946. Teve destacada atuação no decorrer dos trabalhos de elaboração da nova Carta, apresentando, junto com seu colega Jurandir de Castro Pires Ferreira, 155 emendas ao projeto original elaborado pela Comissão Constitucional. Com a promulgação da Constituição (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário, ao mesmo tempo em que assumiu interinamente a presidência da UDN durante a licença de Otávio Mangabeira, que concorria ao governo da Bahia. Nesse período publicou também diversos trabalhos relativos à sua atividade parlamentar como: *Discursos sobre a organização do Estado* (1946), *Emendas ao projeto de Constituição* (1946), *Em defesa da autonomia de São Paulo* (1947), *Em defesa das instituições, Fundamentos do regime representativo* (1947).

Em 1948, juntamente com outros membros da UDN, divergiu da direção do partido e participou da formação da Ação Popular Renovadora, ingressando em seguida no Partido Social Progressista (PSP). Tornou-se depois secretário-geral dessa agremiação, afastando-se do cargo durante a campanha eleitoral de 1950 para a presidência da República. O PSP, aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), lançou então a candidatura de Getúlio Vargas, que venceu as eleições por ampla margem de votos.

Deixando a Câmara dos Deputados em janeiro de 1951, Paulo Nogueira Filho foi nomeado por Vargas, em fevereiro seguinte, conselheiro político da delegação brasileira, chefiada por João Neves da Fontoura, que compareceu à IV Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington. Durante os trabalhos, apresentou aos outros membros da delegação a proposta de criação da Assembleia dos Povos Americanos, que seria constituída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) por parlamentares eleitos nos diversos países. Embora a ideia contasse com a aprovação de João Neves, não pôde ser levada a plenário por fugir à pauta da conferência. De volta ao Brasil, foi nomeado representante do governo na delegação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) à Conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Bruxelas, na Bélgica, ainda em 1951.

Paulo Nogueira Filho dirigiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) durante o governo de João Café Filho, iniciado logo após o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954 e encerrado com o movimento militar de 11 de novembro de 1955. Solidário ao presidente,

demitiu-se no dia 22 seguinte. Sua última participação política foi em apoio ao movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Em 18 de setembro de 1968, tomou posse na Academia Paulista de Letras.

Morreu em São Paulo no dia 29 de outubro de 1969.

Além de discursos e conferências, escreveu diversas obras sobre história e política. Reuniu sob o título de *Idéias e lutas de um burguês progressista* uma série de livros descrevendo sua biografia política e os principais acontecimentos de sua época, mas a sequência ficou incompleta em virtude de sua morte. Sob essa denominação geral, foram publicados dois volumes intitulados *O Partido Democrático e a Revolução de 1930* (2ª ed., 1965) e quatro volumes denominados genericamente *A guerra cívica de 1932* (1965-1967). Escreveu ainda *Regime de liberdade social* (1951), *Sangue, corrupção e vergonha* (1956), *Conjugação das opressões capitalista e comunista* (1965) e *Autogestão* (1969).

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DEP. PESQ. ESTADO DE SÃO PAULO; DUARTE, P. *Prisão; Efemérides paulistas; Grande encic. Delta; Grande encic. portuguesa*; JARDIM, P. *Aventura; Jornal da Tarde* (31/10/1969); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; MELO L. *Dicionário*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Bento

*dep. fed. MG 1897-1899 e 1901-1902.

José Bento Nogueira Júnior nasceu em Minas Novas (MG) no dia 3 de outubro de 1864, filho de José Bento Nogueira e de Cândida Pinheiro Nogueira. Seu pai foi prefeito de Minas Novas, deputado provincial em várias legislaturas e, já na República, deputado federal por Minas Gerais (1903-1913).

Apesar de ter iniciado sua formação acadêmica na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1890. Recém-formado, retornou à cidade natal e em 1894 foi nomeado juiz municipal, cargo que exerceu por quatro anos.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1897-1899 e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Estando em curso a legislatura 1900-1902, voltou a ser eleito em 1901 e exerceu o mandato de maio desse ano até dezembro de 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro em maio de 1903.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 145); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 463).

NOGUEIRA, Almeida

*dep. geral SP 1878, 1881-1884 e 1886-1889; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1896.

José Luís de Almeida Nogueira nasceu na fazenda Loanda, município de Bananal, na então província de São Paulo, no dia 4 de fevereiro de 1851, filho de Pedro Ramos Nogueira, o barão de Joatinga, e de Plácida Maria de Almeida.

Estudou as primeiras letras na fazenda do pai e aos dez anos foi para a Europa, acompanhado de um preceptor. Estudou humanidades na Institution Prunières e no Lycée Bonaparte (Condorcet) em Paris. Retornou ao Brasil em julho de 1863 e continuou os estudos na fazenda paterna sob orientação dos professores Farjon e Joubert, ambos bacharéis, em letras e ciências, respectivamente. Em 1867 foi para a capital da província a fim de fazer o preparatório no Curso Anexo e ingressar na Faculdade de Direito. Defendeu suas teses em 1874.

Em novembro de 1873 foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador para a legislatura 1874-1875. Eleito deputado geral por São Paulo, ocupou uma cadeira na Assembleia Geral em 1878, de 1881 a 1884, e de 1886 a 1889. Mesmo tendo votado a favor da Lei Áurea, era partidário da tese da abolição gradual da escravidão com indenização aos fazendeiros, paga em escala de valor decrescente ano após ano.

À época da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocupava o cargo de redator-chefe do *Correio Paulistano*. Tradicional órgão do Partido Conservador, o jornal movia forte oposição ao gabinete liberal presidido pelo visconde de Ouro Preto e, influenciado pelo conselheiro Antonio Prado, também combatia o governo provincial do general Couto de Magalhães. A adesão de Almeida Nogueira ao novo sistema político ocorreu somente no dia 17 de novembro, em reunião de correligionários no Teatro São José. Em 1890 foi eleito deputado constituinte por São Paulo e tomou posse em 15 de novembro. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, exerceu o mandato ordinário de maio seguinte a dezembro de 1893 e foi reeleito para a legislatura 1894-1896. Ocupou ainda uma cadeira no Senado Estadual entre 1898 e 1903.

Lente de finanças e contabilidade pública da Faculdade de Direito de São Paulo, passou boa parte de sua vida colecionando notas sobre a vida dos estudantes que passaram pela faculdade. Deste trabalho metódico resultou a obra *Tradições e reminiscências da*

Faculdade de Direito de S. Paulo. Estudantes, estudantões e estudantadas, inicialmente publicada em fascículos no *Correio Paulistano* e posteriormente coligida em nove volumes pela Tipografia Vanorden. Foi também catedrático de economia política na mesma faculdade.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 17 de julho de 1914.

Outras obras de sua autoria são *Direito civil – na herança ou no legado condicional transmite-se a esperança ridebitum-iri?* (1872), *Ensaio jurídicos e sociais* (1873), *Teses e dissertações para o doutoramento* (1874), *Direito constitucional – monografia sobre a tese: podem os estados e os municípios contrair empréstimos externos?* (1904), *Economia política – estudo sobre a denominação* e *Economia política – qual o objeto da economia política?*

Dirceu Franco

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONSECA, A.; FONTES JR., A. *Senado*.

NOGUEIRA, Antônio

*militar; dep. fed. AM 1906-1917.

Antônio Nogueira nasceu em Fortaleza no dia 23 de abril de 1870, filho de Joaquim Nogueira de Holanda e de Mariana de Meneses Nogueira.

Assentou praça em 25 de fevereiro de 1887, foi declarado guarda-marinha em 28 de dezembro de 1889 e foi promovido a segundo-tenente em 25 de novembro de 1891. Em 9 de agosto de 1894 recebeu a patente de primeiro-tenente.

De 1901 a 1906 foi deputado estadual no Amazonas. Nesse último ano foi eleito deputado federal e assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passando a integrar a Comissão de Marinha e Guerra. Em 16 de setembro de 1907 foi promovido a capitão de corveta. Foi reeleito deputado federal em 1909, e em 1911 bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Em 1912 voltou a ser reeleito para mais uma legislatura, o que se repetiu em 1915. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1917, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Foi também redator do *Jornal do Brasil*, chefe da Repartição de Terras, Minas e Colonização no Amazonas, diretor do Instituto Benjamin Constant e membro da comissão técnica de limites entre o Amazonas e o Pará.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de março de 1932, quando ocupava o cargo de diretor da Companhia de Comércio e Navegação.

Era casado com Amélia Thompson Nogueira.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

NOGUEIRA, Arlindo Francisco

* dep. fed. PI 1900; gov. PI 1900-1904; dep. fed. 1905-1908.

Arlindo Francisco Nogueira nasceu em Valença (PI) no dia 2 de dezembro de 1853. Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife em 1877. Logo após concluir o curso foi nomeado promotor público em Valença e em 1879 foi transferido para a cidade de Parnaíba, onde exerceu o mesmo cargo até 1884. Nesse ano tornou-se juiz municipal em Alenquer (PA). Em 1887 retornou ao Piauí e assumiu a promotoria pública de Amarante até 1889, quando foi nomeado juiz municipal de Valença por dois anos. Exerceu a mesma função em Campo Maior, em 1891, e em Picos, em 1892. Retornou a Valença e aí também foi juiz municipal entre os anos de 1892 e 1896. Foi nomeado procurador geral do estado do Piauí junto ao Tribunal de Justiça e ocupou o cargo de 1896 a 1904.

Iniciou sua vida política durante o governo estadual de Raimundo Artur de Vasconcelos (1896-1900), quando foi secretário de polícia. Eleito deputado federal pelo do Piauí, assumiu o mandato em maio de 1900, mas renunciou por ter sido eleito governador do estado. Tomou posse em 1º de julho e teve seu governo marcado por uma grave seca que atingiu a Região Nordeste. Deu início ao serviço de abastecimento de água de Teresina e promoveu reformas no ensino público. Em 1º de julho de 1904 transferiu o governo ao sucessor Álvaro de Assis Osório Mendes, e no ano seguinte elegeu-se novamente deputado federal. Com sucessivas reeleições, ocupou uma cadeira na Câmara até 1908.

Faleceu na cidade de Teresina em 19 de outubro de 1917.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CHAVES, J. *Apontamentos*.

NOGUEIRA, José Bento

*dep. fed. MG 1903-1913.

José Bento Nogueira nasceu em Vila de Nossa Senhora do Bonsucesso das Minas Novas (MG) em 1º de janeiro de 1833, filho de José Bento Nogueira e de Jacinta Maria da Conceição. Pelo lado paterno, era descendente dos antigos Nogueira da Gama e Monte Gato, que entroncam nas famílias do poeta José Basílio da Gama, do visconde de Baependi e do tenente-general Manuel de Borba Gato. Pelo lado materno descendia do coronel Jacinto Alves da Costa, vulgo Caragé, chefe de grande nomeada em Minas Novas nos primeiros anos do século XIX.

Estudou as primeiras letras com o professor Pedro Duarte Nogueira, na cidade de Baependi (MG), e em 1877 ingressou no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço, onde fez o curso de humanidades. Retornou então a Minas Novas, tendo adquirido carta de advogado provisionado na Secretaria Provincial de Justiça, ao tempo de Luís Antônio Barbosa na presidência da província de Minas Gerais. Em Minas Novas passou a responder pela cadeira de latinidade e francês, criada em 1842 pela Assembleia Provincial sob a influência do padre Carlos Pereira Freire de Moura, então deputado.

Ingressou na política ao ser eleito deputado provincial na legislatura 1858-1859. Várias vezes reeleito, sempre pelo Partido Conservador, permaneceu na Assembleia Provincial até 1889, quando foi proclamada a República. No novo regime, filiado Partido Republicano Mineiro (PRM), foi eleito para a primeira Constituinte Estadual e para a legislatura subsequente (1891-1895). No entanto, problemas na cidade natal reclamaram sua presença. Renunciou então ao mandato em 1892 para tornar-se chefe executivo da Câmara de Minas Novas, cargo hoje correspondente ao de prefeito. Em face do falecimento de seu cunhado, monsenhor Sérgio Pinheiro Torres, que havia sido eleito senador estadual na eleição de 7 de março de 1894, foi eleito senador estadual no pleito suplementar de 7 de setembro do mesmo ano e exerceu o mandato até 1897. Regressou então mais uma vez a Minas Novas para ocupar novamente a chefia executiva da Câmara Municipal, no período que se estendeu de 1897 a 1902.

Em 1903 foi eleito deputado federal por seu estado natal e em 3 de maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Conseguiu se reeleger para as três legislaturas seguintes e permaneceu na Câmara até 1913, quando faleceu, em 13 de abril, em pleno exercício do mandato.

Casou-se com Cândida Pinheiro Torres e teve três filhos. Um deles, José Bento Nogueira Júnior, foi deputado federal por Minas Gerais de 1897 a 1899 e de 1901 a 1902.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Família Nogueira. Disponível em: <<http://www.selwa.uaivip.com.br/arvore/pafg385.htm>>. Acesso em: 20/9/2010; City Brazil. *História de Minas Novas*. Disponível em: <<http://citybrazil.uol.com.br/mg/minasnovas/historia-da-cidade>>. Acesso em: 20/9/2010; Família Nunes Vieira Ferreira. *Bio. José Bento Nogueira*. Disponível em: <<http://familianunesvieiraferreira.blogspot.com/2008/11/pinheiro-nogueira-minas-gerais.html>>. Acesso em: 20/9/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; Santuário do Caraça. *Col. do Caraça*. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*.

NOITE, A

Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957.

PRIMEIRA FASE: 1911-1925

Em virtude de desentendimentos com a direção da *Gazeta de Notícias*, da qual era secretário-geral, Irineu Marinho decidiu abandonar seu cargo e, juntamente com mais 13 companheiros, fundar um novo jornal. *A Noite*, como foi chamado o novo periódico, definiu desde o início uma linha política oposicionista, declarando-se um crítico severo do recém-constituído governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Sua posição era de apoio ao grupo civilista derrotado, que havia encampado a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Apontando as falhas do governo e denunciando o autoritarismo do presidente, o jornal combatia sobretudo a política de “salvações” de Hermes da Fonseca, que promovia a substituição forçada dos grupos oligárquicos no poder. Essa postura custou, aliás, a *A Noite* uma suspensão e a prisão de seus diretores. O contato com a repressão não mudou entretanto a linha do jornal, que, ao longo de quase todo o período em que esteve ligado a Irineu Marinho, se distinguiria como órgão de oposição.

Em 1918, quando da disputa eleitoral entre Epiácio Pessoa e Rui Barbosa, *A Noite* manteve seu empenho em favor do antigo candidato civilista. Com a vitória de Epiácio, o jornal conservou sua posição crítica frente à situação. Em 1921, ao se iniciar nova campanha sucessória, *A Noite* apoiou Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana, em oposição ao candidato situacionista Artur Bernardes. A vitória deste último colocou o jornal em posição incômoda, pois o governo desencadeou forte repressão às oposições. De modo geral, todos os movimentos tenentistas da década de 1920 também foram apoiados por *A Noite*. Em sua primeira fase, portanto, gozando de grande prestígio nos meios oposicionistas, o jornal aproximou-se das propostas levantadas pelos grupos urbanos e pelas oligarquias dissidentes que em alguns momentos questionavam as regras do jogo político.

Em 1925, contudo, grandes transformações alteraram a linha do vespertino. Seu proprietário, Irineu Marinho, achando-se doente e de partida para a Europa, foi obrigado a

caucionar a maioria de suas ações em favor de Geraldo Rocha. Este último realizou logo depois uma assembleia, rompendo os vínculos que ainda prendiam o jornal a seu fundador, e elegeu nova diretoria.

SEGUNDA FASE: 1925-1931

Com a transferência de propriedade para Geraldo Rocha, *A Noite* iniciou uma nova fase, marcada por modificações substanciais. A primeira alteração ocorreu na linha política do jornal, que passou da oposição ao mais irrestrito apoio às oligarquias dominantes. Do ponto de vista material, sob a direção de Diniz Júnior foi iniciada a construção de uma nova sede, um edifício de 23 andares na praça Mauá, para o qual seria transferida a redação em 1929. Novas máquinas e linotipos foram adquiridos, e o próprio aspecto gráfico do jornal mudou. Ao mesmo tempo, em setembro de 1930 seria lançada a revista *Noite Ilustrada*, semanário impresso em rotogravura.

A despeito dessa grande prosperidade, contudo, *A Noite* enfrentou alguns problemas administrativos internos. A autoridade dos que por direito eram responsáveis pelo jornal era constantemente contestada por um afilhado de Geraldo Rocha, que detinha o poder de fato. Essa coexistência de poderes paralelos criava grandes dificuldades, mas não chegou a comprometer o bom desempenho do vespertino.

Embora tivesse dado total apoio ao governo de Washington Luís (1926-1930), ao se iniciar a campanha para a escolha de seu sucessor, *A Noite* procurou manter uma posição de neutralidade frente às articulações de uma dissidência oligárquica. Eram dois os candidatos à presidência da República: de um lado o candidato oficial Júlio Prestes, indicado por Washington Luís e lançado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e de outro o candidato de oposição Getúlio Vargas, apoiado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que, unidos, constituíram a Aliança Liberal.

O não envolvimento do jornal foi possível devido à ausência de Geraldo Rocha do país. Seu regresso da Europa alterou porém a situação. *A Noite* lançou-se numa campanha violenta em favor de Júlio Prestes, que se prolongou mesmo após a vitória deste nas eleições, qualificadas de fraudulentas pela oposição. Recomendando a seus jornalistas o máximo vigor no combate aos opositores do candidato eleito, Geraldo Rocha levou seu jornal a um radicalismo inusitado.

Por outro lado, inconformada com a eleição de Júlio Prestes, a oposição deu início aos preparativos para a revolução. Sem perceber a extensão das articulações, Geraldo Rocha passou a combater a ideia revolucionária, designando um de seus redatores experimentados em entrevistas políticas para ouvir os líderes que, mesmo ligados à Aliança Liberal, eram contra a solução armada. Entre os escolhidos para as entrevistas figurava Antônio Augusto Borges de Medeiros, antigo chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e ex-presidente do Rio Grande do Sul. Seu pronunciamento “Pela ordem”, conclamando o povo a acatar os resultados eleitorais, teve o efeito de uma bomba, mas não conseguiu conter o rumo dos acontecimentos.

Em 3 de outubro de 1930, eclodiu finalmente a revolução. Não acreditando em seu sucesso, Geraldo Rocha continuou a publicar artigos contra os insurgentes civis e militares. Essa campanha despertou o ódio dos revolucionários, que, após a vitória do movimento, acabaram por empastelar o jornal e prender seu proprietário.

Os estragos resultantes do incêndio e da depredação de *A Noite* paralisaram o jornal por alguns dias. Impossibilitado de reassumir suas funções, Geraldo Rocha pediu por sua vez a Artur Bernardes que indicasse um de seus correligionários para dirigir o vespertino. Sua intenção era também proteger o jornal das dificuldades que provavelmente se criariam no novo governo. O indicado foi Augusto Lima, que, ao lado da antiga equipe, iniciou os preparativos para o relançamento de *A Noite*.

Voltando a circular, o jornal defrontou-se porém com inúmeras dificuldades: paralelamente aos danos sofridos, havia dívidas antigas acumuladas, referentes à sede e ao equipamento gráfico recém-instalados. Além disso, algum tempo depois Geraldo Rocha retomou a direção e passou a pôr em prática uma série de medidas aleatórias de redução de despesas, como cortes nos salários e no pessoal, não se preocupando em estruturar uma política coerente de recuperação.

Entretanto, um fato novo veio alterar essa situação. Durante muitos anos, Geraldo Rocha fora representante no Brasil de um grupo estrangeiro proprietário da companhia Brasil Railway, da qual era subsidiária a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Tendo sido informada da existência de irregularidades na São Paulo-Rio Grande, a direção geral da Brasil Railway na Europa mandara proceder a uma verificação através da qual fora comprovado um débito de Geraldo Rocha. Obrigado a assinar uma escritura de confissão de

dívida, este empenhara em garantia todos os seus bens. Como Geraldo Rocha não conseguiu saldar seus compromissos, em 1931 a São Paulo-Rio Grande entrou na posse de todos os bens de seu ex-presidente, inclusive a totalidade das ações de *A Noite*.

A propriedade do jornal passou assim a um grupo estrangeiro, representado por Guilherme Guinle, seu presidente no Brasil. Preocupado em recuperar o vespertino, o novo proprietário escolheu para diretor o jornalista Carvalho Neto, que já pertencia ao quadro da casa.

TERCEIRA FASE: 1931-1940

Nas mãos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, *A Noite* iniciou uma fase de recuperação e de expansão. Uma vez adotada uma linha política comedida e afastadas as campanhas de agressões pessoais, o jornal começou a dar mostras de revitalização, equilibrando-se totalmente até o final da década de 1930.

Noite Ilustrada, que caíra em estagnação devido à má direção, ganhou novo alento e se expandiu. Por iniciativa de Vasco Lima, duas outras revistas foram criadas: *Carioca* e *Vamos Ler*. Raimundo Magalhães Júnior foi escolhido para dirigi-las, e o êxito foi completo. Dedicada ao teatro, ao cinema e ao rádio, com ilustrações abundantes e textos sugestivos, *Carioca* alcançou uma tiragem de mais de 150 mil exemplares semanais. *Vamos Ler*, de gênero mais literário do que jornalístico, embora não tenha obtido um sucesso tão grande e tão rápido, teve também boa aceitação. Ainda durante essa fase — no ano de 1936 — *A Noite* inaugurou uma emissora de radiodifusão, a Rádio Nacional, destinada a complementar as tarefas informativas do jornal.

Esse período de grande progresso foi marcado por outro lado pelo temor de um ato governamental de encampação ou de desapropriação do jornal. Essa expectativa se justificava na medida em que desde 1930 a São Paulo-Rio Grande se encontrava sob o controle do governo federal. Ocupada pelos revolucionários em outubro de 1930 por razões estratégicas, a ferrovia fora mantida incorporada ao governo, sem nunca ter tido sua situação regularizada.

QUARTA FASE: 1940-1957

O temor da encampação concretizou-se finalmente em 8 de março de 1940, quando o Decreto-Lei nº 2.073 legalizou a ocupação pelo governo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e de todas as empresas a ela filiadas, incluindo *A Noite* e a Rádio Nacional. Integrado ao patrimônio da União, o jornal viveria sua última fase, segundo Carvalho Neto, em “crise permanente”.

Passando a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional, a administração de *A Noite* ficou a cargo do superintendente do órgão, coronel Luís Carlos da Costa Neto. A direção propriamente do jornal foi entregue ao jornalista André Carrazzoni. O novo estágio foi marcado por inúmeras dificuldades administrativas, centradas em dois problemas básicos: o empreguismo e o desperdício de recursos. Além de ter seu custo elevado e sua receita diminuída, o jornal viu-se tolhido por seu compromisso com o governo como órgão de informação e de opinião, perdendo continuamente seus leitores. Segundo Carvalho Neto, “a independência de *A Noite* incomodava o governo, e a alternativa era transformá-lo num ‘diário oficial’... Assim, *A Noite*, no decorrer dos 17 anos de encampação, transformou-se por decreto em órgão de elogio obrigatório a todos os governos”.

A despeito de todos esses problemas, em 1945 ocorreu a primeira tentativa séria de compra do jornal pela iniciativa privada. O empresário paulista Samuel Ribeiro apresentou uma proposta, mas as delongas do governo levaram-no a desistir da idéia. Ao mesmo tempo, a deposição de Getúlio Vargas em 1945, seguida do curto governo de José Linhares e de todo o processo de reorganização política do país, desencadeou um movimento de rodízio permanente nos quadros administrativos de *A Noite*, agravando a situação do jornal.

Aguardada com expectativa, a posse do marechal Eurico Gaspar Dutra na presidência da República em 1946 trouxe algumas definições. Para a presidência das Empresas Incorporadas foi escolhido Leoni Machado, cuja primeira providência foi adotar um regime de economia destinado a restabelecer as finanças do jornal. A seguir, iniciaram-se conversações visando à entrega da administração do jornal a seus próprios funcionários.

Assim, em 19 de agosto de 1946, o presidente Dutra promulgou o Decreto-Lei nº 9.610 autorizando o Ministério da Fazenda a arrendar *A Noite* por um prazo de 15 anos à sociedade anônima a ser constituída pelos funcionários do vespertino. Essa medida foi muito bem recebida, não só pela equipe de *A Noite* como pela imprensa em geral, mas sua

execução enfrentou várias dificuldades. A direção do jornal foi a princípio entregue a uma comissão administrativa nomeada por Leoni Machado.

A vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950 provocou entretanto novas mudanças administrativas, que resultaram no afastamento de Leoni Machado e na dissolução da comissão administrativa de *A Noite*. Nomeado superintendente das Empresas Incorporadas, André Carrazzoni não conseguiu deter a avalanche de problemas que caiu sobre o jornal durante todo o segundo governo Vargas (1951-1954).

Após o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, as novas e sucessivas substituições nos quadros administrativos representaram o golpe final nas Empresas Incorporadas e, em particular, em *A Noite*. Segundo Carvalho Neto, a inviabilidade do jornal deveu-se também ao fato de ser ele um órgão do governo: “O povo não admite, com toda razão, que o governo seja dono de jornal para ele ler. E deixou de ler *A Noite*... Jornal do governo é o *Diário Oficial*.”

Cerca de dois anos depois da posse de Juscelino Kubitschek, ocorrida em janeiro de 1956, *A Noite* saiu de circulação.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: CARVALHO NETO. *Norte*; ENTREV. CARVALHO NETO; ENTREV. MAGALHÃES, M.; *Noite*; SKIDMORE, T. *Brasil*.

NORONHA, ISAÍAS DE

*militar; junta mil. 1930; min. Mar. 1930.

José Isaías de Noronha nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 6 de junho de 1873, filho do general de divisão Manuel Muniz de Noronha e de Zulmira Augusta Aguiar Noronha. Era sobrinho dos almirantes Carlos Frederico de Noronha e Júlio César de Noronha, este ministro da Marinha de 1902 a 1906, e primo do almirante Sílvio de Noronha, que ocupou o mesmo cargo entre 1946 e 1951.

Ingressou no curso preparatório da Escola Naval em março de 1887, passando a aspirante de primeira classe em dezembro de 1889 e a guarda-marinha em 1892. Estava nesse posto quando eclodiu, em setembro de 1893, a Revolta da Armada, que opôs a esquadra fundeada na baía da Guanabara ao governo Floriano Peixoto. Não participou da sublevação, que se estendeu até março do ano seguinte e terminou com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio.

Em julho de 1894 foi incorporado à tripulação do cruzador *Andrada*, e em novembro seguinte recebeu a patente de segundo-tenente. Foi transferido para o brique *Recife* em janeiro de 1895 e promovido a primeiro-tenente em dezembro de 1896, passando a servir no mês seguinte no cruzador *15 de Novembro*. Em dezembro de 1897 foi lotado na Repartição da Carta Marítima, onde desempenhou a função de ajudante da Diretoria de Hidrografia. Comandou o aviso *Lamego* de março a junho de 1898, sendo transferido em seguida para o aviso *Trindade*.

Entre janeiro de 1899 e novembro de 1902, foi sucessivamente ajudante de ordens dos comandantes da 3ª e da 1ª divisões navais. Passou depois a exercer a mesma função junto ao ministro da Marinha, almirante Júlio César de Noronha, seu tio, sendo promovido, em janeiro de 1906, a capitão-tenente. Com o fim da gestão do ministro em novembro desse ano, foi designado para servir como instrutor de artilharia no encouraçado *Riachuelo*. Entre outubro de 1907 e abril de 1909 atuou como assistente da Inspetoria de Portos e Costas, e em maio seguinte foi promovido a capitão de corveta e lotado no navio-escola *Benjamim Constant*, na condição de imediato. Exerceu essa mesma função no cruzador *Tamandaré* entre março e julho de 1910, quando foi nomeado comandante interino do contratorpedeiro *Piauí*. Estava nesse posto quando eclodiu, em 22 de novembro seguinte, o levante de

marinheiros conhecido como Revolta da Chibata, que mobilizou marujos contra os castigos corporais então vigentes da Armada. Na ocasião recebeu ordens de preparar seu navio para eventuais combates com os revoltosos, o que não chegou a ocorrer.

Deixou o comando do *Piauí* em dezembro de 1910, e no mês seguinte foi nomeado para a Diretoria de Faróis da Superintendência de Navegação, onde permaneceu até outubro de 1911. A partir desse mês, exerceu interinamente o comando do contratorpedeiro *Sergipe*, que se deslocou para Assunção em fevereiro de 1912 com o objetivo de ajudar na defesa da cidade, ameaçada por forças rebeldes em meio a uma grande crise política que se desenvolvia no Paraguai.

Incorporado à 3ª Seção (operações) do Estado-Maior da Armada (EMA), integrou a Defesa Móvel do Rio de Janeiro entre julho de 1912 e agosto de 1913, quando assumiu a vice-diretoria das escolas profissionais e o comando do quartel da Defesa Móvel. Foi promovido a capitão de fragata em fevereiro de 1914 e designado em maio seguinte para o comando do cruzador *República*, onde permaneceu até outubro de 1915. A partir desse mês, chefiou a 2ª Seção (informações) do EMA até janeiro de 1916, quando assumiu o comando do vapor *Carlos Gomes*. Em julho seguinte foi deslocado para a chefia da 3ª Seção do EMA e em novembro passou a comandar o cruzador *Barroso*.

Voltou a chefiar a 2ª Seção do EMA entre março e novembro de 1917, e em seguida passou a dirigir a Escola de Grumetes, onde permaneceu até fevereiro de 1919. Promovido nesse mês a capitão de mar e guerra, assumiu em março o comando do encouraçado *Minas Gerais*. Deixou esse posto em fevereiro de 1920 e em agosto foi nomeado capitão do porto do Pará, onde trabalhou durante um ano. Após completar no início de 1922 o curso da Escola de Guerra Naval, foi vice-diretor da instituição entre fevereiro e dezembro desse ano, quando passou a dirigir o Depósito Naval do Rio de Janeiro. Promovido a contra-almirante em abril de 1923, dirigiu a Escola Naval entre maio desse ano e janeiro de 1925, e foi diretor-geral de Pessoal de maio a outubro de 1926. Retornou então à Escola Naval até agosto de 1927, quando passou à condição de comandante em chefe da Esquadra. Em novembro de 1928, pediu exoneração desse cargo.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Em 3 de outubro de 1930 eclodiram levantes armados no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba contra o governo federal. A partir desses estados, as ações militares se irradiaram para todo o país e evoluíram favoravelmente às tropas sublevadas, que, nas semanas seguintes, assumiram o controle de diversas capitais e começaram a convergir em direção ao Rio de Janeiro. Nesse contexto, a alta oficialidade sediada na capital se antecipou à chegada das forças revolucionárias lideradas por Getúlio Vargas e, em 24 de outubro, depôs o presidente Washington Luís. Constituiu-se então uma junta militar provisória, na qual Isaías de Noronha representava a Marinha e os generais João de Deus Mena Barreto e Tasso Fragoso o Exército. Isaías de Noronha assumiu também, cumulativamente, a chefia do Ministério da Marinha.

No mesmo dia 24, a junta enviou o primeiro de uma série de telegramas a Getúlio Vargas, propondo a suspensão das hostilidades. O estado-maior revolucionário, estacionado em Ponta Grossa (PR), pouco seguro das intenções da junta, enviou três emissários para negociar as condições da transferência do poder a Vargas e ordenou que os destacamentos rebeldes continuassem avançando em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de garantir a vitória da revolução. Tendo constatado que os efetivos federais estacionados em Minas Gerais não apoiariam uma decisão de resistir aos revolucionários, a junta entregou o poder a Vargas no dia 3 de novembro.

Isaías de Noronha foi mantido no Ministério da Marinha do governo provisório então organizado, e foi signatário do Decreto-Lei nº 19.395, de 9 de novembro, que concedeu anistia a todos os envolvidos nos movimentos revolucionários anteriores a 1930. Junto com Osvaldo Aranha (ministro da Justiça), o general José Fernandes Leite de Castro (ministro da Guerra), Francisco Campos (ministro da Educação), João Batista Luzardo (chefe de Polícia do Distrito Federal) e o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro (ex-chefe do estado maior das forças revolucionárias), assinou também um telegrama sugerindo a Olegário Maciel, chefe do governo mineiro, a formação da Legião de Outubro, destinada a defender o aprofundamento das medidas revolucionárias. Pediu demissão do ministério em 17 de dezembro de 1930, sendo substituído por Conrado Heck.

Promovido a vice-almirante em janeiro de 1931, foi eleito em junho do mesmo ano presidente do Clube Naval. Renunciou a esse cargo em outubro de 1932, alegando que seria transferido para a reserva no mês seguinte. Apesar disso, foi sucessivamente reeleito até

1937. Foi reformado em 6 de julho de 1941.

Isaías de Noronha faleceu no Rio de Janeiro no dia 29 de janeiro de 1963.

Robert Pechman

FONTES: ANDREA, J. *Marinha*; ARARIPE, T. *Tasso*; CORRESP. SERV. DOC. GER. MAR.; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Globo* (30/1/1963); *Grande encic. Delta*; *Histórico*; *Jornal do Brasil* (21/12/1972); LEITE, A. *História*; LIMA, J. *Como*; MACEDO, R. *Efemérides*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MIN. MAR. *Almanaque* (1932); MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SERV. DOC. GER. MARINHA; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1934.

NORONHA, Júlio de

*militar; min. Marinha 1902-1906; min. STM 1913-1919.

Júlio César de Noronha nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 26 de janeiro de 1845. Uma publicação da Marinha (NOMAR, nº 607, de novembro de 1993) dá que ele nasceu em 26 de agosto desse mesmo ano. Filho de José Joaquim de Noronha e de Carlota Joaquina de Noronha.

Aspirante a Guarda-Marinha em 1862, nesse mesmo ano, aos 17 anos, recebeu o galão de Guarda-Marinha. Logo como segundo-tenente participou da Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi ferido no combate de 6 de dezembro de 1864. A bordo da Fragata a Vapor *Amazonas*, destacou-se nos combates de Paysandu, Riachuelo e Angostura. Foi condecorado com a Imperial Ordem da Rosa por seu desempenho na guerra e promovido a capitão-tenente em 1873.

Em 1879 empreendeu uma viagem de circunavegação, no comando da Corveta *Vital de Oliveira*, com a turma de Guardas-Marinha, que se tornaria modelo de instrução.

Já promovido a contra-almirante, em 1896 comandou a divisão composta do encouraçado *Aquidabã*, dos cruzadores *República* e *Tiradentes*, com a qual o Brasil se fez representar na grande Revista Naval passada pelo Presidente Cleveland às esquadras estrangeiras, por ocasião da Exposição Internacional de Chicago nos Estados Unidos da América.

Em 1902 foi nomeado ministro da Marinha pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) em substituição ao almirante José Pinto da Luz. Exerceu o cargo de 15 de novembro desse ano até 15 de novembro de 1906, quando foi substituído pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar, já no governo de Afonso Pena (1906-1909). Durante esse período procurou modernizar e reaparelhar a Marinha, que se encontrava sucateada e só dispunha de dois Guarda-Costas, um Cruzador Protegido e três Cruzadores-Torpedeiros ainda eficientes no gênero. Além disso, havia ainda dois Encouraçados e um Cruzador, já antiquados, que só podiam ser utilizados como força de reserva, além do Navio-Escola *Benjamim Constant*. Os demais não tinham valor militar. A ideia, porém, do almirante Noronha, era dotar o país de tipos de navios homogêneos por classes, quanto possível, superiores aos congêneres das marinhas de outros países.

A reconstituição da Marinha seria obra demorada, pois o Brasil não podia fazer muitas construções. Segundo o próprio almirante Júlio de Noronha, “o preparo para a guerra é o melhor meio de torná-la improvável”. Inicialmente reorganizou todos os corpos, estabelecimentos e repartições, além de dar uma atenção especial ao ensino naval. Estabeleceu a seguir o Programa Naval de 1904, que consistia na aquisição de três encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento, três cruzadores-encouraçados de 9.200 a 9.700 toneladas, seis caça-torpedeiros de 400 toneladas, seis torpedeiras de 150 toneladas, seis torpedeiras de 50 toneladas, três submarinos e um vapor-carvoeiro capaz de carregar 6.000 toneladas de combustível. O tempo necessário à concretização dessa obra seria de seis a oito anos.

Depois de apresentar uma significativa exposição ao presidente Rodrigues Alves, o chefe do Executivo encaminhou o plano ao Poder Legislativo em duas mensagens seguidas, salientando a necessidade de reconstituição da esquadra, segundo um programa previamente delineado. O plano foi transformado em projeto de lei e apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado fluminense Laurindo Pitta, cujo nome mais tarde figuraria nos flancos de um barco da Armada. Esse projeto foi convertido em lei pelo Decreto n.º 1.296 de 14 de dezembro de 1904 que autorizava o governo a adquirir novos navios. Isto significou o clímax da carreira do almirante Júlio de Noronha.

Em 1913 foi nomeado ministro do então Supremo (atual Superior) Tribunal Militar, no qual permaneceu até 1919.

Comandou o Monitor *Rio Grande*, as Canhoneiras *Araguari* e *Pedro Afonso*, o Vapor *Ipiranga*, Transporte *José Bonifácio*, Corvetas *Belmonte* e *Vital de Oliveira* e os Encouraçados *Bahia*, *Lima Barros* e *Aquidabã*.

Foi ainda vice-diretor do Colégio Naval, vice-diretor da Escola de Marinha, capitão dos Portos da Corte e da Província do Rio de Janeiro, membro efetivo do Conselho Naval, Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, conselheiro de S. Majestade o Imperador, chefe do Comissariado-Geral da Armada e chefe do Estado-Maior Geral da Armada (por duas vezes), diretor da Escola Naval e consultor do Conselho do Almirantado.

Recebeu as seguintes condecorações: Hábito da Imperial Ordem da Rosa, Medalha de Prata de Paissandu e Medalha pela Ação em Riachuelo, 1865; Cavaleiro da Ordem de Cristo, 1866; Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, 1876; Medalha de

Mérito, três passadores por atos de bravura na Campanha do Paraguai, 1888, e Medalha Militar de Ouro, 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de setembro de 1923.

Publicou: *Compêndio de Hidrografia*. Rio de Janeiro, 1873.

Alan Carneiro

FONTES: *Grande Encic. Larousse Cultural* (v.21, p. 4311); Navios brasileiros. Disponível em: <<http://www.naviosbrasileros.com.br/ngb/J/J042/J042-NB.htm>>. Acesso em: 4/5/2012; Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_C%C3%A9sar_de_Noronha>. Acesso em: 4/5/2012.

NOTÍCIA, A

Jornal carioca, diário e vespertino, fundado em 17 de setembro de 1894 pelo jornalista de origem portuguesa Manuel de Oliveira Rocha. Teve sua circulação interrompida entre 1930 e 1938 e entre 1979 e 1991, e foi extinto em 1997.

O JORNAL DE ELITE

Oliveira Rocha, ou Rochinha, como era mais conhecido, criou *A Notícia* basicamente como órgão de informação. Sob esse aspecto, seu jornal se distinguia das outras folhas existentes no Rio de Janeiro, caracterizadas por exprimir uma opinião política específica, em geral partidária, de uma forma muitas vezes panfletária. Isto não significava que *A Notícia* não tivesse uma posição política: era um jornal decididamente republicano, que apoiou o governo militar de Floriano Peixoto (1891-1894) e os que se sucederam, sem contudo, entrar no jogo político-partidário.

A Notícia representou também uma inovação gráfica no jornalismo de sua época. Divididas em seis colunas, suas páginas apresentavam assuntos correlatos agrupados sob um mesmo tópico. Os tópicos tinham um lugar fixo dentro do jornal. Outro aspecto importante era a uniformidade da impressão. Composto todo no mesmo tipo e no mesmo corpo, o jornal não apresentava “buracos”, nem trazia anúncios em suas páginas de notícias. A publicidade concentrava-se sempre na última página.

A principal coluna de *A Notícia* era “O Boletim do Dia — o Caso de Ontem”. Nessa seção, num estilo bastante rebuscado, o jornal comentava os acontecimentos mais importantes — políticos, literários, policiais ou outros. O traço mais marcante da coluna, a única em que o jornal exprimia sua opinião, era a moderação. Além desta, *A Notícia* possuía uma excelente seção de telégrafos e uma seção literária, em que eram publicados folhetins.

O primeiro secretário de redação de *A Notícia* foi o jornalista português Salvador Santos. Substituiu-o mais tarde Cândido de Campos, que em 1924 assumiu a propriedade do jornal. *A Notícia* de Cândido de Campos ganhou novas e importantes características. O jornal, cuja posição até então fora de simples apoio ao governo, passou a um governismo extremado, a ponto de ser considerado como “órgão oficial” do governo brasileiro. Passou também a ser impresso em papel cor-de-rosa, uma das características que mais ficaram associadas à sua

posição política e à sua postura elitista durante a Primeira República: era o “jornal cor-de-rosa”, o “jornal de punhos de renda”, o jornal que sempre apoiava a situação.

Foi portanto sob a direção de Cândido de Campos que *A Notícia* assumiu um papel concreto dentro da realidade política da Primeira República, caracterizando-se como porta-voz das ideias do governo e adquirindo grande audiência nos meios governamentais burocráticos e no corpo diplomático brasileiro, graças a seu ainda excelente serviço telegráfico e ao interesse de Cândido de Campos pelos serviços diplomáticos do país.

Justamente por ser o jornal “oficial” de governos impopulares, como o de Artur Bernardes (1922-1926) e o de Washington Luís (1926-1930), *A Notícia* não tinha grande circulação. Com poucos leitores, trazia também muito poucos anúncios comerciais. Era grande, no entanto, o número de anúncios do governo federal e dos governos estaduais. Nessa fase, *A Notícia* circulava habitualmente com apenas quatro páginas, no máximo com seis, sendo que a contracapa continuava a ser dedicada aos anúncios, e a penúltima, ao noticiário policial. Continuava, no entanto, a ser um jornal tecnicamente bem feito e bem cuidado.

Em 1929, a tônica do jornal eram os ataques aos liberais, tachados de “baderneiros, corruptos castradores da liberdade”. Era a época da campanha sucessória de Washington Luís, em que o candidato oficial, Júlio Prestes, representava a continuidade da “política do café com leite”. O candidato de oposição, Getúlio Vargas, era apoiado pela Aliança Liberal, movimento que reunia políticos como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, e João Pessoa, presidente da Paraíba. *A Notícia* não poupou ataques à Aliança Liberal, classificada de “uma traição em si mesma”, e sobretudo à figura de Antônio Carlos, “um intoxicado pelas ruínas paixões”.

Sendo amigo pessoal de Washington Luís, Cândido de Campos imprimiu a seus editoriais um tom cada vez mais violento e virulentamente antialiancista. Júlio Prestes era visto pelo jornal como a única “alternativa honesta”. Uma vez divulgado o resultado das eleições de março de 1930, *A Notícia* exultou com a vitória de Júlio Prestes, rechaçando qualquer acusação de má-fé nas apurações. Enquanto isso, os aliancistas derrotados procuravam unir-se aos “tenentes” revolucionários da década de 1920 na preparação de um movimento armado. Mas Luís Carlos Prestes, que se encontrava no exílio, lançou em maio um manifesto desvinculando-se da Aliança Liberal sob a alegação de que os problemas brasileiros mais importantes — o latifúndio e a dominação oligárquica da sociedade — não

eram combatidos pelo movimento. O manifesto tinha evidente conotação esquerdista, o que fez com que *A Notícia* proclamasse que Prestes havia aderido à “mixórdia bolchevista de Moscou” e, em editorial, negasse a existência de latifúndios no Brasil: a terra aqui, ao contrário, era muito dividida.

Quando João Pessoa foi assassinado em Recife no mês de julho, o jornal, na sua ânsia de defender o governo, chegou a atribuir o crime a Antônio Carlos, que, embora fosse correligionário de Pessoa, foi acusado de tê-lo mandado assassinar para instaurar um clima de pânico no país.

Ao se iniciar o movimento revolucionário no Sul, no dia 3 de outubro, *A Notícia* nada divulgou, mesmo porque a imprensa se encontrava sob forte censura. No dia 24 do mesmo mês, quando a revolução chegou ao Rio de Janeiro, Cândido de Campos se encontrava no palácio do governo junto a Washington Luís. Quando este obteve o salvo-conduto para deixar o palácio, Cândido de Campos acompanhou-o e seguiu diretamente para o exílio em Paris. *A Notícia*, por demais vinculada ao governo deposto, foi empastelada e incendiada por populares.

O SENSACIONALISMO

Cândido de Campos só retornou do exílio em 1938. Com a ajuda de Joaquim Sales, em outubro desse mesmo ano reabriu *A Notícia*, imprimindo-lhe, porém, um caráter completamente diferente do da antiga folha. O jornal não era mais cor-de-rosa, e toda a sua ênfase voltava-se para crimes de sangue.

O novo secretário de redação, Silva Ramos, inaugurou um novo estilo de jornalismo popular: agressivo, com grandes manchetes, um jornalismo de denúncia. Foi Silva Ramos quem criou a manchete montada em cima de um editorial, geralmente violento, em defesa das classes populares e contrário ao governo, aos comerciantes e aos proprietários. *A Notícia* não se transformou, porém, num jornal de esquerda. Ao contrário, suas denúncias nunca eram políticas ou baseadas em fatos políticos. Não havia uma contestação do *status quo* vigente — tratava-se antes de um jornalismo de denúncias sensacionalistas em linguagem popular. As manchetes, conhecidas como “os zinhos da *Notícia*”, uma alusão aos tipos enormes, de zinco, utilizados para compô-las, ficaram famosas no meio jornalístico brasileiro, sendo até hoje bastante utilizadas como recurso gráfico. Dentro dessa

nova linha, *A Notícia* teve um desenvolvimento extraordinário, tornando-se um dos jornais mais vendidos no Rio de Janeiro.

Em outubro de 1950, após a morte de Silva Ramos, Cândido de Campos vendeu o jornal a Ademar de Barros e a Antônio de Pádua Chagas Freitas. Este último tornou-se o diretor do órgão, tendo como secretário de redação José Leão Padilha. *A Notícia* continuou na mesma linha inaugurada por Silva Ramos, e o único destaque foi a introdução de informações políticas: Ademar de Barros pretendia ter o jornal como base para a penetração de seu partido, o Partido Social Progressista (PSP), no Rio de Janeiro. Dentro desse novo quadro, nesse mesmo ano de 1950 o jornal iniciou uma violenta campanha contra o então prefeito nomeado do Distrito Federal, Mendes de Moraes.

Em 1952, devido a um processo por malversação de fundos públicos durante seu governo em São Paulo e ao desaparecimento de uma urna marajoara que havia sido doada ao Museu Paulista, Ademar de Barros foi obrigado a se exilar no Paraguai. Enquanto se encontrava exilado, seu sócio, Chagas Freitas, convocou uma assembleia extraordinária dos acionistas do jornal para aumento de capital. Como Ademar se encontrava fora do país, as ações que lhe caberiam não foram subscritas por ninguém. Levadas a leilão, foram arrematadas a baixo preço por Chagas Freitas, que se tornou sócio majoritário do jornal. Ademar de Barros moveu a seguir um processo contra Chagas, visando à reintegração de posse. No entanto, a Justiça deu ganho de causa a Chagas Freitas, obrigando a família de Ademar — já falecido — a apresentar desculpas públicas ao acusado.

Sob Chagas Freitas, o jornal continuou na mesma linha que vinha mantendo, tornando-se, no entanto, cada vez mais um par do matutino *O Dia*, também de propriedade de Chagas Freitas. A partir de 1965 ambos os jornais tiveram uma importância decisiva para o controle político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do estado da Guanabara por Chagas Freitas, poderio esse que se estendeu a todo o estado do Rio de Janeiro com a fusão dos dois estados em um só em 1975.

Embora fosse um jornal sensacionalista, com quase todo o seu noticiário voltado para crimes, *A Notícia* era também extremamente moralista. Nos últimos anos, o jornal praticamente acompanhava numa linguagem mais leve o noticiário de *O Dia*, que saía à uma hora da manhã. Progressivamente *A Notícia* começou a antecipar seu horário de saída: no final, ainda chamada de vespertino, saía às seis horas da manhã.

Nessa primeira fase, *A Notícia* circulou pela última vez no dia 4 de julho de 1979. Seus diretores, Chagas Freitas e Othon Paulino, justificaram seu fechamento por motivos financeiros.

Carlos Eduardo Leal

ÚLTIMA FASE

Após uma interrupção de 12 anos, *A Notícia* foi relançada no dia 2 de maio de 1991, trazendo a manchete “Vagabundo dá duro no dia do trabalho: 26 presuntos!”. Agora de propriedade do empresário Ari de Carvalho — responsável também pela edição do jornal *O Dia* —, *A Notícia* alcançou enorme sucesso comercial, chegando a vender 120 mil exemplares no primeiro dia de circulação. No seu retorno às bancas, iria notabilizar-se por temáticas ligadas ao cotidiano, envolvendo quase sempre sexo e violência. Editado basicamente nas cores vermelho e preto, o jornal era dividido em dois cadernos, o primeiro dedicado ao noticiário, com destaque para a parte policial, e o segundo voltado para diversão e lazer, sobretudo *show* e esporte.

Com a proposta de fazer um jornalismo desligado das questões políticas, na retrospectiva que fez de 1991, *A Notícia* assinalou, porém, que o ano havia sido o pior da história do Brasil: “Mil novecentos e noventa e um não foi um ano, foi um pontapé nos bagos da população brasileira.” Na edição de 31 de dezembro, utilizando-se da figura de uma escola de samba imaginária, os Unidos do Brasil, o jornal apresentou os escândalos que haviam envolvido o governo do presidente Fernando Collor de Melo no decorrer do ano que se encerrava: a inflação, o valor do salário mínimo, o livro *Zélia, uma paixão*, escrito por Fernando Sabino — que narrava o romance entre a ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo e o ministro da Justiça Bernardo Cabral —, a situação dos aposentados e da previdência, as irregularidades cometidas pela primeira-dama Rosane Collor na presidência da Legião Brasileira de Assistência, e a compra de uniformes superfaturados pelo Exército. Em setembro de 1992, as manifestações de rua a favor do *impeachment* de Fernando Collor — decorrentes da denúncia feita pelo irmão do presidente, o empresário Pedro Collor de Melo, de que o ex-tesoureiro da campanha presidencial de 1989, Paulo César Farias, seria o testa de ferro de um esquema de corrupção montado no interior do governo — receberam destaque na primeira página do jornal, que estampou na edição do dia 21 daquele mês a

manchete “Fora Collor”, acima da foto de um manifestante com a cara pintada. Quando da aprovação pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992, da abertura do processo de *impeachment* pelo Senado, *A Notícia* estampou como manchete principal: “Decisão soberana é isso aí.” O texto que acompanhava a manchete dizia: “Desde a Copa de 50, o povo brasileiro não via horas tão excitantes quanto as da votação de ontem da Câmara. Agora que ela falou, tá falado!”

A votação final no Senado do *impeachment* de Collor também mereceu destaque, e a renúncia deste um pouco antes foi tratada como “o ato final de uma ópera-bufa”. Recebido com alívio, o encerramento do governo Collor pôs fim, nas palavras de *A Notícia*, ao “suspense barato” provocado pela “CPI do PC” e deixou o vice-presidente, Itamar Franco, sem mais “desculpas para começar a governar”.

Em meados de 1993 as vendas do jornal caíram, o que o obrigou a promover algumas mudanças. A editoria executiva, antes dividida entre os jornalistas Roberto Ferreira e José Alberto Monteiro, ficou exclusivamente sob a responsabilidade do último. Foram feitas reformulações de conteúdo, com ênfase para a cobertura policial. Nessa época surgiu a “Supergata d’*A Notícia*”, um pôster mensal em cores editado na última página do jornal. Iniciou-se também uma das práticas que mais marcaram a imagem do periódico: a publicação, na primeira página, de fotos de garotas de programa, com a indicação de onde encontrá-las.

Nos anos de 1994 e 1995, *A Notícia* iniciou seu processo de informatização. Todo o sistema gráfico passou a ser definido na redação, o que facilitou a introdução de novas formas de diagramação e a ampliação do número de fotos nas diversas seções. Em maio de 1997, o jornal passou por uma reforma nos aspectos gráficos e editoriais. Os dois cadernos tradicionalmente publicados foram unificados, recebendo o formato de tablóide, e a impressão colorida foi estendida a quase todas as partes do jornal. Foram contratados novos colunistas: o humorista do grupo Casseta e Planeta Hélio de la Peña, o cantor e compositor Dicro, o artista multimídia Fausto Fawcett e o ex-craque de futebol Roberto Dinamite. Em junho, a dançarina baiana Carla Perez também estreou uma coluna. O antigo colaborador Mário de Moraes passou a assinar um novo folhetim chamado “Histórias do além”, e Luzia Sacopã voltou ao jornal com o seu “O novelo das novelas”, um comentário humorístico de todas as novelas em cartaz na televisão, que havia estreado junto com o relançamento do

periódico. Houve também uma ampliação do espaço dedicado à cobertura esportiva, que passou a ter de seis a oito páginas em cada edição.

Com essas mudanças, ampliou-se o espaço para as reportagens, que ganharam sequências especiais, abordando temas já tradicionais na história recente do jornal. A primeira delas — “Rogéria, minha vida e meus amores” — foi dedicada ao mais famoso travesti do Brasil e ocupou sete edições. Em seguida, foram feitas mais três séries: “Advogado do diabo”, sobre a ligação dos profissionais de direito com o tráfico de drogas; “Escola do crime”, sobre crianças que trabalhavam para o crime organizado, chamadas de “a geração do pó”, e “Histórias da Vila Mimosa”, sobre a mudança de local da mais tradicional zona de prostituição da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1997, *A Notícia* ocupava a quarta colocação entre os jornais do Rio de Janeiro em relação ao número de vendas avulsas, atingindo em média a marca de 35 a 40 mil exemplares por dia. Nesse mesmo ano, porém, a Editora O Dia interrompeu sua produção.

Sérgio Montalvão

FONTES: ENTREV. JOSÉ ALBERTO MONTEIRO; LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa; Notícia* (2, 3, 7, 20, 21/5, 30, 31/12/1991, 2, 7, 9, 21, 26, 27, 30/9, 26/10, 3, 4/11, 29, 30, 31/12/1992, 5, 13/7, 2, 8/9/1993, 4, 6, 8, 9, 20/1, 16/2, 10, 14/4, 18, 19/7/1994, 30, 31/12/1995, 1/1, 2, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31/10/1996, 7/5, 4, 5/7/1997).

NOVAIS, Carlos Augusto Valente de

*dep. fed. PA 1893-1905.

Carlos Augusto Valente de Novais foi eleito deputado federal pelo estado do Pará em 1893, estando em curso a legislatura 1891-1893. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de maio do mesmo ano, foi reeleito para as quatro legislaturas seguintes: 1894-1896, 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

NUNES, Pereira

*dep. fed. RJ 1906-1917.

Benedito Gonçalves Pereira Nunes nasceu em Campos (RJ) no dia 6 de dezembro de 1864, filho de Manuel Gonçalves Pereira Nunes e de Carlota Matilde Nunes.

Formou-se em medicina no Rio de Janeiro e foi clinicar na sua cidade natal, onde também lecionou, de 1890 a 1891, a disciplina de ciências físicas e naturais no Liceu de Campos. Aí também iniciou a carreira política, elegendo-se, em 1901, vereador à Câmara Municipal de Campos, da qual foi presidente.

Em 1904, o então presidente do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha (1903-1906), indicou seu nome para substituir Paulo Alves na prefeitura de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro. Assumiu essa função em novembro de 1904 e nela permaneceu até outubro do ano seguinte. Também em 1905 foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro. Assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa, mas no ano seguinte renunciou ao mandato, por ter sido eleito deputado federal para a legislatura 1906-1908.

Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1906, nesse mesmo ano foi nomeado segundo vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, durante a gestão de Alfredo Backer (1906-1910). Permaneceu na Câmara e foi reeleito para as três legislaturas seguintes, concluindo seu último mandato em dezembro de 1917.

Voltou a concorrer a cargo eletivo em 1928, quando foi eleito prefeito de Campos. Permaneceu na chefia do Executivo municipal até 1930.

Faleceu em 1934.

Em sua homenagem, a instituição mantenedora da Faculdade de Medicina de Campos leva seu nome. Também a antiga rua Formosa, localizada no bairro do Ingá, em Niterói, teve o nome modificado em sua homenagem, passando a se chamar rua Pereira Nunes. Na cidade do Rio de Janeiro há uma rua no bairro de Vila Isabel que também o homenageia.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); BRITO, C. *Mulher*.